

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE BIBLIOTECONOMIA E COMUNICAÇÃO
DEPARTAMENTO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
CURSO DE JORNALISMO

BRENDA LUÍZA FERREIRA VIDAL

“UM NEGRO ENTRE AS FILEIRAS DA IMPRENSA”:
TRAJETÓRIA E CRÔNICAS DE PAULINO DE AZURENHA NO CORREIO DO
POVO NO INÍCIO DO SÉCULO XX

PORTO ALEGRE
2018

BRENDA LUÍZA FERREIRA VIDAL

“UM NEGRO ENTRE AS FILEIRAS DA IMPRENSA”: trajetória e crônicas de Paulino de Azurenha no *Correio do Povo* no início do século XX

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial à obtenção de grau de Bacharela em Jornalismo.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Aline do Amaral Garcia Strelow

BRENDA LUÍZA FERREIRA VIDAL

UM NEGRO ENTRE AS FILEIRAS DA IMPRENSA”: trajetória e crônicas de Paulino de Azurenha no *Correio do Povo* no início do século XX

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial à obtenção de grau de Bacharela em Jornalismo.

Aprovado em: 10 de dezembro de 2018

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Dr^a. Aline do Amaral Garcia Strelow - UFRGS - Orientadora

Prof. Dr. Deivison Moacir Cezar de Campos - ULBRA - Examinador

Prof^a. Dr^a. Sandra de Fátima Batista de Deus - UFRGS - Examinadora

*“A lei áurea é todo verso que eu escrevo”
(Imortais e Fatais - Baco Exu do Blues)*

AGRADECIMENTOS

Agradeço a essa força de amor e sabedoria que rege o universo, a quem chamo de Deus, por me acompanhar em toda essa trajetória e fazer meus caminhos serem sempre preenchidos de amor e sorte.

Agradeço aos meus antepassados, fazendo aqui uma menção especial aos negros. Sou resultado de suas escolhas, seus sins e seus não, e sou grata por isso. Obrigada por resistirem, afrontarem, levantarem a voz e inscreverem a resistência no meu DNA. Que eu possa abrir tantos caminhos pros que virão como vocês abriram para mim. Enê, Márcia e Silvia, parentes queridos que se despediram antes de eu completar a faculdade, vocês estão no meu coração.

Agradeço ao meu pai, por ter me mostrado desde pequena o mundo da Comunicação, pelos afetos que guardo na memória e pelos novos afetos que ainda podemos (re) construir.

Agradeço à minha mãe, por ser essa fortaleza. Por não apenas sonhar comigo, como mover mundos e fundos para realizar os meus sonhos. Obrigada pela empatia, pelos conselhos, por ser e se fazer presente. Obrigada pelo seu desprendimento em amar quem realmente sou, não uma ideia de mim. Por se desapegar de preconceitos para que o nosso amor transborde. Por essa confiança inabalável em mim, pelos energéticos comprados, por me despertar de manhã cedo e pelas massagens no corpo e no pulso nos ataques de tendinite durante as madrugadas.

À Aline Strelow, minha orientadora. Obrigada por reconhecer os meus avanços e, principalmente, acolher as minhas fragilidades. Sua confiança em mim fez com que eu confiasse também. Obrigada pela constante dedicação, parceria, flexibilidade, humildade e afeto dedicados em cada ato. Os comunicadores que passam pelas suas mãos saem tocados e inspirados. Você transforma vidas.

Aos meus irmãos mais velhos - Rafael, Lia e Márcia - por fazerem parte da pessoa que sou, por cuidarem de mim, me mostrarem novas faces do afeto e serem referências. Aos meus sobrinhos mais novos - Scarlett, Kael, Henrique e Rafaella, esses dois últimos que observo crescer com mais proximidade, por me ensinarem o colorido da vida. Às minhas adolescentes, Yasmim e Ana Luiza, por me ensinarem, me encherem de amor e frescor, e por reforçar minhas crenças e convicções por um mundo melhor pras mulheres. Ana Luiza, você é uma das melhores partes de mim. À Tia Nena, pelas consultorias e investimentos materiais e imateriais carregados de afeto.

À minha amiga Patrícia, por dividir o sonho da universidade pública ao meu lado e por sempre estar presente. Às Malandras, por essa rede de acolhimento, diálogo e amizade que espero carregar pro resto da vida. À Isadora e Thaianny, por provarem porque o número três é considerado o número da perfeição. Ao grupo "Último Gás", formado pela Thaianny Pontes, Vittoria Ben, Júlia Cervo e Gabriela Habckost, pelo altruísmo em me ajudar em todas as burocracias de fechamento deste trabalho. À Gabriela Trezzi, por dividir essa trajetória comigo, expor inseguranças e injetar ânimo.

À Joyce Quevedo, por cuidar da minha sanidade mental e estar presente nos momentos difíceis e me auxiliar numa trajetória de renovação do autocuidado.

À Hayane, por acolher meus desabafos em cada jornada pelas ruas da Protásio.

À J.A. dos Santos, por ter me apresentado a figura de Paulino de Azurenha.

À Associação Local Jovens de Sucesso, da Seicho-No-Ie, na figura de seus dirigentes e adeptos, amigos da vida, pelo apoio, fé e compreensão.

A Paulino de Azurenha, por ter existido e resistido e por ter me encontrado.

A mim, por todas a Brenda que fui, pela Brenda que sou enquanto coloco o ponto final neste trabalho e pela Brenda que ainda serei. Pela minha persistência e resiliência.

RESUMO

O presente trabalho se propõe a fazer uma recuperação biográfica da trajetória do jornalista Paulino de Azurenha (1861-1909) e a analisar as temáticas de suas crônicas assinadas sob o pseudônimo de *Léo Pardo*, publicadas no jornal *Correio do Povo* nos primórdios do século XX. Para tanto, foi utilizado o método biográfico para percorrer a trajetória pessoal e profissional de Paulino, na qual foram contempladas sua passagem pela *Revista Litterária*, a publicação do livro *Estrychnina* (1897), sua carreira no jornal *Correio do Povo* e sua participação na Academia Rio-Grandense de Letras. A dimensão coletiva de sua figura como um jornalista negro influente em pleno pós-abolição também foi tratada. Para a Análise de Conteúdo das crônicas de *Léo Pardo*, a metodologia de Laurence Bardin foi adotada. O *corpus* foi constituído por 38 textos assinados por *Léo Pardo*, dos anos de 1905 até 1909, publicados originalmente na coluna “Semanário” do *Correio do Povo* e, posteriormente, reunidos no livro *Semanário de Léo Pardo* (1926), obra póstuma. Submetendo o conjunto de crônicas à análise, identificou-se quatorze temáticas preferenciais. A partir delas, três eixos para a interpretação dos resultados obtidos foram estipulados. Após procedimentos quantitativos e qualitativos, observou-se uma ampla gama de assuntos abordados pelo autor, destacando-se como os principais a “natureza”, a “política”, a “morte”, a “sociedade” e a “vida”. A temática étnico-racial, uma das categorias de análise desta pesquisa, está contemplada em duas crônicas, nas quais *Léo Pardo* dá detalhes sobre os maus tratos sofridos pelas mulheres e crianças negras após a Lei do Ventre Livre - que libertava as crianças negras filhas de mulheres escravizadas a partir da sua promulgação - e sobre inacessibilidade de educação para a comunidade negra, que coloca os negros que têm acesso à instrução e às belas letras num patamar de exceção.

Palavras-chave: História da Comunicação; História da Imprensa no Rio Grande do Sul; Jornalistas negros; Paulino de Azurenha; Correio do Povo.

ABSTRACT

This paper aims to make a biographic recovery of the journalist Paulino de Azurena (1861-1909) and to analyse the themes of his chronics written under the pseudonym of *Léo Pardo*, published in *Correio do Povo* newspaper in the beginning of the XX century. For this purpose, the biographical method was adopted in order to follow Paulino's personal and professional paths, covering his time in *Revista Litterária*, the publication of the book ***Estrychnina*** (1897), his career in *Correio do Povo* newspaper and his participation at the Rio Grande do Sul Academy of Letters. The collective dimension of his figure as an influential black journalist in the moment of post-abolition was also explored. For the content analysis of *Léo Pardo's* chronics, the methodology of Laurence Bardin was adopted. The *corpus* was composed of 38 texts signed by *Léo Pardo*, from 1905 to 1909, originally published in the column "Semanário" of *Correio do Povo* and afterwards reunited in the book ***Semanário de Léo Pardo*** (1926) posthumously. Submitting the collection of chronics to analysis, 14 themes were found. From them, three thematic bases were established in order to interpret the obtained results. After quantitative and qualitative procedures, a wide range of topics addressed by the author were recognized, standing out as the main themes "nature", "politics", "death", "society" and "life". The ethnic-racial thematic, one of the categories of analysis in this paper, is contemplated in two chronics in which *Léo Pardo* provides details on the mistreatments suffered by black women and children after the *Ventre Livre (Free Womb)* law - which freed the children of slaves born after its promulgation - and also on the inaccessibility of education to the community, putting black people with access to education and fine letters to a level of exception.

Key Words: Communication History; Press History; Rio Grande do Sul Press; Paulino de Azurena; *Correio do Povo*; Black Journalists.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Retrato de Mahommah G. Baquaqua.	17
Figura 2. Capa do original, edição norte-americana, de Biografia de Mahommah G. Baquaqua (1854).	18
Figura 3. Tabela de distribuição populacional no RS em 1780	22
Figura 4. Folha de rosto da edição de 1808 do <i>Correio Braziliense</i> .	36
Figura 5 Primeira edição do <i>Gazeta do Rio de Janeiro</i> , em 1808.	37
Figura 6. Capa do jornal Diário de Porto Alegre do dia 03 de julho de 1827	39
Figura 7. Primeira edição do Correio do Povo, em 1º de outubro de 1895	47
Figura 8. Mario Totta (à esquerda), Caldas Júnior (ao meio) e Paulino Azurenha (direito).	53
Figura 9. Primeiro quadro dos membros associados da Academia Rio-Grandense de Letras, em 1901.	57
Figura 10. Rede de Marcello Gama.	58

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1. Temáticas

67

SUMÁRIO

1	12	
2	15	
2.1	16	
2.2	18	
2.3	22	
2.4	23	
2.5	27	
2.6	30	
2.7	33	
2.8	34	
3	37	
3.1	37	
3.1.2	41	
3.2	43	
3.3	43	
3.3.1	46	
3.3.2	49	
4	50	
4.1	51	
4.2	66	
4.3	68	
4.4	69	
4.5	73	
4.5.1	73	
4.5.2	75	
4.5.3	82	
4.5.4	86	
5	88	
REFERÊNCIAS		92
APÊNDICES		97

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho se aprofundará no campo da história da imprensa brasileira entre o final do século XIX e o início do século XX, com enfoque no Rio

Grande do Sul, através da produção do perfil do escritor, tipógrafo e jornalista negro e gaúcho Paulino de Azurena e a Análise de Conteúdo da coluna *Semanário*, assinada por ele sob a alcunha de *Léo Pardo*, no jornal *Correio do Povo*. As colunas que serão utilizadas aqui foram acessadas através da antologia **Semanário de Léo Pardo** (1926). Através do mapeamento e cruzamento entre a bibliografia existente e documentos oficiais, investigaremos a trajetória profissional do jornalista. Em seguida, analisaremos as crônicas assinadas como *Léo Pardo*, escritas entre 1905 e 1909, identificando os temas tratados e como a questão da negritude e das relações raciais aparecem no devido contexto da sociedade porto-alegrense do início do século XX.

Talvez o nome de Paulino de Azurena não seja tão desconhecido para os moradores de Porto Alegre ou região metropolitana. Entretanto, a lembrança provavelmente não seja por conta de seu legado no jornalismo da capital ou pelas numerosas bibliografias sobre ele, mas sim pela rua “Paulino Azurena”, situada no bairro Partenon, na zona leste da cidade. Em uma pesquisa rápida no principal *site* de buscas da internet, encontram-se resultados relacionados a mapas, linhas e itinerários de ônibus, vendas de imóveis e até mesmo notícias relacionadas à violência urbana.

No meio da página e, com um certo destaque - no canto direito da tela como “resultados relacionados”, aparece a figura por trás do nome. Antes de ser rua ou rota de transporte coletivo, Paulino de Azurena (1861-1909) foi um jornalista, escritor, poeta, cronista e gráfico negro e gaúcho entre final do século XIX e o início do século XX. Ao lado de Mário Totta (1874-1947) e Caldas Júnior (1868-1913), foi um dos fundadores de um dos mais influentes e pioneiros jornais de Porto Alegre: o *Correio do Povo*. Com passagem pelo *Jornal do Commercio*, Paulino também foi um dos fundadores da Academia Rio-Grandense de Letras e, junto com Totta e Sousa Lobo (1875-1935), escreveu o romance **Estrychnina** em 1897.

Comandando a coluna *Semanário*, Paulino, através do pseudônimo *Léo Pardo*, deixou sua marca como um dos cronistas mais expoentes de sua época: “Todo o cidadão da capital do estado do Rio Grande do Sul, ao longo da primeira década do século XX, que tivesse por hábito a leitura preguiçosa dos jornais dominicais, especialmente o *Correio do Povo*, com certeza não ignorava que à

última página deste lhe aguardava uma crônica intitulada “Semanário’.” (LAZZARI in CHALHOUB, NEVES e PEREIRA, 2005, p. 123)

Com tantas realizações e pelo feito de ser um cidadão negro influente no período imediato do pós-abolição da escravatura, a figura de Paulino é paradigmática. Entretanto, pesquisas aprofundadas sobre sua vida, sua obra ou sua trajetória são praticamente inexistentes. Não há nenhum trabalho sobre ele nos anais de encontros como Intercom (Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação) ou na Alcar (Associação Brasileira de Pesquisadores de História da Mídia), constando brevemente em parágrafos sobre a fundação do *Correio do Povo* e em notas de rodapé de trabalhos relacionados à imprensa Rio-Grandense e ao *Correio do Povo* em consulta realizada no Google Acadêmico. O livro **Estrychnina** até gerou algumas produções, mas nenhuma delas aprofundada na figura de Paulino.

Executar uma pesquisa sobre Azurenha não foi uma decisão óbvia: muitos caminhos trouxeram a autora até aqui. Mas, definitivamente, não foi uma decisão aleatória. Escolher Paulino como objeto de estudo é a possibilidade de reafirmar um compromisso íntimo e coletivo de produzir conhecimento acadêmico comprometido com o recorte da negritude. Uma tarefa que não é, nem deve ser, obrigatória aos pesquisadores negras e negros, mas que é intrínseco a vivência de herdeiros da diáspora africana. Um sentimento de reconstituição histórica de um corpo ancestral e contínuo.

A carreira de Paulino de Azurenha já seria notável até se vivesse nos dias de hoje por fugir das estatísticas. De acordo com o Mapa da Violência apresentando em 2018 pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), negros representam 40,2% do total de homicídios registrados no Brasil. Quando o assunto é educação básica, os dados igualmente são alarmantes:

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia Estatística (IBGE), em 2017, dos 11,466 milhões de analfabetos no país, a taxa de negros é maior que a de brancos: 9,3% e 4% respectivamente. No campo do Jornalismo, seguem os desafios: conforme divulgado pelo Sindicato dos Jornalistas, a taxa de desemprego entre negros na cidade de São Paulo era 40% maior do que entre brancos. Entre profissionais de Jornalismo, 72% são brancos e 23 % são negros (UFSC E FENAJ, 2012).

Desejamos, através deste trabalho, contribuir para a incipiente produção acerca de Paulino de Azurena por seu destaque pioneiro na imprensa gaúcha, por ser um dos poucos jornalistas negros inseridos nos grandes jornais da cidade. Sua figura torna-se ainda mais interessante pelo recorte de raça - Paulino é exceção: foi um negro letrado em pleno século XIX que ascendeu socialmente como jornalista e escritor em um ambiente de pós-abolição recente. Seus textos podem, ainda, conter amostras das questões raciais da época partindo do olhar de alguém que viveu tudo na pele.

“Mais do que um desafio”, para Gobbi, “escrever história de vida é uma possibilidade singular de mergulhar no passado (...), é a renovação do presente” (GOBBI in DUARTE e BARROS, p.84, 2009). Para revisitar o passado e a vida do jornalista, esta monografia se utilizará do método biográfico. Partiremos das fontes primárias, como a busca por documentos, fotos, *clippings* e toda a pesquisa que envolva Paulino. Cruzaremos os dados oficiais que, uma vez mapeados, verificados, checados e organizados, serão costurados ao embasamento sobre o contexto histórico-social do negro, as dinâmicas na sociedade racializada e toda a atmosfera social do meio jornalístico no Brasil, no Rio Grande do Sul e em Porto Alegre no século XIX, articulando outras disciplinas de conhecimento como a História e a Sociologia. Pretende-se, também, identificar seu papel no *Correio do Povo* e sua relação com a imprensa negra.

Em sequência, partiremos para a Análise de Conteúdo, considerando a relevância do estudo e da compreensão da obra de Paulino. Aqui, resgatamos os textos assinados como *Léo Pardo*, escritos para a coluna *Semanário*, no jornal *Correio do Povo*, entre os anos 1905 e 1909, reunidos no livro **Semanário de Léo Pardo**, publicado em 1926. Mergulharemos em seu universo, com o objetivo de mapear, identificar e contextualizar os temas presentes.

A pesquisa organiza-se em três capítulos. De início, realizamos o resgate histórico das questões da escravidão, abolição e pós-abolição no Brasil e no Rio Grande do Sul. No capítulo seguinte, apontamos os marcos da imprensa brasileira e gaúcha desde seus primórdios, estudamos as produções jornalísticas da comunidade negra através da imprensa negra do Rio Grande do Sul e evidenciamos os principais jornalistas negros da época, observando também suas interações e relações. Por fim, apresentamos o perfil de Paulino de Azurena, com enfoque em

sua trajetória profissional, sua inserção na imprensa rio-grandense o século XIX, a publicação de **Estrychnina**, seu envolvimento no círculo da Academia Rio-Grandense de Letras (1901) e sua atuação no *Correio do Povo*. Após, passamos para aplicação da Análise de Conteúdo por Bardin (2011) dos textos publicados como *Léo Pardo* e presentes no antologia de 1926, apresentando os critérios de sua pré-análise, seus resultados e os eixos temáticos encontrados.

2 ESCRAVIDÃO, ABOLIÇÃO E PÓS-ABOLIÇÃO NO BRASIL E NO RIO GRANDE DO SUL

(...)
A Terra é o meu quilombo.
Meu espaço é meu quilombo.
Onde eu estou, eu estou.
Quando eu estou, eu sou.
(...)
Ó paz infinita, poder fazer elos de ligação em uma história fragmentada.
África e América e novamente Europa e África.
Angola. Jagas. E os povos do Benin de onde veio minha mãe.

Eu sou atlântica.”
(NASCIMENTO, Beatriz. 1989)

Um continente é uma grande massa de terra cercada por água. Em uma perspectiva física, essa é uma de suas definições primárias. Seu entendimento é importante para nos localizarmos e para construirmos uma ideia comum de continente enquanto signo. No entanto, para o presente trabalho, será necessário convocar também seus aspectos políticos e históricos.

O processo de colonização da América é como uma trança: três partes - Europa, América e África -; três povos - europeus, indígenas e africanos - que se entrelaçam, formando uma trama impossível de ser desfeita. Para o sociólogo e político Guerreiro Ramos, “A situação colonial, posta em questão hoje por sociólogos e economistas, é entendida como um complexo, uma totalidade que impõe certo tipo de evolução de psicologia coletiva às populações colonizadas.” (RAMOS, 1957, p.18).

O Brasil, como um dos países colonizados do continente americano, carrega as consequências e impactos decorrentes desse período, que deixaram marcas fundantes, estruturais e estruturantes em sua sociedade.

Aqui, escureceremos nosso recorte, buscando entender o contexto social em que Paulino de Azurenha estava inserido, com um olhar voltado aos processos anteriores e essenciais para pensar o negro no Brasil e no Rio Grande do Sul: um breve resgate sobre o tráfico negreiro, a escravidão no Brasil, a busca pela liberdade, abolição da escravatura e os primeiros anos de pós-abolição.

2.1 ESCRAVIDÃO: BREVE RESGATE E PRIMÓRDIOS DA ESCRAVIDÃO AFRICANA NAS COLÔNIAS AMERICANAS

“O tempero do mar
foi lágrima de preto”
(Boa Esperança - Emicida)

A escravidão é a prática social em que indivíduos são - à força - subjugados e equiparados à condição de mercadorias, passíveis de se tornarem propriedade de algo ou alguém. Ceifados de suas identidades e liberdades individuais, estão atrelados a trabalhos forçados. Esse sistema, infelizmente, atravessa os tempos, atualiza-se e, ainda hoje, postula como uma das grandes questões que desafiam a

manutenção e garantia do pleno exercício dos Direitos Humanos. De acordo com Jaime Pinsky, ela está presente desde a Antiguidade:

A escravidão não é recente na história da humanidade. Já na antiguidade verificamos a sua ocorrência. Na Mesopotâmia e no Egito, quando da execução das obras públicas como barragens ou templos, grande número de trabalhadores era recrutado. Tornava-se propriedade dos governantes que lhes impunham sua autoridade e determinavam as tarefas. Não eram, contudo, vendidos e sua atividade podia cessar quando do fim da construção, retornando os trabalhadores as suas tarefas anteriores. As relações que estabeleciam com seus proprietários eram eventuais, diferentes daquelas que ocorriam na Grécia - principalmente Atenas - e Roma onde a escravidão era a forma mais características de extração de trabalho. Escravos eram comprados ou obtidos, após saques e batalhas e nunca perdiam - à exceção de casos isolados - sua condição (PINSKY,1994,p.13).

A Idade Moderna foi marcada pelas novas formas de escravidão praticadas nas Américas. A primeira experiência com mão de obra escrava pelos portugueses não aconteceu no Brasil. Na verdade, estava em desenvolvimento a partir de 1444, com o regresso do navegador Antão Gonçalves da expedição ao Rio do Ouro, acompanhado de meia dúzia de azengues raptados da costa do Saara, na África, para o D. Infante Henrique, como informa Pinsky no livro **A Escravidão do Brasil** (1994, p.14).

No século XVI, Portugal possuía um fluxo emigratório galopante em razão das expansões marítimas, colonização e deslocamento de mão de obra para a exploração das Índias e da África, como reforça o autor: “Numa população de um milhão e meio de habitantes, para o século XVI, os estudiosos estimam a emigração em quase trezentas mil pessoas” (PINSKY,1994, p.14 -15). Nesse contexto, o trabalho escravo surge como uma solução útil e lucrativa de investimento nas terras das Américas.

Na África, os portugueses controlavam as rotas comerciais no interior do continente, o que ampliava o acesso aos locais onde africanos eram capturados em conflitos tribais - com ou sem envolvimento direto dos europeus. Adiante, seria o pioneirismo e aperfeiçoamento de técnicas no método de tráfico de escravizados dos lusos que potencializaria seu protagonismo.

Na colônia brasileira, em sua fase inicial, a escravidão foi imposta com regulamentação da Coroa aos índios quando o escambo acabou (MACHADO, 2014, p.5). Pinsky enumera as formas de mão de obra indígena: a escravidão, através das chamadas “expedições de apresamento”, uma legítima caça ao índio; a escravidão voluntária, como ferramenta de sobrevivência dos índios; além da administração, reduções jesuíticas e, em alguns casos, assalariamento (PINSKY, 1994, p.18).

Ainda apoiados no autor, podemos afirmar que a entrada de africanos para fins de escravatura não eliminou o trabalho compulsório indígena. Todavia, a improdutiva experiência com os indígenas - decorrente da sua baixa densidade demográfica, comportamento arredo das tribos, dizimação e proteção jesuítica visando a catequização - e a vantagem comercial com o tráfico e comércio de escravizados foram fatores determinantes para que a escravidão africana atingisse dimensões maiores: “o comércio ultramarino trazia excelentes dividendos tanto ao governo, quanto aos comerciantes” (PINSKY, 1994, p. 19).

Nessa conjuntura, o tráfico é ativado e torna-se uma das principais atividades comerciais do mercado. Os espanhóis são os primeiros a levarem cativos da África à América, mais especificamente nas regiões das Canárias e de Cabo Verde, por meio de acordos com os portugueses, chamados “asientos”. O território brasileiro é, na sequência, o terceiro lugar a efetuar compra de pessoas escravizadas.

2.2 TRÁFICO NEGREIRO

Era um sonho dantesco... o tombadilho
Que das luzernas avermelha o brilho.
Em sangue a se banhar.
Tinir de ferros...estalar de açoite...
Legiões de homens negros como a noite,
Horrendos a dançar...
(Trecho do poema Navio Negreiro, de Castro Alves)

O Brasil foi o principal destino do continente americano a receber africanos para escravização. Sidney Chaloub afirma que cerca de 4.800.000 africanos chegaram ao território brasileiro na condição de escravizados durante todo o período

de tráfico negreiro no Brasil, entre meados do século XVI até o início da década de 1850. Mais de dois milhões, equivalente a 42% do número geral, chegaram na primeira metade do século XIX (CHALHOUB, 2012, p.33).

No início, as navegações não eram tão frequentes, mas intensificaram-se ao longo do período, impulsionadas pelo aumento da demanda, concorrência comercial europeia e o apoio que a prática recebia de reis e da Igreja. As regiões da “Grande Guiné” e da Angola, com os portos de Benguela e Luanda, foram as principais localidades de onde partiam os navios negreiros. As ilhas africanas ocidentais ou zonas na África Oriental, como Madagascar, também foram pontos de partida. Entre os grupos de étnicos trazidos da África para o Brasil, devemos considerar os guinéus, angolanos, bantus, sudaneses, minas, entre outros (PINSKY, 1994, p. 24).

A captura ainda em terras africanas era apenas o início de um trajeto brutal e desumano, definido como “o mais horrível de todos os lugares” por Mahommah Gardo Baquaquá, um nativo de Zoogoo, na África, que foi escravizado e conseguiu liberdade através de uma fuga nos Estados Unidos, onde publica a sua biografia com ajuda de abolicionistas. Seu primeiro destino, quando foi raptado, foi o porto de Pernambuco. Em sua obra, publicada originalmente em 1854, em Detroit, Estados Unidos, com a auxílio do abolicionista Samuel Moore, ele relata os horrores vividos no navio; horrores que, aliás, já começavam ainda em terra firme.

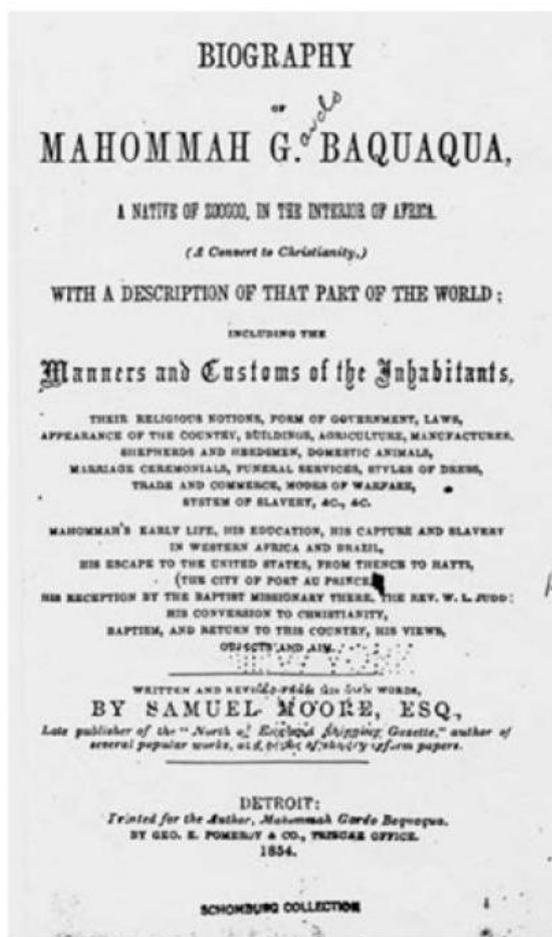
Para assegurar a nossa obediência, um homem se postou à nossa frente com um chicote na mão pronto para açoitar o primeiro o primeiro que ousasse desobedecer; outro homem circulava com um ferro quente e nos marcava como a tampas de barril ou a qualquer outro bem ou mercadoria inanimada (BAQUAQUA in LARA, 1988, p. 271).

Figura 1. Retrato de Mahommah G. Baquaqua.



Fonte: Divulgação/Revista Trip

Figura 2. Capa do original, edição norte-americana, de Biografia de Mahommah G. Baquaqua (1854).



Fonte: Divulgação/Revista Trip.

Acorrentados e amarrados, eles eram levados para o porão do navio. Nus, homens eram jogados uns sobre os outros de um lado, mulheres do outro, ambos vindos das mais diversas etnias. A quantidade de grupos embarcados variava de 300 a 500 pessoas, numa viagem que poderia demorar de 30 a 50 dias (AMARAL, 2011, p.12). Baquaqua segue narrando que o teto do porão era tão baixo que era impossível ficar em pé, então, o percurso era todo feito sentado ou agachado. Noites e dias tornavam-se iguais, tendo o sofrimento e fadiga como companheiros. Em seu relato, ele expõe algumas torturas cotidianas:

A única comida que tivemos durante a viagem foi milho velho cozido. Não posso dizer quanto tempo ficamos confinados assim, mas pareceu ser muito tempo. Sofríamos muito por falta de água, que nos era negada na medida de nossas necessidades. Um quartilho por dia era tudo que nos permitiam e nada mais. (...) Quando qualquer um de nós se tornava rebelde, sua carne era cortada com uma faca e o corte esfregado com pimenta e vinagre para torná-lo pacífico (!) (BAQUAQUA in LARA, 1988, p. 272-273).

Muitos não resistiam à viagem nessas condições e acabavam morrendo na travessia. Seus corpos eram jogados no oceano. “(...) de 8.330.000 aprisionados, só 2.000.000 conseguiram sobreviver mais do que cinco anos. Seis milhões de mortos. Um verdadeiro holocausto” (PINSKY, 1994, p.28). Chegando aos portos brasileiros, os sobreviventes pisavam em solo pela primeira vez depois de muito tempo em alto mar. Já na saída, eram colocados à mostra para seus compradores, numa espécie de vitrine a céu aberto. Ali, eram avaliados e comprados para mão de obra escrava nas fazendas.

É importante salientar que, no início, a atividade era praticada por comerciantes e traficantes portugueses, mas, ao longo do tempo, foram sendo substituídos pelos brasileiros, que dominaram o negócio no século XVIII (AMARAL, 2011, p.12).

2.3 ESCRAVIDÃO NO BRASIL

A Coroa portuguesa tinha no Brasil um dos núcleos econômicos mais potentes, que gerava riquezas baseada no sistema agrícola dos *plantations*: “grandes unidades [de terra] que se especializavam em apenas um item cujo o destino era o mercado exterior, notadamente o europeu” (CARVALHO, 2012, p. 96). O cultivo da monocultura era baseada no trabalho escravo dos africanos. As condições de trabalho eram péssimas, o que resultava na baixa expectativas de vida dos escravizados - fato que não era visto como um problema, visto a facilidade de reposição pelo tráfico atlântico.

É essa mão de obra que movimenta as principais atividades econômicas ao longo dos séculos: inicialmente, nos engenhos de cana-de-açúcar no nordeste, o cultivo de algodão; em seguida, o ciclo do ouro em Minas Gerais; e, no começo do século XIX, trabalham nas lavouras de café no Rio de Janeiro. Ou seja, tem início por volta de 1550, na fase do Brasil colonial, até pouco antes do fim do Império. Amaral ressalta a contribuição muitas vezes invisibilizada do negro nesse contexto: “Várias técnicas de cultivo, de criação de gado, e de mineração de ferro foram ensinadas pelos africanos aos portugueses, além da evidente influência linguística e religiosa, o que nos permite dizer que o africano também foi um elemento civilizador do Brasil” (AMARAL, 2011, p.12).

As fazendas tinham um funcionamento hierárquico que moldava as relações sociais, tendo a figura do senhor de engenho centralizada, com autoridade final sobre sua família, seus capatazes e seus escravizados. Esses últimos tiveram suas identidades e corpos “coisificados”, por serem declarados juridicamente como “coisas”: “(...) [Eles] podiam ser doados, vendidos, trocados, legados nos testamentos de seus senhores e partilhados, como quaisquer outros bens” (AMARAL, 2011, p.13). Inclusive, o ventre das mulheres: quando grávidas, os filhos das escravizadas eram automaticamente tidos como escravizados.

Uma das principais diferenças entre o sistema escravagista das colônias americanas e a escravidão antiga ou do sistema medieval é o uso da cor da pele como critério e justificativa para a definição de quem será escravizado (MACHADO, 2014, p.4). A ideia é corroborada por Lélia Gonzalez: “Quando se analisa a estratégia utilizada pelos países europeus em suas colônias, verifica-se que o racismo desempenhará um papel fundamental na internalização da ‘superioridade’ do colonizador pelos colonizados” (GONZALEZ, 1988, p.72). Ela ainda pontua a segunda metade do século XIX como o período em que o racismo se constitui como ciência da superioridade eurocristã - com o protagonismo da branquitude e da patriarcalidade - e, em paralelo, do modelo ariano (BERNAL, 1987, apud GONZALEZ, 1988, 71).

O século XIX é importante para pensar a relação do tráfico negreiro e o avanço de medidas contrárias a esse negócio, seguindo a linha de Chalhoub: “no primeiro quartel do século XIX”, entre os anos de 1801 a 1805, “entraram no Brasil 1.012.762 africanos”. Em 1810, os súditos portugueses não podiam mais engajar-se no tráfico em territórios africanos fora de seu controle. Cinco anos após, durante o Congresso de Viena, acontece a primeira declaração das potências acerca da abolição do tráfico. O comércio de escravizados ao norte da Linha do Equador fica proibido. Em 1826, em retribuição ao apoio diplomático necessário para o reconhecimento da sua independência, o Brasil estabelece com a Inglaterra o compromisso de abolir o tráfico em três anos após a ratificação de contrato entre as monarquias. “No segundo quartel do século”, entre os anos de 1826 a 1850, chegam 1.041.964 novos africanos.(CHALHOUB, 2012, p.35-36).

2.4 ESCRAVIDÃO NO RIO GRANDE DO SUL

Antes de prosseguir, faz-se necessário voltar o olhar para a realidade escravocrata no Rio Grande do Sul. No livro **Capitalismo e Escravidão no Brasil Meridional: o negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul**, Cardoso expõe a comum invisibilização ou diminuição da importância do negro no desenvolvimento do trabalho no Brasil Meridional, atual região sul do país, apesar de registros de uma presença considerável de negros e negras nessa população. Uma das razões para esse cenário seriam:

As interpretações correntes sobre a formação do Rio Grande insistem apenas na importância da estância e da economia do gado para o desenvolvimento da região. Caracterizam assim de forma um tanto sumária o processo de organização da vida econômica do sul (CARDOSO, 1977, 53).

Durante o período colonial, a presença do negro na mão de obra escravizada está associada à economia mercantil. O negro, enquanto mão de obra, é visto como uma mercadoria. Comprar negros escravizados necessita dinheiro, é um investimento. Portanto, no contexto econômico, a mão de obra negra escravizada está presente em atividades comerciais com viés de exportação.

Para analisar a economia sulista, Cardoso identifica as funções econômicas desenvolvidas na região e retoma seus primórdios. O território reconhecido como Brasil Meridional foi anexado ao território pertencente à Coroa Portuguesa como estratégia de expansão colonial e interesses econômicos no comércio de mulas e cavalos (CARDOSO, 1977, p.47). A partir daí, o povoamento do Rio Grande deu-se através das vilas fortificadas e das estâncias de criação, locais nos quais já havia a presença do negro, mas de forma muito restrita. Também afirma-se registros dele nas fronteiras móveis do estado.

Algumas áreas do Rio Grande do Sul possuíam economia subsidiária, em alguns momentos economia de exportação e também economia de subsistência que, ocasionalmente, articulava-se com a exportação. “No primeiro caso [exportação] havia a utilização regular de braço escravo, no segundo caso [subsistência] a utilização do escravo tendia a ser insignificante” (CARDOSO, 1977, p.46). Até esta fase, os currais das estâncias são tocados por lagunistas e açorianos; há abundância do trabalho escravo indígena nas missões, o que, junto com a não exportação dessas atividades, resulta em pequeno número de escravizados, que ocupavam funções nos serviços domésticos e urbanos.

O mapa da população de 1780, elaborado pelo Tenente Córdova, comprova o aumento acentuado de negros no RS a partir do segundo quartel do século XVIII, que está associado a prodigioso ramo econômico: a produção de trigo.

Figura 3. Tabela de distribuição populacional no RS em 1780

Freguesia	Branços	Índios	Negros	Total
Madre de Deus	871	96	545	1.512
Rio Grande	1.643	182	596	2.421
Estreito	880	97	277	1.254
Mostardas	360	40	191	591
Viamão	1.028	114	749	1.891
Santo Antônio	828	91	270	1.189
Conceição do Arroio	234	25	158	417
Aldeia dos Anjos	210	1.890	255	2.355
Vacaria	291	32	248	571
Triunfo	637	—	640	1.277
Taquari	580	—	109	689
Santo Amaro	512	—	208	720
Rio Pardo	1.317	438	619	2.374
Cachoeira	42	383	237	662
Totais	9.433	3.388	5.102	17.923

Fonte: CARDOSO, 1977, p. 50.

O último quartel do século XVIII e os primeiros anos do século XIX foram, graças à exploração do trigo, um período próspero para a agricultura do Rio Grande" (...) "As freguesias nas quais se registrou maior concentração de escravos, no mapa do Tenente Córdova, foram exatamente aquelas onde houve produção de trigo (CARDOSO, 1977, p.56-58).

É a mercantilização de determinados setores econômicos do Rio Grande do Sul que promove o aumento da população negra pela via da mão de obra escrava, como um investimento nas áreas aquecidas do mercado.

Ao lado dos trigais, outro local que mobilizou o trabalho escravo foram as estâncias. Os currais tornam-se estâncias e a vida pastoril transforma a economia do estado através do aproveitamento regular e intenso do gado - do charque ao couro. "Foi a indústria do charque, todavia, que tornou a exploração do escravo regular e intensa no Rio Grande do Sul" (CARDOSO, 1977, p.70), tornando-se, durante todo o século XIX, o setor que mais absorveu trabalho escravo na região. Liderada pela exportação de trigo, gado, couro e charque, a economia gaúcha era movida pelo braço escravizado. O escravizado negro tem papel ativo e intenso na economia do Rio Grande do Sul.

No texto “A invenção da sociedade gaúcha”, Pesavento nos indica que a imagem da sociedade gaúcha é construída pela valorização do estado como sentinela da fronteira, construtor da nação. Com a identificação com a vida rural, o gaúcho é um homem do campo. (PESAVENTO, 1993, p.6). A narrativa sobre o Rio Grande do Sul é centralizada na figura e virtudes tidas como masculinas - como a valentia e a força - e na falácia da democracia e da igualdade.

A simplicidade do campo, a bravura das gentes, a imensidão da terra, só limitada pela fronteira conquistada pela força das armas, articulam a constituição de uma sociedade livre. Na visão estereotipada, que articula espaço e tempo e interliga a nação com a região, ocorre uma consequência inevitável: a sociedade que se constitui é sem classes, “naturalmente” democrática, de salutar camaradagem entre chefes e subordinados, confundindo nas lides do campo e da luta. Não há dominantes ou dominados, mas, sim, gaúchos [...] (PESAVENTO, 1993, p.389).

Na “sociedade constituída sem privilégios ou privilegiados”, Pesavento aponta a utilização de elementos cotidianos de forma deslocada de seu contexto, na intenção de reforçar uma relação baseada na camaradagem, com patrões e subordinados em posições naturalizadas. Até o hábito de compartilhar a cuia do chimarrão surge com esse intento de comprovar uma sociedade onde até “mesmo negros eram bem tratados” (PESAVENTO, 1993, p.390). O que, na verdade, não era bem assim.

Nunca existiu uma democracia racial gaúcha, nem a escravidão no RS fora mais branda. Na tentativa de eufemizar o processo, produz-se uma imagem de uma escravidão patriarcal. Tal relação paternalista colocada entre os senhores e seus escravos já eram imposições, baseadas na superioridade da raça. O senhor, na figura de pai e autoridade, tinha poder sobre os seus “filhos”, em um discurso que infantilizava negros e negras (ZUBARAN, 1999, p.22). Qualquer povo não europeu prontamente é caracterizado como raça inferior, servil ou menos avançada que deve ser dominada, haja vista que

A linguagem da missão civilizadora está presente, particularmente na noção de que existe um “nós” e um “outro”, cada qual construído a partir da oposição hierárquica entre a suposta superioridade do “nós” europeu, associada à cultura ocidental, e a suposta inferioridade do “outro nativo” (ZUBARAN, 1999, p.21).

No estudo *O eurocentrismo do testemunho: relatos de viagem no Rio Grande do Sul do século XIX*, Zubaran (1999) debruça-se sobre os três principais relatos sobre o RS feitos por viajantes do norte da Europa. Todos eles homens,

brancos, europeus e de classe média que viajaram ao estado entre 1808 e 1850. São eles: o comerciante inglês John Luccok, o naturalista amador e comerciante francês Arsène Isabelle e o capitão austríaco Joseph Hörmeyer.

Por meio do olhar europeu - que corresponde ao olhar colonizador - correntes como o positivismo e o racismo científico corroboram com o discurso do opressor, enquanto os ideais libertários da Revolução Francesa lançam lampejos de humanidade para a questão escravocrata no Rio Grande do Sul.

A partir dos relatos, pode-se perceber que castigos e maus tratos aplicados aos escravizados eram justificados pela sua suposta rebeldia e indolência (ZUBARAN, 1999, p.22). O castigo tinha função pedagógica. O olhar infantil reforça nos escravizados características como a dependência, a imprevisibilidade e a inconfiabilidade. Além disso, negros e negras eram bestializados, tidos como animais, degenerados, selvagens, “burros de carga”, atrasados e submissos.

Decorrente desse processo racista, que justifica o tratamento baseado na cor, também é o estereótipo do escravizado como “vítima infeliz”. A humanização das dores do povo negro escravizado nunca se dá em par de igualdade, mas sim, pela via da inferioridade: sente-se pena do escravizado coitado, do escravizado vítima, como é observado nos relatos de Isabelle. Dentre os três, ele é quem mais denuncia os maus tratos sofridos pelos negros escravizados no Rio Grande do Sul. Por essa postura crítica, por muito tempo a produção de Isabelle recebeu uma avaliação negativa pela historiografia rio-grandense tradicional (ZUBARAN, 1999, p.26), recebendo apontamentos como “má vontade com o Rio Grande” e “má leitura”.

2.5 RESISTÊNCIA NEGRA

“Eu quero ver
Quando Zumbi chegar
Zumbi é senhor das guerras
É senhor das demandas
Quando Zumbi chega
É Zumbi é quem manda”
(Zumbi - Jorge Ben Jor)

Com uma vida cercada por violências de todas as ordens, a própria existência de um corpo negro é, por si só, resistência - algo que, em algum momento, já deve

ter-se inscrito no próprio DNA do negro brasileiro como herança de seus descendentes. “Onde quer que tenha havido escravidão, houve resistência escrava. No Brasil os escravizados resistiram ao sistema escravista durante os quase quatro séculos em que a escravidão existiu entre nós” (AMARAL, 2011, p.31).

Amaral é quem nos dá um panorama das principais táticas de resistência, entre elas as revoltas, as uniões familiares, a religiosidade e os quilombos. É importante mencionar que havia atitudes de resistência cotidiana, como fazer “corpo mole” durante as tarefas, cometer sabotagens e roubos, o uso do sarcasmo, fugas, suicídios e até mesmo o aborto.

Aqui, focamos nas táticas que marcaram a experiência da escravidão africana no Brasil, mas fenômenos similares são observados por todas as colônias da América. O ato de fugir poderia ter diversas motivações, mas simbolizava um ato de liberdade, de insubordinação e de afronta à economia. Amaral (2011) elucida que as fugas poderiam ser reivindicatórias, como uma força política de negociação, poderiam ser “casuais”, para visitar parentes de outras propriedades ou para festejar, ou poderiam ser uma via para liberdade.

Se a fuga era inerente à escravidão, a busca era inerente à fuga. Os escravizados eram propriedades e força de trabalho, logo, sua ausência era um prejuízo aos bens e à fonte de economia de seus senhores. As buscas pelos “escravos fujões” vinham por meio de anúncios nos jornais com oferecimento de recompensa, além das “caças”, lideradas pelos Capitães de Mato. Cabe ressaltar que essa figura surge após a experiência do Quilombo dos Palmares (AMARAL, 2011, p.32). Uma vez capturados, os fugitivos recebiam uma série de punições; castigos tão severos que poderiam levar à morte.

O quilombismo foi um fenômeno percebido em todo o período da escravidão até a abolição em que, no meio da mata ou em locais de difícil acesso, formavam-se locais de refúgio para escravizados fugidos, mas que muitas vezes agiam em parceria com negros libertos, índios, criminosos e desertores das forças armadas (AMARAL, 2011, p.35).

Cento e trinta anos se passaram desde a abolição da escravidão, mas os quilombos permanecem. Em uma perspectiva de que eles representam um ambiente de valorização da cultura negra, um território negro, poderíamos englobar as quadras das escolas de samba e os terreiros como “quilombos modernos”, como

sugerem Raquel Gerber e Beatriz Nascimento no documentário *Ôrí* (1989). Mas, de fato, eles ainda persistem como espaços de moradia e sobrevivência de famílias negras em pequenas comunidades, com a preservação de seus valores culturais. A autodenominação é o que classifica uma comunidade quilombola. Ela pode ser ou não remanescente dos quilombos da época escravocrata e são certificados através do Programa Brasil Quilombola (AMARAL, 2011, p.35 e p.38).

A construção de laços de família, o senso de comunidade e a religiosidade também são consideradas modos de resistência em um espectro sociocultural. No início do presente capítulo, relembramos como momentos antes do embarque no navio negreiro e durante a viagem, o sentimento de família era aviltado através de sequestros, separações e misturas entre as etnias. Reconstruir laços de afeto era uma forma de revolução em uma sociedade escrava, na qual negros e negras, africanos e seus descendentes eram jurídica, cultural, científica, social e economicamente coisificados. As senzalas, bem como as imprevisíveis vendas e trocas de escravizados, eram ambiente desagregadores de famílias.

Reproduzindo o discurso do racismo científico, o mesmo que apareceu nas páginas anteriores sobre a escravidão no RS, historiadores por muito tempo corroboraram com a ideia de que a comunidade negra sofria de uma “patologia social”, que desencadeava “desinteresse pela vida familiar” e “promiscuidade”. Pesquisas recentes, a partir de 1980, vieram na contramão dessa afirmação e atestam “a existência de várias gerações de famílias escravas dentro de uma mesma fazenda” (AMARAL, 2011, p.41).

Na senzala, negros e negras não tinham acesso a casamentos na igreja, por exemplo. Além das uniões estáveis, a relação mãe e filho é o núcleo familiar. Amaral lembra que a lei “visando proteger as famílias escravas só foi criada em 1869, mas ela apenas evitava que, na venda, fossem separados dos pais os seus filhos menores” (AMARAL, 2011, p.42). Não era apenas o sangue o fator determinante para caracterizar uma família: foi comum o compadrio e também as famílias de santo, no espaço religioso. Padrinhos, inclusive, ajudavam na compra de alforria, mediavam na relação entre o afilhado e senhor de escravo e também ofereciam ajuda espiritual.

As religiões eram a intersecção entre as raízes culturais, as bases religiosas originárias e a vivência diaspórica. No Brasil, diferentes tradições religiosas de matriz

africana desenvolveram-se devido à variedade e à mistura entre diferentes etnias, como o candomblé.

Sabe-se hoje que, se a princípio as religiões de matriz africana foram seguidas pelos escravizados e libertos, aos poucos, desde o período colonial, elas foram ganhando adeptos de todas as cores e classes sociais. O que é explicado pelas importantes funções sociais desempenhadas pelos sacerdotes negros, que supriam necessidades essenciais da população urbana, atuando onde o Estado não estava presente. Essas carências não eram apenas de ordem espiritual, mas também de ordem prática. Exemplo disso é a função médica (AMARAL, 2011, p.43-44).

2.6 LIBERDADE PELOS RAMOS DA CAMÉLIA: MOVIMENTO ABOLICIONISTA NO BRASIL E NO RIO GRANDE DO SUL

Alforrias - que na verdade dependiam muito das vontades do senhor de escravo - e fugas eram as formas de liberdade, mas não desprendiam o indivíduo negro da condição de escravizado. Por volta de 1870, “quando um grupo de pessoas solidárias com o sofrimento dos escravizados ergueu como bandeira a luta pelo fim da escravidão” (AMARAL, 2011, p. 47), molda-se o movimento abolicionista, que adota como símbolo a camélia.

No Rio Grande do Sul, o movimento abolicionista intensificou-se na década de 1880. A propaganda abolicionista teve sua discussão ampliada e publicada na imprensa local durante o chamado “biênio abolicionista”, entre os anos de 1883 e 1884. Estavam entre os principais jornais da imprensa local o *Jornal do Commercio*, *A Reforma*, *A Federação*, *O Mercantil* e *O Século* (ZUBARAN, 2009, p.6).

O fim do tráfico escravo - que retomaremos mais adiante - teve como desdobramentos tráfico interno intenso entre as províncias e a “crioulização”, com uma maioria de força escrava já nascida no Brasil. O desgaste do sistema escravocrata começa a se manifestar na rebeldia, ou melhor, na resistência escrava. Entre as décadas de 1860 e 1870, é observado o aumento de roubos, fugas, assassinatos de senhores de escravos e formação de quilombos mais próximos da área urbana (AMARAL, 2011, p.47).

O sentimento antiescravista mobilizou agentes dos mais diversos setores, motivados pelas mais diversas razões. O movimento ganha corpo entre estudantes das Faculdades de Direito e Medicina e se alastra para setores médios da sociedade, englobando adeptos de diversas realidades, origens e cores, como

resgata Amaral: “Os abolicionistas atuavam geralmente dentro de associações, que tinham os seus objetivos definidos em estatutos. (...) As associações começam a surgir nos finais da década de 1860 e, na década de 1880, já haviam se espalhado por todo o Brasil” (2011, p.53-54). Através dos “*meetings*” - encontros em que debatia-se a abolição - e das passeatas cívicas, o movimento ganhava corpo.

Em Porto Alegre e pelo interior também constata-se a emergência das sociedades emancipatórias. Algumas delas: Sociedade Emancipatória Rio Brasil (1881), Seção Abolicionista do Partenon Literário (1883), Sociedade Emancipadora Esperança e Caridade (1883), Libertadora Mercantil (1883) e Centro Abolicionista Porto Alegre (1883).

Os métodos de promoção da causa abolicionistas perpassavam diferentes esferas, como a propaganda antiescravista, os jornais abolicionistas e a defesa da liberdade de escravizados no plano jurídico. O movimento era heterogêneo, podendo incluir monarquistas, republicanos, conservadores e liberais, unidos pela percepção de que a escravidão era um entrave social que atrasava o desenvolvimento do país (AMARAL, 2011, p.54).

Com base em Zubaran, podemos afirmar que a escravidão ganha *status* de instituição maligna. Os três partidos políticos da Província - o Conservador, o Liberal e o Republicano - aderiram ao discurso, cada um defendendo seus devidos pontos. Os liberais defendiam a abolição através de contratos de serviços entre os senhores e seus ex-escravizados; os conservadores alegavam que o caminho defendido pelos liberais ameaçava a ordem social e eram favoráveis à uma transição lenta, baseada nos efeitos da Lei do Ventre Livre e emancipações voluntárias; já os republicanos defendiam a liberdade imediata sem indenização, mas acabam desenvolvendo apoio aos liberais (ZUBARAN, 2009, p.6).

Figuram como principais ativistas do movimento o ex-escravizado, rábula, jornalista e orador Luiz Gama; o farmacêutico, jornalista, escritor e orador José do Patrocínio; o promotor e juiz Antônio Bento; o polímata Rui Barbosa; e o político, diplomata e historiador Joaquim Nabuco. Na Província do Rio Grande do Sul, destacam-se o líder político liberal Silveira Martins, o presidente do Centro Abolicionista Coronel Salgado e o líder republicano Júlio de Castilhos.

Em nível geral, havia correntes diferentes sobre as implicações da abolição. Alguns abolicionistas defendiam a substituição da força de trabalho de imigrantes no

lugar dos ex-escravizados, sugestão que corrobora com uma política higienista e de embranquecimento. O abolicionista André Rebouças apoiava aquilo que tratava por “democracia rural”, ou seja, o acesso de terras para o negro liberto. (AMARAL, 2011, p.55). Luiz Gama destaca-se por denunciar o racismo contra o negro, associando o fim da escravidão à luta contra a discriminação:

[...] como rábula, defendeu a liberdade de centenas de escravos nas ações de liberdade. [...] Ao denunciar a discriminação racial, Luiz Gama fazia um importante deslocamento na atuação dos abolicionistas, cuja maioria, defendendo apenas o caminho legal, defendia que a Abolição no Brasil poderia ocorrer sem maiores transtornos, nem derramamento de sangue, por aqui não existirem ódios raciais como existia nos Estados Unidos. Gama mostrava que o racismo contra o negro existia independente do discurso que o negava. (AMARAL, 2011, p.55)

No ano de 1882, o falecimento de Luiz Gama causa uma comoção popular. A historiografia comumente atribui a essa data um ponto de inflexão no movimento abolicionista, tomado por uma radicalização, tomando medidas como enfrentamento da força policiais na captura de escravos fugitivos, manifestações contrárias a castigos corporais e venda de escravizados, acobertando fugas e acolhendo fugitivos. Há maior adesão de negros e mestiços ao movimento. (AMARAL, 2011, p.55-56).

O Centro Abolicionista de Porto Alegre, organização criada em 1883 pelos liberais e membros da seção abolicionista do Partenon Literário Joaquim Salles Torres Homem e Júlio César Leal e presidido pelo também liberal coronel Joaquim Pedro Salgado, liderou a Campanha Abolicionista na província.

[...] o compromisso político assumido entre liberais, republicanos e conservadores dissidentes reunidos no Centro Abolicionista, privilegiou a ideia da liberdade condicional a ser indenizada através dos contratos de serviço e criou a figura do contratado, um status intermediário entre a escravidão e a liberdade, tendo em vista que a liberdade não era imediata e completa, mas condicionada à prestação de serviços dos ex-escravos aos seus ex-senhores, por um período de até sete anos (ZUBARAN, 2009, p.7).

O discurso das elites abolicionistas dialogava com imaginários já comentados do Rio Grande do Sul: o sentimento de “sentinela” reforçado por um nacionalismo e patriotismo. Mais uma vez, as alforrias e apoio à libertação dos escravos sustentavam-se na relação de submissão pacífica, colocando a elite abolicionista numa posição de benevolência, generosidade e caridade. Aspectos coercitivos eram maquiados com neutralidade.

Não creio que nesta província possam aparecer maiores dificuldades sobre a conveniente acomodação dos libertos, que hão de preferir em sua grande maioria acompanhar seus benfeitores, porque no Rio Grande do Sul a escravidão foi sempre uma instituição familiar, participando o escravo de todas as vantagens dos senhores, aos quais devem estar hoje presos pelos laços de gratidão e de cuja a inteligência não podem prescindir (Rodrigo de Azambuja Villanova, presidente da Província in ZUBARAN, 2009, p.10-11).

De acordo com Zubaran (2009), no Rio Grande do Sul as elites apropriaram-se do discurso abolicionista e invisibilizaram a memória social de lideranças negras e de clubes, como a Sociedade Floresta Aurora, a Irmandade da Nossa Senhora do Rosário e de figuras negras como o tenente coronel Aurélio Veríssimo de Bittencourt, que também atuou como jornalista.

2.7 LIVRE, JURIDICAMENTE FALANDO: AS LEIS ATÉ A ABOLIÇÃO

Em três linhas, dois artigos puseram fim a 300 anos de escravidão legal no Brasil: um processo que legitimava a injustiça, a exploração e a extinção de saberes, culturas, corpos e vidas de povos não europeus, especialmente os de negros africanos e diaspóricos - mulheres, crianças e homens negros eram entendidos como objetos, propriedades e mercadorias. Foi por meio da Lei Imperial nº 3.353, conhecida como Lei Áurea, aprovada em 13 de maio de 1888 e assinada pela Princesa Isabel e Rodrigo Augusto da Silva, é que se extinguiu, pelo menos nos âmbitos legais, a escravidão no Brasil. A Lei Áurea contava com os seguintes artigos: “Artigo 1º: É declarado extinta, desde a data desta lei, a escravidão no Brasil” e “Artigo 2º: Revogam-se as disposições em contrário”, decretadas pela Assembleia Geral à época.

No entanto, Amaral aponta que “as leis emancipacionistas foram uma conquista dos escravizados e que a Abolição ocorreu quando a escravidão já estava praticamente extinta entre nós”. Um conjunto de leis pré-abolição foram importantes para frear o processo da escravidão e também fragilizar a monarquia, as quais citaremos aqui.

A primeira lei a proibir a importação de escravizados para o território brasileiro e a declarar livre todos o escravizados trazidos a partir da sua data (com exceção daqueles que armassem fugas nesses condições ou que estivessem empregados

em navios) é a Lei Feijó, promulgada em 7 de setembro de 1931 (CHALHOUB, 2012).

Buscando conter o quadro e obedecer as demandas inglesas, a Lei Eusébio de Queirós, aprovada em 4 de setembro de 1850, proíbe a entrada de escravizados no Brasil interatlântico, reforçando a Lei Feijó. Na intensa década de 1870, com as bases escravistas sendo estremecidas, o crescimento do movimento abolicionista e a inquietação dos escravizados, surge a Lei do Ventre Livre, também chamada de Lei Rio Branco ou Lei dos Nascituros. Decretada em 28 de setembro de 1871, considerada livre todos os filhos de escravizadas nascidos a partir da data.

A Lei do Sexagenário ou Lei Saraiva-Cotegipe foi promulgada em 28 de setembro de 1885 e concedia liberdade aos escravizados com mais de 60 anos - uma idade difícil de ser alcançada por escravizados, levando-se em consideração as péssimas condições de vida às quais eram submetidos. Mesmo assim, figura como importante lei emancipatória ao lado da lei do ventre livre. Como clamavam várias frentes conservadoras, foi um processo lento e gradual, pouco mobilizado pelo sentimento de humanidade no âmbito jurídico mas pautado na questão econômica e diplomática.

2.8 NEGRO NO PÓS-ABOLIÇÃO

A Lei Áurea é fundamental para que corpos negros e negras alcançassem a liberdade numa perspectiva escravocrata. Entretanto, a liberdade jurídica, o racismo científico, o projeto de embranquecimento por meio da imigração europeia e da miscigenação e a falta de políticas públicas voltadas para os libertos fez com que negros e negras não estivessem alforriados das opressões e da marginalização. “O nosso proletariado haveria de surgir de elementos oriundos da massa de escravos e da plebe rural circunjacente às fazendas, na medida que no processo de divisão social do trabalho fosse permitido o aparecimento de atividades que deixavam de ser realizadas pelas unidades econômicas autônomas” (RAMOS, 1957, p. 44).

Na condição de cidadão brasileiro e ocupando novas posições sociais, os sujeitos negros viviam marcados pela dualidade identitária de brasileiros e afrodiáspóricos, carregando tanto os saberes próprios de seu povo como também os estereótipos e a marca da diferença. Os primeiros anos da República Brasileira

foram marcados pela ideologia do embranquecimento e pelo uso de ideia de raça como diferenciação social (AMARAL, 2011, p.64).

Um dos principais intelectuais do embranquecimento no Brasil é o Bacharel Silvio Romero. Seu discurso parte da fusão das três raças brasileiras e valoriza o mestiço como “ser adaptado ao meio, como a solução para a formação do povo brasileiro homogêneo” (AMARAL, 2011, p.63). Romero defende a mestiçagem racial e cultural, para que, no final do processo, emergja um povo branco, o qual deveria ocupar caráter nacional. Essa corrente entranha-se nas elites brasileiras, permeia grande parte da primeira fase da república e constitui em um pilar da formação do Brasil, com reflexos visíveis até os dias de hoje.

Os primeiros governos republicanos trataram de incentivar a imigração de europeus, mandando divulgar na Europa que aqueles que quisessem se fixar no Brasil seriam bem vindos, para isso muitos estados disponibilizaram terras para os recém-imigrados. Ao mesmo tempo procuraram obstar a vinda de imigrantes negros e de asiáticos, proibindo seu desembarque (...) (AMARAL, 2011, p.64) .

As imagens do fim da escravidão são de modernização e associavam-se ao progresso industrial e tecnológico, a mobilidade voluntária de mão de obra trabalhadora, urbanização, expansão de mercado, aperfeiçoamentos das novas instituições financeiras e certa aquisição de direitos civis e políticos (CHALHOUB, 2012, p.34). Concomitante a esse processo, observa-se a marginalização da comunidade negra no Rio Grande do Sul:

[...] boa parte da população negra manteve-se em ocupações subalternas, em moradias insalubres e fora das escolas. Destes lugares precisavam lidar com a truculência dos agentes policiais, o tratamento oferecido às crianças negras frequentadores das aulas públicas, o fechamento do único curso noturno da capital onde os trabalhadores poderiam estudar no turno inverso, a ausência de uma assistência pública dedicada a resolver as questões sociais de forma equânime, afora as disputas no mercado de trabalho e nos espaços habitacionais com imigrantes e outras pessoas que confluíam massivamente para a capital e toda a sorte de estereótipos produzidos para reforçar o Rio Grande do Sul como a Europa brasileira (PERUSSATTO, 2018, p.29).

As promessas de igualdade e inserção de negros na república não foi concretizada, sofrendo com a atualização das opressões. “No período pós-abolição os libertos e seus descendentes eram geralmente representados de forma negativa pela imprensa branca e o espaço para a comunidade negro nesse período era nulo” (ZUBARAN, 2007,p.3). De acordo com Perussatto, o preconceito de cor seguia arraigado nos costumes da sociedade e percebe-se o que talvez possa ser

considerado como raiz do discurso meritocrático, uma vez que a República reproduzia as ideias de que talentos e virtudes eram o que hierarquizam as pessoas. A desigualdade e a manutenção da dominação das elites brancas é corroborada por Ramos:

Para garantir a espoliação, a minoria dominante de origem européia recorria não somente à força, à violência, mas a um sistema de pseudojustificações, de estereótipos, ou a processos de domesticação psicológica. A afirmação dogmática da excelência da branquidão ou a degradação estética da cor negra era um dos suportes psicológicos da espoliação. Este mesmo fato, porém, passou a ser patológico em situações diversas, como as de hoje, em que o processo de miscigenação e de capilaridade social absorveu nas massas das pessoas pigmentadas, larga margem dos que podiam proclamar-se brancos outrora, e em que não há mais, entre nós, coincidência de raça e de classe” (RAMOS,1957, p.175).

Zubaran e Amaral citam algumas das violências institucionais já sabidas que foram impelidas à comunidade negra. A proibição aos escravizados de frequentar escolas, o voto censitário e a exclusão do voto aos não-alfabetizados são algumas delas. Mesmo com a exclusão sistemática do estado, eram os próprios negros os culpabilizados pela sua pobreza e marginalização. Unidos pela experiência coletiva da escravidão, da emancipação e compartilhando raízes culturais da distante mas ainda pulsante África, os negros estabelecem suas bases para a construção de uma identidade cultural (ZUBARAN, 2007, p.2). Os desafios dos estereótipos eram constantes: quando não silenciados, a comunidade afro-brasileira sofria com o estigma de vagabundos, bestas e seres irracionais, o que até moralizou o discurso de negros, visando o trabalho como o caminho para dignidade.

Parece-nos que, no caso da construção das identidades negras em Porto Alegre, na primeira década do século XX, há uma certa ambiguidade, relacionada à reinvenção do passado histórico, porque se por um lado essas memórias negras referiram-se à discursos oficiais e apresentaram-se essencializadas, fixas e imutáveis, em outros momentos, as representações sobre o cativo associadas aos marcos históricos da campanha abolicionista, aparecem resignificadas e relacionadas às necessidades das lutas travadas no presente (ZUBARAN, 2007, p.5).

A partir daí, a “construção de um panteão de ilustres afro-brasileiros era mais uma forma de construir a identidade coletiva negra no pós-abolição”, visando a produção de “modelos de negros com os quais a comunidade negra poderia se identificar” (ZUBARAN,2008, p.172). Paulino de Azurenha era um desses negros ilustres. Mediante o exposto aqui, não podemos discordar do pensamento tão assustadoramente atual de Lélia González: “[...] a afirmação de que todos são iguais

perante a lei, assume um caráter nitidamente formalista em nossas sociedades” (GONZALEZ, 1988, p.73).

3 IMPRENSA NO RIO GRANDE DO SUL E INTELLECTUAIS NEGROS NA VIRADA DO SÉCULO XX

A história do negro brasileiro é intercontinental e atlântica, costurada pelas costas africanas e brasileiras, como resgatamos no primeiro capítulo. No contexto da recentíssima república, marcada pela atualização de práticas racistas herdadas do processo escravocata (constantes até os dias de hoje), pelo racismo biológico e científico e pelo enfrentamento de problemas sociais e total desassistência de políticas públicas, os “afro-descendentes experimentavam, ao mesmo tempo, esperanças e decepções”, como rememora Zubaran. O compromisso de construir uma “memória coletiva do passado” e “uma memória imaginativa do futuro” é que movem lideranças negras no cenário pós-abolição (2008, p.183).

Em uma Porto Alegre em que “não podemos falar de um racismo dissimulado (...) mas de um racismo ostensivo, com segregação espacial de negros e restrições de seus direitos de ir e vir” (ZUBARAN, 2008, p.170), Paulino de Azurena constrói sua trajetória profissional. Para aprofundarmos a compreensão de sua vivência e de sua inserção na imprensa brasileira no pós-abolição, percorreremos neste capítulo uma breve história da imprensa no Brasil e no Rio Grande do Sul, passando pelas suas origens, suas fases e suas correntes. Por último, mapearemos os intelectuais negros no Brasil e no Rio Grande do Sul à época.

3.1 PRIMÓRDIOS DA IMPRENSA NO BRASIL

“A imprensa é um exército de 26 soldados de chumbo com o qual se pode conquistar o mundo”.
(GUTENBERG, Johann. 1989)

O surgimento da imprensa no Brasil é visto como um processo marcado pelo atraso. Um atraso, por sua vez, provocado por uma estratégia de dominação portuguesa sobre sua colônia. O desenvolvimento de tal atividade apontava o risco de rebelião, pensamentos críticos à Metrópole e inflamação do discurso favorável à

independência. Em consequência disso, observa-se “atraso no desenvolvimento na constituição sociológica e de produção literária no Brasil” (ERICKSEN, 1977, p.11-13).

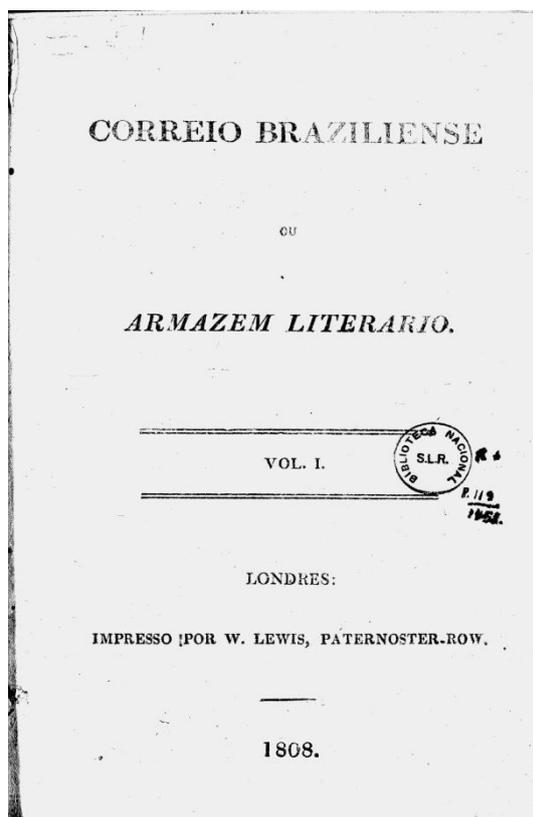
A produção de informação sempre existiu, obviamente, antes da instituição da atividade jornalística no Brasil. Antes de qualquer regulamentação, a censura do Império barrava impressões clandestinas e a importação de impressos estrangeiros. Alguns autores até “enxergam a atividade jornalística desde os tempos imemoriais. Assim, as cartas de Pero Vaz de Caminha (...) seriam práticas jornalísticas” (BARBOSA, 2010, p.19).

Entretanto, troca de informação é diferente de imprensa. A existência de uma imprensa brasileira é considerada quando “a transmissão de informação se torna pública” e há “jornalismo quando há publicização no sentido mais amplo do termo” (BARBOSA, 2010, p.20). Até hoje, discute-se qual seria o primeiro jornal brasileiro: a *Gazeta do Rio de Janeiro* (1808) ou o *Correio Braziliense* (1808). Ambos, todavia, são registros importantes que contribuem para a história dos primórdios da imprensa.

O que mais se entra em consenso é sobre a relevância da Imprensa Régia na regulamentação da imprensa no Brasil. Criada em 13 de maio de 1808 por D. João VI, instala a tecnologia e atividade de impressão como ferramentas ligadas à burocracia imperial portuguesa (BARBOSA, 2010, p. 19). Feito que vem atrelado a um aparato censor, com a instrução complementar de 24 de junho do mesmo ano designando aos membros da Junta Diretora a tarefa de conferir o conteúdo de papéis e livros, garantindo que nada que ferisse a religião, o governo e os bons costumes fosse impresso (BARRETO, 1986, p.7).

“(...) o primeiro jornal do Brasil, embora não se possa considerar como assinalando o início de um periodismo brasileiro, circulou em Londres - o *Correio Braziliense* - sob a direção de Hipólito José da Costa Pereira Furtado de Mendonça”, como aponta Ericksen (1977, p.13-15) - o jornal era editado na Inglaterra e foi o primeiro a circular no Brasil. Hipólito tornaria-se uma figura referência da condição de jornalista brasileiro. O jornal inicia suas atividades em junho de 1808, na Inglaterra, com um viés crítico, liberal, de caráter combativo e bem informado que causaria desconforto na Coroa Portuguesa. Com a Independência do Brasil, em 1822, o jornal encerra suas atividades.

Figura 4. Folha de rosto da edição de 1808 do *Correio Braziliense*.



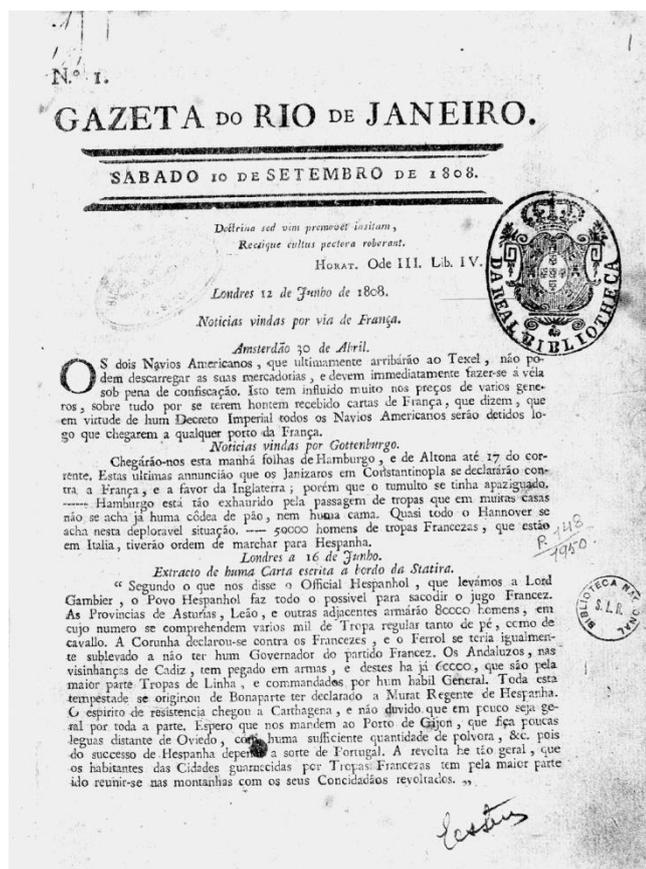
Fonte: hemeroteca digital da Biblioteca Nacional. Disponível em <<https://bit.ly/2rbbBAk>>

Quatro meses após a instalação da Imprensa Régia, surge o primeiro jornal editado no Brasil: a *Gazeta do Rio de Janeiro*, com seu primeiro número datado de 10 de setembro de 1808. Faz parte do aparato oficial da corte de D. João e é “dirigida por uma Junta Diretora da qual faziam parte o Desembargador José Bernardes de Castro, José da Silva Lisboa, Mariano José Pereira Fonseca, Pinheiro Ferreira, Manoel Ferreira de Araújo e o Cônego Francisco Vieira Goulart”. Logo em sua estreia, inaugurou a *Relação dos Despachos*, primeiro órgão oficial da Corte (ERICKSEN, 1977, p.15).

Junto com ela, uma circulação regular de periódicos, livros, boletins e até impressos clandestinos cresce. A *Gazeta do Rio de Janeiro* segue um padrão semelhante à *Gazeta de Lisboa*, em um formato in-quatro de 19 por 13,5. Sua assinatura custa mil e novecentos réis e as entregas acontecem à domicílio pelos sábados de manhã. Por estar ligado à Coroa, os fatos e informações publicados endossam os interesses do Reino Português, mas não impede a inserção de notícias de interesse mais

amplo. De 10 de setembro de 1808 a 29 de setembro de 1821 foram publicados um total de 1.617 exemplares, sendo 1.413 edições da Gazeta e 204 números extras. (BARBOSA, 2010, p. 21-38). Os dois jornais fundantes da imprensa brasileira seriam a gênese da divisão que norteia as publicações da fase colonial entre oficial e “oficiosa” (BARBOSA, 2007, p.16).

Figura 5. Primeira edição do *Gazeta do Rio de Janeiro*, em 1808.



Fonte: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional

A abolição da censura prévia nos escritos não dissipa as suspeitas que recaem ao ato da censura como possível catalisador de subversão, mas é o ponto de partida para o surgimento dos primeiros jornais pelo Brasil a partir de 1821. Um dos primeiros jornais fora do Rio de Janeiro é o *Idade d'Ouro do Brasil*, publicado em 14 e maio de 1811, gozando do *status* de único jornal da Bahia até 1820 (BARBOSA, 2010, p.38). Podemos apontar também os pioneiros, como *Aurora Pernambucana* (Pernambuco, 1821), *O Conciliador* (Maranhão, 1822), *O Diário do Governo do Ceará* (1824) (ERICKSEN, 1977, p.16).

3.1.2 Surge a Imprensa Rio-Grandense

O estado mais ao extremo sul do Brasil não fica de fora: “Com o aparecimento do *Diário de Porto Alegre*, a 1º de junho de 1827, é que começa a história da imprensa no Rio Grande do Sul” (BARRETO, 1986, p.21). O periódico, impresso na Tipografia Rio-Grandense, surge em 1º de junho de 1827 em um contexto da recente cidade de Porto Alegre, elevada a esta condição em 1822. O presidente da então Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, Salvador José Maciel, apoia o veículo (VIANNA, 1977, p.17 apud STRELOW, GRUSZYNSKI E HOHLFELDT, 2018, p.1-3).

Diariamente - com exceção de domingos e feriados - a publicação circulava por Porto Alegre, Rio Grande e Rio Pardo. Dubreuil, tipógrafo, e Estivalet, impressor, são dois exilados franceses que marcam a história como primeiros trabalhadores gráficos em atividade na cidade e, ao lado do jornalista português Lourenço de Castro Júnior, dão início ao jornal (ERICKSEN, 1977, p.7-8). Lourenço divide a fama pela redação na historiografia sobre o *Diário de Porto Alegre* ao lado de João Inácio da Cunha e Vicente Ferreira Gomes, conhecido pela alcunha “Corona”.

O periódico se aproxima das demais publicações de mesmo gênero que são produzidas no Brasil durante a primeira metade do século XIX e apresenta apenas duas páginas em uma folha frente e verso de 30 cm de altura por 18 de largura. As seções sobre vendas, com anúncios, e declarações, e sobre os ofícios da Província, são as mais frequentes (STRELOW, GRUSZYNSKI E HOHLFELDT, 2018, p.9-16). O jornal encerrou suas atividades na provável data de 30 de junho de 1828 (BARRETO, 1986, p.27).

Figura 6. Capa do jornal Diário de Porto Alegre do dia 03 de julho de 1827



Fonte: Acervo do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul.

É o surgimento do *Diário de Porto Alegre* que dá a senha para a primeira fase da imprensa rio-grandense, também conhecida como pré-história da imprensa no estado. Suas principais características são efemeridade, generalizada falta de qualidade e a propriedade e editoria de seus responsáveis: “o publicista é o proprietário de um prelo e de uma coleção de tipos e divulga, em última análise, as suas próprias ideias” (HOHLFELDT E RAUSCH, 2006, p.3). Importante sinalizar o primeiro jornal no interior: *O Noticiador*, primeiro jornal de Rio Grande, fundado em 1832, e “primeira folha que no Rio Grande do Sul em 1832 iniciava uma campanha em favor da extinção do tráfico e condenava o contrabando de escravos”. (RODRIGUES,(s/d) pud ERICKSEN, 1977, p. 38). O caráter pasquinesco e de poucos impressores gráficos e redatores na cena jornalística dessa época perdura até 1835 (STRELOW, GRUSZYNSKI E HOHLFELDT, 2018, p.7).

3.2 ARES DA REVOLUÇÃO: IMPRENSA FARROUPILHA NO RS

O período regencial no Brasil, de 1831 a 1840, foi estremecido por turbulências políticas e uma série de rebeliões que marcaram a história do país, como a Balaiada (1838-1841), a Cabanagem (1835-1840) e a Revolta dos Malês (1835). No Rio Grande do Sul, surge a Guerra dos Farrapos, conflito que se inicia em 1835 e finda em 1845, interferindo não só na vida administrativa, civil, econômica e social do estado, como na imprensa local, rompendo-se, aí, uma nova fase. Nacional e regionalmente, a imprensa seria palco de discursos acalorados sob a bandeira de partidos políticos.

“Foi a partir da Revolução Farroupilha que se delinearam tendências e movimentos políticos no Rio Grande do Sul, e essa propagação de ideias foi feita através dos nossos jornais” (SILVA, CLEMENTE E BARBOSA, 1986, p.9). Os autores ainda reiteram que isso não era exclusividade daqui, mas sim, um quadro observado em escala nacional: “Foi na Cabanagem no Pará (1831-1836), a revolta de Pernambuco (1831-1835), a Balaiada no Maranhão (1838-1841), a Sabinada na Bahia (1837-1838) e a revolta de São Paulo (1841-1842), demonstrando que a imprensa servia de propagação de uma luta nacional” (1986, p.18).

Essa fase da imprensa rio-grandense compreende de 1830 - período que precede a Guerra dos Farrapos - até 1845. No início, destacam-se a radicalização dos sentimentos revolucionários. Em 1845, os jornais têm orientação polarizada contra ou a favor dos rebeldes (HOHLFELDT E RAUSCH, 2006, p.3). Os periódicos são caracterizados pela circulação irregular, falta de uniformidade e constantes interrupções causadas, muitas vezes, pelo próprio cenário político. Em seus textos, os jornais misturam notícias da nova república e artigos de caráter pedagógico e propagandístico (STRELOW, GRUSZYNSKI E HOHLFELDT, 2018, p.7).

3.3 CORRENTES POLÍTICO PARTIDÁRIA E LITERÁRIA

Ao fim da Guerra Farroupilha, surge a fase partidária ou panfletária civil que começa na metade do século XIX (1850) e alcança o século XX (1900). Bebendo um

pouco do que se experencia na Guerra dos Farrapos, os proprietários editores de jornais se alinham obrigatoriamente a algum dos partidos políticos existentes por uma questão de dependência financeira, ainda sem publicidade paga. Há modernização, influência do liberalismo e preocupação com a opinião pública (STRELOW, GRUSZYNSKI E HOHLFELDT, 2018, p.6-7). *A Reforma* (1862), liberal, e *A Federação* (1884), de corrente positivista, são publicações destaque.

Aqui, faz-se necessário uma ressalva, que permeia todo e qualquer trabalho histórico: os movimentos e sua periodização são uma forma linear de respeitarmos a ordem dos acontecimentos e organizá-los de forma didática. Mas, em vários momentos, e tomando o exemplo referente à imprensa rio-grandense, os períodos se atravessam. Hohlfeldt e Rausch marcam que “contudo, essa imprensa não é exclusivamente partidária” e que “essa fase começa a ser quebrada com o surgimento do *Correio do Povo* [periódico ao qual daremos destaque ao longo do capítulo], mais especialmente, com o cansaço e o desgaste que os partidos políticos sofreram depois da Revolução de 1893, sobretudo o Partido Republicano Rio-grandense que praticamente monopoliza a atividade partidária” (2006,p.3).

O final dos anos 1800 é, no mínimo, cheio de agitações populares. A partir de 1870, as pautas republicanas e abolicionistas ganham espaço no palco nacional. Os jornais não ficariam alheios; a partir de 1880, surge a imprensa abolicionista. Antes dessa data, “os antiescravistas não têm acesso aos jornais de mais prestígio, já que estes adotam posição cautelosa em relação à emancipação, devido, principalmente à dependências de anunciantes, muitos deles senhores de escravos”. É a crise do escravismo e o crescimento dos centros urbanos que permitem o debate dos ideais abolicionistas nos periódicos (BARBOSA, 2007, p.17).

Com o galopante crescimento dos partidos liberais e conservadores, favoráveis à abolição do elemento servil (mesmo que através de etapas), “a campanha abolicionista encontrou fervorosos adeptos no Sul com a fundação da Confederação Abolicionista” em Porto Alegre (ERICKSEN, 1977, p. 40). No interior do estado, a Sociedade Liberdade à Escravatura é fundada em julho de 1850, em Rio Grande.

O primeiro jornal abolicionista que surgiu no Rio de Janeiro foi a *Gazeta da Tarde*, dirigida por Ferreira Menezes. Nestor Ericksen nos informa que Ferreira é um

jornalista gaúcho que já havia participado da redação do *Jornal do Comércio* e *Gazeta de Notícias* (MORAES apud ERICKSEN, 1977, p. 38).

A *Gazeta de Notícias* (1881), de Ferreira Araújo e a *Cidade do Rio*, de José do Patrocínio (este último comprado por ele), são jornais que se destacam na luta contra a escravidão no cenário nacional (BARBOSA, 2007, p.17-21). Justiça seja feita a dois nomes heróicos do jornalismo abolicionista e intelectuais negros: Patrocínio, citado acima, e Luís Gama. Luís teve uma virada improvável, de escravizado ilegal a um dos intelectuais eternizados pela história. Na atividade jornalística, destaca-se na imprensa paulistana, dirigindo o *Diabo Coxo* (1864-1865), a folha liberal *Club Radical Paulista*, o *Radical Paulista* (1869), o *Correio Paulistano* (1854), entre outros (PINTO, 2006, p.32-34).

Paralelamente à imprensa panfletária, surge os jornais literários no estado. Eles se iniciam ao final da década de 1850, perdurando ao longo do século XIX e princípio do XX. É nessa fase que o jornalismo dará o primeiro salto de qualidade, o que propiciará o surgimento de grandes jornais da época, diminuindo a efemeridade das publicações dali em diante. Criação das revistas literárias, publicação de caricaturas e forte crítica social marcam esse estilo de fazer jornalismo. (HOHLFELDT E RAUSCH, 2006, p.3). Esse segmento ganha mais força na capital da província. O periódico precursor do gênero literário no RS e em Porto Alegre é *O Guayba*, lançado em 3 de agosto de 1856, dirigido por Carlos Jansen e João Vespúcio de Abreu e Silva (FERREIRA, 1975, p.13).

O ano de 1869 marca também o “início da publicação cultural mais importante da província ao longo do século XIX, a *Revista Partenon Literário*, que circulará até 1879, ainda que com pequenos intervalos” (HOHLFELDT E RAUSCH, 2006, p.7). A publicação surge no ano seguinte da fundação da sociedade Partenon Literário, iniciada com o intuito de “coordenar as atividades anti-escravagistas no Rio Grande do Sul” e que, em 1883, empenha-se na luta abolicionista também. Cabe ressaltar que o Partenon era formado por intelectuais e que contribuiu para a alforria de mais de cinquenta escravos (ERICKSEN, 1977, p.40-41).

O principal “animador” da Revista é o intelectual Apolinário Porto Alegre. A publicação foi, ao mesmo tempo, “ponto de partida de alguns dos grandes nomes rio-grandenses do século XIX e a vitrine onde os nossos maiores expoentes encontraram seu apogeu” (GALVANI, 1994, p. 44).

3.3.2 Imprensa Negra e jornalistas negros

Um das novas possibilidades emancipadas pela abolição é dar condição para que negros e negras pudessem se articular e criar grupos sociais (DOMINGUES, 2008, p.1-2). Entre sociedades, clubes e terreiros, surge a imprensa negra. Aqui, reproduzimos o entendimento reproduzido por Zubaran como “uma instância privilegiada para o exame dos mecanismos e estratégias implicados no processo de socialização e educação dos sujeitos negros e estreitamente relacionada à construção das suas identidades culturais” (2007, p.1).

A publicação pioneira data já da primeira metade do século XIX: *O Homem de Côr*, de 14 de setembro de 1833, que surge na tipografia Fluminense do tipógrafo e jornalista negro Francisco Paula Brito (1809-1861). A partir do terceiro número, passa a se chamar *O Mulato ou O Homem de Côr*. No Rio de Janeiro, o período regencial mobilizou essa e outras publicações: “*Brasileiro Pardo, O Cabrito, O Crioulinho, O Lafuente*” (PINTO, 2006, p. 17-27).

As primeiras décadas pós-abolição e pós-república impulsionam os jornais da imprensa negra para além do Rio de Janeiro. Surge, em 1876, *O Homem - realidade constitucional ou dissolução social* em Recife; em São Paulo, *A Pátria - orgam dos homens de côr* (1889) e *O Progresso - orgam dos homens de côr* (1889); em Porto Alegre, em 1892, nasce o resiliente *O Exemplo* (PINTO, 2006, p. 27).

Nas páginas deste jornal, encontravam-se denúncias de omissões de autoridades públicas, casos de racismo e preconceito, e a forte reivindicação por igualdade e direitos civis. Os jornalistas negros buscavam um lugar ao sol sem deixar de olhar para sua comunidade:

Os jornalistas negros procuravam, primeiramente, melhorar as suas próprias condições sociais para para modificar a posição da maioria. Eles se orientavam politicamente a partir das posições subalternas que ocupavam, e buscavam criar novos mecanismos de contestação a partir da identificação étnica com as comunidades das quais eram originários. O exemplo mais expressivo desta “estratégia étnica” foi a fundação dos jornais, o que se tornou uma trincheira de combate, onde buscaram romper com as diferenças geracionais, políticas,

Sendo os jornais ao mesmo tempo reflexo e produtores dos valores socioculturais de suas realidades, as manifestações de “preconceito de cor” e representações negativas de negros pela imprensa branca eram uma constante. Entre os periódicos, “também muito se bateu *O Exemplo* na denúncia dos insultos e preconceitos raciais da imprensa porto-alegrense, particularmente do *Correio do Povo*” (ZUBARAN, 2007, p. 4).

Nos fundos de uma barbearia situada na Rua dos Andradas, 247, ergueu-se o periódico pelas mãos, mentes e corações valentes dos jornalistas negros Alfredo Cândido de Souza, Arthur Ferreira de Andrade - primeiro editor -, Arthur Pinto Gama, Theodoro Camilo Laurindo, Marcílio Francisco da Costa Ferreira, Aurélio Viríssimo de Bittencourt Júnior, Sérgio Aurélio de Bittencourt, Esperidião Calisto e Florêncio Calisto (SANTOS, 2011, p. 148-152). Nessa formação, *O Exemplo* vive seu primeiro ciclo de 1892 até 1897. A segunda fase vai de 1902 a 1910 e a terceira e última, de 1916 a 1930.

Para um negro, ser jornalista é ascender socialmente e desassociar-se das atividades braçais. Em geral, aqueles que alcançavam essa condição já viviam uma situação menos precária, participando de um contexto de classe média. Os nomes que traremos a seguir e Paulino de Azurenha são, de fato, exceção em relação à maioria que vivia sob grande opressão.

Aurélio Viríssimo de Bittencourt, também conhecido como “Mestre” e “Velho”, “foi um dos personagens mais lembrados como uma pessoa que havia contribuído do seu bolso, quando da criação e nos momentos de maior dificuldade financeira do semanário [*O Exemplo*]” (SANTOS, 2011, p. 149). Nascido na cidade de Jaguarão, em 1849, ele era um negro letrado, filho de uma negra que fora escravizada e liberta. Iniciou a vida como a maioria dos jornalistas dessa época, exercendo a função de tipógrafo, quando iniciada sua jornada em Porto Alegre. Tornou-se abolicionista, jornalista e burocrata, entrando para o serviço público, conquistou patente militar e figurou como personagem de destaque na administração do estado. Aurélio, assim, circulava entre a elite política e intelectual da cidade, acumulando capital cultural e financeiro, sem abrir mão de circular pelo meio negro (SANTOS, 2011, p. 149 -151).

Em 17 de junho de 1892, ele assume o cargo de secretário da presidência do estado, tendo contato direto com Júlio Prates de Castilhos. Seus feitos são numerosos: iniciou no jornal *O Mercantil*, depois passou pelo *Jornal do Commercio* - periódico no qual galga funções até ser um dos acionistas. É um dos principais responsáveis pela fundação de *A Reforma* e membro fundador do Partenon Literário, tudo isso no período de 1864 a 1869. Participou, ainda, da Sociedade Dramática Ginásio do Comércio (1867-1870), Sociedade Ensaio Literários (1872) e da primeira Academia Rio-Grandense de Letras (1901), além de se envolver com as Irmandades católicas do Rosário e do Divino Espírito Santo e participar da fundação do Centro Abolicionista em 1883. É pai de dois dos fundadores d' *O Exemplo*, Aurélio e Sérgio, e avô de Dario, último diretor. Aurélio pai morre em Porto Alegre no ano de 1919 (MOREIRA, 2009; MÜLLER, 1999 apud SANTOS, 2011, p.149-151).

Os irmãos Aurélio Viríssimo de Bittencourt Júnior (1874-1910) e Sérgio Aurélio de Bittencourt (1869-1904) são, respectivamente, funcionário público na Secretaria do interior e aspirante à Faculdade de Direito e precursores do semanário (PERUSSATTO, 2018, p.30). Aurélio Júnior, pai de Dario, foi estudante interno do Colégio Nossa Senhora da Conceição, de padres jesuítas, em São Leopoldo, espaço de formação das elites da região (SANTOS, 2011, p.215).

Os irmãos Florêncio (1963) e Espiridião Calisto (1964) eram barbeiros no estabelecimento fundado pelo pai, como informa Melina Perussatto (2018, p.29-30). Espiridião foi presidente no centro republicano de Júlio de Castilhos e, no fim da vida, era funcionário da Junta Comercial de Porto Alegre. No ano de 1929, era presidente do Centro de Cultura José do Patrocínio (1921) (SANTOS, 2011, p.151).

Arthur Pinto da Gama (1864-1922) era funcionário público concursado do Tesouro do Estado desde 1885 (PERUSSATTO, 2018, p. 29). Na época da fundação d' *O Exemplo*, estava com 28 anos de idade. Nesse espaço de tempo, presenciou o processo da escravidão, da abolição e da República. Foi um dos primeiros entre os fundadores do jornal a acessar o emprego público por concurso e figura como um provável mantenedor financeiro do jornal. Chegou a ser diretor de uma das seções do Tesouro até aposentar-se aos 37 anos (SANTOS, 2011, p. 153-154).

Alfredo Cândido de Souza (1866-1834) começou como porteiro na Santa Casa de Misericórdia, onde galgou o cargo de farmacêutico até ascender como diretor. Arthur Ferreira de Andrade (1871-1925) era funcionário dos Correios desde

1891 e bacharel na Faculdade Livre de Direito de Porto Alegre e advogado desde o final do século XIX (PERUSATTO, 2018, p. 29-30). Estudou no Colégio Gomes de Porto Alegre e tinha 21 anos quando ajudou a fundar *O Exemplo*. Tinha vínculo partidário com o Partido Republicano Rio-Grandense (SANTOS, 2011, p.160).

Marcílio Francisco da Costa Ferreira (1876-1928) parece ser o mais jovem entre os fundadores de *O Exemplo* - tinha apenas 16 anos à época. Começou como aprendiz de tipógrafo no jornal *O Mercantil* e no ano em que surge o jornal, era “artista gráfico” nas oficinas do periódico *Folha Nova* e, após, revisor do *Jornal do Commercio* e do *Correio do Povo*. Ingressa na vida pública e chega a ser Secretário do Ministério da Fazenda, posição que o possibilita ser um dos mantenedores d’*O Exemplo* em 1916 (SANTOS, 2011, p. 155 -160).

Fazemos menção também a Rodolfo Xavier, jornalista e militante ligado ao círculo negro e operário da cidade de Pelotas e um dos fundadores e articulistas do jornal *A Alvorada*. Nascido em 10 de março de 1874, encontrou a liberdade através da Lei Ventre Livre, já que era filho de mãe escravizada. Falece em 25 de fevereiro de 1964 (SANTOS, 2011, p.159).

3.3.3 Correio do Povo

Aqui, tomamos a liberdade de deslocar e, só agora, aprofundar as informações sobre o *Correio do Povo* com o entendimento de que sua história e a história do jornalista negro Paulino de Azurenha se complementam e se fundem.

Entre 1870 e 1937, as imprensas nacionais e rio-grandenses passam por um período de mudanças radicais, com alas de periódicos mais “antiquados” e mais modernos (HOHLFELDT E RAUSCH, 2006, p. 10).

Nesse cenário, o *Correio do Povo* inicia sua saga. “No dia 1º de outubro de 1895, uma terça-feira, a cidade se encantou com a chegada do seu novo jornal. Já circulavam sete, a bem verdade seis porque o velho *A Reforma* estava fora de circulação momentaneamente” (GALVANI, 1994, p. 31). O jornal surge com uma proposta sem partidarismos, voltado para as massas, livre e independente. E, de fato, o *Correio de Povo* traz novo fôlego como um periódico pioneiro e eficiente.

Figura 7. Primeira edição do Correio do Povo, em 1º de outubro de 1895



Fonte: Acervo de Jornais CP <disponível aqui: <https://bit.ly/2FODTuD>>

A partir desse resgate, encaminhamos e atestamos a compreensão da relevância de Paulino de Azurenha para a história da imprensa rio-grandense, para a história do *Correio do Povo*, para o meio intelectual da época na cidade de Porto Alegre e força política de sua figura entre a comunidade negra da época, noção que será aprofundada no capítulo seguinte.

4 DE PAULINO A LÉO PARDO: TRAJETÓRIA DE PAULINO DE AZURENHA E ANÁLISE DE CONTEÚDO DAS CRÔNICAS DE “SEMANÁRIO DE LÉO PARDO”

“Com a morte de Paulino de Azurenha, o *Correio do Povo* perde um grande amigo e um grande trabalhador¹; e os que ficam nesta casa não poderão, jamais esquecer a dolorosa separação do companheiro que agora se parte”, assim publicou

¹ Os trechos de publicações do século XIX e XX que forem transcritas no corpo do trabalho terão sua grafia original preservada.

o jornal *Correio do Povo*, em edição veiculada em 4 de julho 1909,² disponível para consulta na internet. Por mais que frisassem a grandeza da figura de Paulino de Azurenha, o impacto de sua perda e um certo compromisso com sua memória, a magnitude deste intelectual se perdeu no tempo. A memória de Paulino de Azurenha estilhou-se em poucos trabalhos e registros espalhados aos quatro ventos.

No presente capítulo, depositamos nossas contribuições na “caixa de lembranças” sobre Paulino de Azurenha através de um breve perfil biográfico. O método biográfico não é um mero mergulho no passado, mas é, “na verdade (...) a renovação do presente” (GOBBI in DUARTE E BARROS, 2009, p.84). O recurso emergiu com maior fôlego a partir de 1930, quando as técnicas quantitativas foram ganhando destaque (GOBBI in DUARTE E BARROS, 2009, p.87). Dentre as fontes consideradas primárias dentro desta metodologia, utilizamo-nos do *clipping*, através do resgate do obituário de Paulino de Azurenha publicado no jornal *Correio do Povo*, a pesquisa bibliográfica, conectando de produções acadêmicas que concedem informações sobre Azurenha e o uso de registro fotográfico disponível, costurando e verificando informações e contando sua história em mais do que uma simples nota de rodapé, espaço mais comum conferido a ele em trabalhos nos quais é citado. Foi consultado o Instituto Histórico Geográfico, em Porto Alegre, mas nenhum documento sobre Azurenha foi encontrado.

Em seguida, apresentaremos a Análise de Conteúdo, apoiada no método de Bardin (2011), das crônicas assinadas por Paulino de Azurenha sob o pseudônimo de *Léo Pardo*, reunidas na antologia ***Semanário de Léo Pardo*** (1926).

4.1 PAULINO DE AZURENHA: VIDA E OBRA

José Paulino de Azurenha³ nasceu em Porto Alegre no dia 25 de maio de 1861, filho de Paula Maria da Conceição, de acordo com Galvani (1994). Outros registros informam que ele teria nascido em 1860. Desconhece-se mais informações

² Está disponível no site oficial do jornal *Correio do Povo* o texto citado (não a edição na íntegra) de 4 de julho de 1909:< <http://www.correiodopovo.com.br/jornal/A114/N278/html/Seculo.htm>> acessado em 25.11.2018.

³ O intelectual constrói sua trajetória profissional com a assinatura “Paulino de Azurenha”. Entretanto, encontram-se trabalhos que o creditam como “Paulino Azurenha” e, durante as pesquisas, foi encontrada uma menção a “Paulinho Azurenha”.

sobre a sua mãe ou seu pai. Não há menção à vivência como escravizado, mas por sua data de nascimento, percebe-se que passou pelo processo da escravidão, da abolição e da instituição da república.

Ao examinar as crônicas de Paulino, Lazzari decanta mais informações sobre as origens humildes de Azurenha:

Por meio delas [crônicas] descreve uma infância pobre, aos cuidados únicos da mãe, provavelmente já liberta, cuja renda dependia de serviços ocasionais. Órfão, como ele mesmo indica, provavelmente não chegou a conhecer o pai. Morando na ladeira do Espírito Santo, cresceu nos arredores da Catedral e do Seminário Arquidiocesano de Porto Alegre, e essa proximidade da Igreja católica parece ter sido decisiva em sua vida (...) (LAZZARI in CHALHOUB, NEVES E PEREIRA, 2005, p.132).

Foi a tal proximidade da Igreja que permitiu que ainda na fase da “meninice” ele entrasse em contato com o mundo das *belas letras*. “A primeira instrução, ainda segundo as recordações de *Léo Pardo*, se deu nos bancos escolares do padre jesuíta português Antônio dos Santos Reis, a quem fez homenagem por tê-lo acolhido na infância desamparada e ter sido ‘protetor dos humildes e amigos dos pobres’ (LAZZARI in CHALHOUB, NEVES E PEREIRA, 2005, p.132). Ainda sobre sua educação, um ensaio biográfico sobre Azurenha escrito por Alcides Gonzaga aponta a passagem de Paulino pelo Seminário Arquidiocesano - fator que reforça sua formação católica. Entretanto, não foram encontrados registros documentais (LAZZARI in CHALHOUB, NEVES E PEREIRA, 2005, p.132-133).

A formação de cunho católico e o ensino escolar fundamentam a visão de mundo de Paulino, “o que pode ser constatado em seus artigos e nos relatos de seus amigos, que o apelidaram de ‘frei Paulino’”. A Igreja é quem abre as portas da educação e das letras para Paulino, mas podemos inferir que o cultivo e aprimoramento da sua intelectualidade e do seu manejos com as palavras, repleto de erudição, foram como autodidata. Sobre as memórias da juventude de Azurenha, *Léo Pardo* rememora apenas passeios no campo com famílias amigas, alguns primeiros namoros e colegas de ofício tipográfico (LAZZARI in CHALHOUB, NEVES E PEREIRA, 2005, p.133).

Tomando-se a data apresentada por Galvani, concluímos que Paulino nascera sob o signo de gêmeos, terceiro signo do zodíaco, regido pelo planeta

Mercúrio, símbolo da comunicação, da intelectualidade, da versatilidade e da criatividade. E assim fora pela vida profissional.

O jovem inicia sua trajetória na imprensa como tipógrafo - caminho feito pela maioria dos jornalistas da época - no *Jornal do Commercio*, para ganhar a vida. Em paralelo, em 1881, tendo entre 20 e 21 anos, “Paulino começou a se exercitar como escritor na *Revista Litterária*, coordenada pelo amigo de sempre [Aurélio de Bittencourt] e também padrinho de seu casamento, até chegar à atuação destacada como cronista *Leo Pardo*” (SANTOS, 2008, p.9).

A *Revista Litteraria*, conforme grafia da época, tinha dois negros à frente. O projeto era compartilhado entre Paulino e seu padrinho intelectual e mestre Aurélio de Viríssimo de Bittencourt. Na pesquisa realizada por Strelow e Alibio, Paulino consta como proprietário da folha (2015, p.97). Na Revista, há uma publicação assina por Paulino sob o pseudônimo de P. Ascyro. Em junho de 1887, Paulino se casa com Maria Amália da Silva (LAZZARI in CHALHOUB, NEVES E PEREIRA, 2005, p.133).

Azurenha torna-se profundo conhecedor no ofício gráfico no *Jornal do Commercio*, mas troca a prensa pela pena transferindo-se para a redação. De acordo com o que relata Achyles Porto Alegre, proprietário do jornal à época, Paulino:

era um tímido tipógrafo que compunha sonetos e os mostrava a ele, seu patrão, pedindo sua opinião. Declarando-se surpreso pelo talento do rapaz, ‘não só um poeta de mérito, como um raro, um consumado artista’, trouxe-o para o escritório do jornal. Achylles também considerava que, já como revisor, noticiarista e repórter do Correio do Povo, Azurenha se tornara ‘o melhor cronista literário rio-grandense’ ao escrever com brilhantismo o ‘Semanário’, ‘onde se encontra, de período em período, o torturado culto da forma’ (PORTO ALEGRE, 1994, apud LAZZARI in CHALHOUB, NEVES E PEREIRA, 2005, p.133-134).

Achyles Porto Alegre também recupera fragmentos desse momento:

(...) um dia foi Paulino de Azurenha, com maneiras tímidas, mostrar-me, no escritório, uma produção poética de sua lavra. Era um soneto. Surpreendeu-me, sobretudo, o valor da forma, em época que tão pouco cuidado os nossos poetas do sul davam a ela. O soneto, como se sabe, é a ‘pedra de toque’ por onde se conhece o quilate do poeta, e o moço tipógrafo, nessa produção, se revelava não só um poeta de mérito, como um raro, um consumado artista.

Tirei-o, pois, dos caixotins, e dei-lhe colocação mais consentânea com a sua inteligência no escritório do jornal (PORTO ALEGRE, s/d, p.163 apud STRELOW E ALIBIO, 2015, p. 100-101).

Colegas, é no *Jornal do Commercio* que Caldas Júnior e Paulino de Azurenha se conhecem. Conforme Caldas, Paulino chegava a trabalhar 18 horas por dia e demorou a aceitar a proposta de trocar as oficinas pela redação (LAZZARI in CHALHOUB, NEVES E PEREIRA, 2005, p.134). “Burilando versos, contos e chronicas”, foi só em 1892, “cedendo a instancias de um amigo e ex-companheiro de trabalho, consentiu, após constantes rogativas, em trocar, definitivamente, a caixa de typographo pela penna de escriptor”, como consta no obituário publicado pelo *Correio do Povo*.

O mesmo texto informa que Paulino prestou “os melhores serviços” para o *Jornal do Commercio* durante aproximadamente três anos. “Em 1895, passou-se para ao Correio do Povo, que ia iniciar a sua publicação, e a cujo proprietário estava já vinculado por estreitos laços de velha camaradagem”.

A iniciativa de fundar o periódico *Correio do Povo* é liderada por Francisco Antônio Vieira Caldas Júnior⁴, que resolve sair do *Jornal do Comércio*, propriedade do sogro Achyles Porto Alegre. Mas, a decisão só toma forma após várias reuniões com os amigos e também fundadores José Paulino de Azurenha e Mário Totta⁵, que relembra: “A semana fora de muitas reuniões e bate-papos com Caldas Júnior, seu novo patrão quase tão moço quanto ele, e o ‘negrao’ Paulino Azurenha, o homem que sabia tudo de artes gráficas”. A tipografia situa-se na Rua dos Andradas, no prédio de nº 132 (GALVANI, 1994, p. 12-31). Aqui, inferimos a atenção ao uso do

⁴ Caldas Júnior nasceu na localidade de Porteirias, no município de Vila Nova, Sergipe, em 13 de dezembro de 1869. Era filho de Maria Emília Wenderley Caldas e Francisco Antonio Vieiras Caldas. O casal veio para Santo Antônio da Patrulha em 1872. Em 1880, veio para Porto Alegre, onde estuda no colégio São Pedro e, posteriormente, no Instituto Brasileiro de Ensino. Trabalhou como revisor e noticiário em *A Reforma* de 1885 a até o fim de sua circulação em 1891. Foi poeta, autor de Versos Escolhidos (1913) e envolvido nas tradições gaúchas, sendo um dos primeiros membros do Clube Gaúcho. Morre em 9 de abril de 1913 em Porto Alegre (GALVANI, 1994, p. 26).

⁵ Totta nasceu em Porto Alegre no dia 5 de janeiro de 1874. Estudou no colégio São Pedro e formou-se farmacêutico pela Faculdade de Medicina de Porto Alegre em 1900. Frequentou, também, a Escola de Engenharia no ano de 1904. Antes de fundar o *Correio*, foi caixeiro da livraria Americano. Foi secretário da instrução pública no RS e, após, médico adjunto no ambulatório da Faculdade de Medicina de Porto Alegre. Médico especializado em ginecologia e obstetrícia, foi professor da Faculdade de Medicina de Porto Alegre e diretor da Maternidade Mário Totta, anexa à Santa Casa de Misericórdia. Ainda foi poeta, romancista, cronista e divulgador da ciência médica. É autor de um sainete em versos intitulado *Recepção* (1830) e o livro *Estricnina a 1830*, sainete em versos; *Estricnina*, romance em colaboração com Paulino de Azurenha e Souza Lobo em 1897. Faleceu em Porto Alegre no dia 17 de novembro de 1947 (GALVANI, 1994, p.26).

termo “negrão”, que nos oferece confirmação sobre o quanto a sociedade é pautada pela raça e que denota a diferença - Paulino é diferente de Caldas Júnior e Totta. Ele é negro entre dois fundadores brancos. O aumentativo “negrão” pode nos fazer pensar que, talvez, Paulino fosse um homem de grande porte, ou, ainda, que fosse muito retinto.

Na tarde em que Caldas convida Mário Totta para o projeto do *Correio do Povo*, ele informa já ter recebido uma resposta positiva de Paulino: “Enquanto caminhavam até o Café América, ouviu o convite do amigo: - ‘Mário, quero fundar em Porto Alegre um jornal diferente de todos os que temos tidos até aqui. Tenho, para tanto, já os recursos - 20 contos de réis; já obtive a aquiescência do Azurenha para trabalhar comigo na redação, e venho pedir a tua, que sei que não me negarás. E vamos fazer um grande jornal no Estado” (GALVANI, 1994, p.27).

Ainda sobre os bastidores do primeiro número, envolvendo o uso do *Placard*, quadro negro utilizado para informes de última hora, evoca a figura de Paulino: “- É tarde, Paulino, mas coloque esse aviso no quadro lá fora. Quem passar ainda poderá saber: ‘Faleceu em Paris o sábio Pasteur’”, teria solicitado Caldas. “Paulino de Azurenha já escrevera no quadro o aviso sobre a morte de Pasteur, e Mário Totta sentava-se na cadeira à esquerda de Caldas” (GALVANI, 1994, p.41). No início de tudo, eram apenas os três erguendo o jornal.

Figura 8. Mario Totta (à esquerda), Caldas Júnior (ao meio) e Paulino Azurenha (direito).



Fonte: Cp Memória, disponível em < <https://bit.ly/2QhN6zN> >

O *Correio do Povo* definia-se como “noticioso, literário e comercial”, empenhado em assuntos de interesse geral e subordinado às inspirações do bem público e da imprensa livre e independente. Na posição política, manifestava-se à favor da República. Esses e outros compromissos foram cunhados por Caldas Júnior, que orientou a Paulino: “- Pagina isso junto ao calendário, no alto da primeira, Azurenha. Esse vai ser o espírito do farol”. Ao lado, na primeira coluna da página 3, Azurenha também informava: “- Do Rio da Prata, onde se achava emigrado, chegou no sábado último o distinto jornalista Apolinário Porto Alegre, que tem sido cumprimentado por grande número de amigos e admiradores” (GALVANI, 1994, p.47- 48). Com a impressão finalizada ao amanhecer, os três, exaustos, foram cada um até sua casa.

Azurenha era um pouco mais velho que o chefe e já acumulava longa carreira na tipografia. Depois de especializar-se, seus primeiros passos no mundo da escrita começam através da redação de “notícias, depois artigos” e “acabou sendo reconhecido na cidade como um talento de primeira”. Sua qualidade textual já era conhecida do público do *Jornal do Commercio*. No *Correio*, já chega com *status* de nome bastante conhecido e respeito dentro dos círculos profissionais e na comunidade. O que é reconhecido como um feito tanto por Galvani, afinal, “o preto José Paulino de Azurenha, logicamente, encontraria dificuldades numa sociedade fechada, conservadora e obviamente preconceituosa”. Mais do que preconceituosa, Porto Alegre era (e é) uma cidade racista, como atesta o seguinte relato: “O próprio Caldas tivera que ser ríspido com um amigo que lhe colocara a ponderação de que o *Correio* não iria começar bem contando ‘com um negro em suas fileiras”. Ao que, sabendo da qualidade e caráter do amigo Paulino, rebateu. “[Caldas] jamais contou-lhe este episódio que, aliás, serviu para robustecer a sua convicção de que precisava de Paulino em seu empreendimento” (GALVANI, 1994, p.50).

Com o primeiro número publicado, a ansiedade sobre a repercussão aplacou os três fundadores. “Quando [Caldas] alcançou o número 132 da Andradas, próximo ao Beco do Fanha, já o esperava José Paulino com os jornais debaixo do braço e Mário vinha pela altura da praça da Alfândega”. Juntos, na sala de Caldas, os três examinaram os comentários da estreia positiva. “Como não poderia deixar de ser, o *Jornal do Comércio*, onde Azurenha e Caldas haviam trabalhado até agosto e, além

de tudo, dirigido por Aquiles Porto Alegre, fazia um registro na primeira página com sobriedade, mas muita simpatia” (GALVANI, 1994, p.52).

Quando o jornal *A Federação* circulou pela tarde, foi “Paulino [que] precipitou-se para obter um exemplar com os seus colegas do outro lado da rua”. Ou Paulino era muito ansioso ou era o comprador oficial de jornais do grupo. Foi ele quem dirigiu-se até a redação da Gazeta da Tarde “na ânsia de ver imediatamente o que o outro membro importante da comunidade jornalística publicara sobre o novo concorrente” (GALVANI, 1994, p.52-54).

Os primeiros dias foram de muito trabalho. Os três faziam de tudo - catavam notícias, redigiam matérias - e passaram a praticamente morar na sede do jornal, acompanhados da máquina de impressão Alauzet, logo após trocada por uma Marinoni, importada da Europa. O Café América, estabelecimento na esquina da Andradas com a rua da Ladeira, é tido como um dos lugares mais frequentados pelo trio. Importante salientar que, na década de 1920, o Café América tem um caso de racismo contra Juvêncio Joaquim de Lima, dono do jornal *A Liberdade*, relatado em *O Exemplo* (SANTOS, 2011, p.130).

Ao final do século XIX, Porto Alegre fervia entre ansiedade e os mitos sobre as novidades da modernidade. Novas ideias corriam pelas ruas da cidade que modernizava-se e queria estar de igual para igual com as cidades mais ao centro do país. As mentes dos intelectuais fervilhavam também. Paulino era uma dessas mentes pirulitantes inserida no centro da ebulição da elite culta dedicada à ciência das letras, que habitava as redações de jornais (MORAES, 2006, p.23). Uma elite intelectual da imprensa que é majoritariamente branca.

Há registros de alguns poemas avulsos publicados, mas é em 1897 que publica o notável romance *Estrychnina* ao lado dos parceiros de imprensa e camaradas Souza Lobo⁶ e Mário Totta. A capital é pano de fundo para a história de amor e de tragédia de Francisca Gama (Chiquinha) e Antônio Borges Lima (Nico), um casal que vive uma paixão proibida e decidem fazer um pacto de morte e morrem juntos tomando estricnina. A história é fictícia, mas baseada num caso real noticiado pelos jornais da época.

⁶ O jornalista José Carlos de Souza Lobo nasce em 11 de outubro de 1855, filho de José Teodoro de Souza Lobo, emérito professor e membro da Sociedade Parthenon Literário. Falece em 18 outubro de 1935 (MORAES, 2006, p.9).

Estrychnina documenta “a imagem da cidade em direção à modernidade”, através da descrição do cotidiano de Porto Alegre e seu desenvolvimento (MORAES, 2006, p.9). A chegada da luz elétrica, dos modernos guindastes no porto, os bondes e a higienização são acontecimentos que refletem o frescor dos novos tempos. Com “espírito do Romantismo”, a novela é “a única publicação do ano a representar um olhar urbano”. Alcança grande aceitação por parte do público, sendo sucesso de vendas - previsão certa feita pela publicação do *Correio do Povo* quando anunciou o título (MORAES, 2006, p.15-24). Reproduzimos a publicação do jornal, recuperada por Moraes, a seguir:

Os nossos companheiros Souza Lobo, Mário Totta e Paulino de Azureña, aproveitando peripecias do facto que nos últimos dias muito tem impressionado a população desta capital, deliberaram escrever um romance de actualidade. Intitula-se *Estrychnina* o romance, e será publicado brevemente, pois já se acha em preparo, e os autores trabalham com afinco para que ele apareça quanto antes. Como se vê, vae ser um livro de sensação, pelo interesse que despertará”. (Correio do Povo, 9 a 10 de setembro de 1896 in MORAES, 2006, p.19)

Azureña, Lobo e Totta faziam parte do grupo denominado Geração Correio do Povo (MORAES, 2006, p.19), formada por prováveis jovens escritores interessados nas belas letras e que se reunia no recém-fundado *Correio do Povo*. Além dos três, Zeferino Brasil, Octávio Dornelles, Marcello Gama, Pedro Velho, Múcio Teixeira e Damasceno Vieira faziam parte do grupo (PESAVENTO apud HENRIQUES, 2010, p.76; MORAES, 2006, p.19).

O *Correio do Povo* dedicava um lugar à experimentação literária através do “Semanário”, espaço dedicado à publicação de crônicas com periodicidade semanal - como o próprio nome indica. O “Semanário” não tinha autor fixo - diversos autores se intercalavam na publicação - até meados de março de 1899, quando “um único nome passou a assinar a coluna”. Este era Paulino de Azureña sob o pseudônimo *Léo Pardo* (LAZZARI in CHALHOUB, NEVES E PEREIRA, 2005, p.124).

“José Paulino de Azureña, que tão capaz se mostrara no trato com os tipos e as tintas, descobriu-se também como um redator de mão-cheia”, descreve Galvani sobre o semanário de crônicas. Ao pseudônimo, ele atribuiu o caráter de “trocadilho bem-humorado” entre “o nome latino do leão, a denominação de outro animal, o leopardo, e sua própria cor... Era classificado de acordo com a época como ‘pardo’”

(GALVANI, 1994, p.43). Aqui, atrevemo-nos a lançar uma dúvida se, de fato, o bom humor faz parte do trocadilho. A ironia, esta, parece-nos ser o melhor adjetivo. O “pardo” levanta ainda mais questões, por ser utilizado normalmente como sinônimo de mestiço (SANTOS, 2011, p.220-221), o que poderia instigar a suposição de que o pai de Paulino possa ser branco. Entretanto, “os termos preto, pardo, mulato, crioulo, cunhados originalmente pelos senhores para designar os escravizados e os libertos, eram utilizados de forma confusa por toda a sociedade brasileira” (SANTOS, 2011, p. 116). *Léo Pardo* poderia ser, até mesmo, uma referência ao animal que habita as savanas africanas, numa espécie de homenagem à ancestralidade.

O talento com a pena fez de Paulino uma figura importantíssima do cenário literário e da imprensa que se formava no Rio Grande do Sul nos primórdios do século XX. Em 1º de dezembro de 1901, é fundada a Academia Rio-Grandense de Letras, mas que já causava burburinho antes dessa data, com os preparativos do projeto já sendo noticiados semanas antes por jornais do estado, principalmente pelo *Correio do Povo*. As atividades da primeira reunião foram presididas por Aurélio Viríssimo de Bittencourt e Paulino Azurenha já se fazia presente entre os membros correspondentes do primeiro quadro oficial de associados (WOLOSKI, 2013, p.41-47).

Convidados oficialmente pelo presidente da agremiação, constituíram o quadro efetivo da Academia Rio-Grandense de Letras Aquiles Porto Alegre, o político Alcides Cruz, Alcides Maia, o poeta Alarico Ribeiro, o escritor Alfredo Lasbor, Apolinário Porto Alegre, Apeles Porto Alegre, o poeta e político Artur Pinto da Rocha, o jornalista escritor Aurélio de Bittencourt, o advogado e escritor José Joaquim Andrade Neves Neto, o jornalista e escritor Paulino Azurenha, o jornalista e empresário Francisco Antônio Vieira Caldas Júnior, Souza Lobo, Alves Torres, o médico e romancista Mário Totta, Marcelo Gama, o médico e escritor Sebastião Afonso de Leão, o médico e escritor Olímpio Olinto de Oliveira, Zeferino Brasil, o professor e escritor Graciliano Alves de Azambuja, o professor Ildefonso Gomes, todos residentes na Capital, e o historiador e teatrólogo João Maia, o advogado, historiador e político Alcides de Mendonça Lima, o médico, político e escritor José Romaguera da Cunha Correia e o jornalista e escritor Antônio da Costa Correia Leite, sob o pseudônimo de Artagão, residentes no interior do Estado (WOLOSKI, 2013, p.44).

Figura 9. Primeiro quadro dos membros associados da Academia Rio-Grandense de Letras, em 1901.

Cadeira	Fundadores ocupantes	Patronos
1	Apeles Porto Alegre	Afonso Marques
2	Mário de Artagão	Alberto Correia Leite
3	Romaguera Correira	Antônio Coruja
4	Aquiles Porto Alegre	Antunes da Luz
5	José Carlos de Souza Lobo	Araújo Porto Alegre
6	Sebastião Leão	Argemiro Galvão
7	Joaquim Alves Torres	Artur Rocha
8	Lourenço da Fonseca	Bibiano de Almeida
9	Apolinário Porto Alegre	Caldre e Fião
10	Andrade Neves Neto	Ernesto Alves
11	Paulino de Azurenha	Eudoro Berlink
12	Aurélio Junior	Félix da Cunha
13	Alfredo Lisboa	Fernando Gomes
14	Mário Totta	Hilário Ribeiro
15	Caldas Júnior	Inácio Vasconcelos
16	Marcelo Gama	Ismael Lopes
17	Olinto de Oliveira	Joaquim Caetano
18	Benjamin Flores	José Bernardino dos Santos
19	Tito Vilalobos	José Vilalobos Júnior
20	Ernesto Silva	Leopoldo Chaves
21	Zeferino Brasil	Lobo da Costa
22	Alcides Lima	Macedo Júnior
23	João Maia	Menezes Parede
24	Alcides Maia	Pardal Mallet
25	Alfredo Ferreira Rodrigues	Taveira Júnior

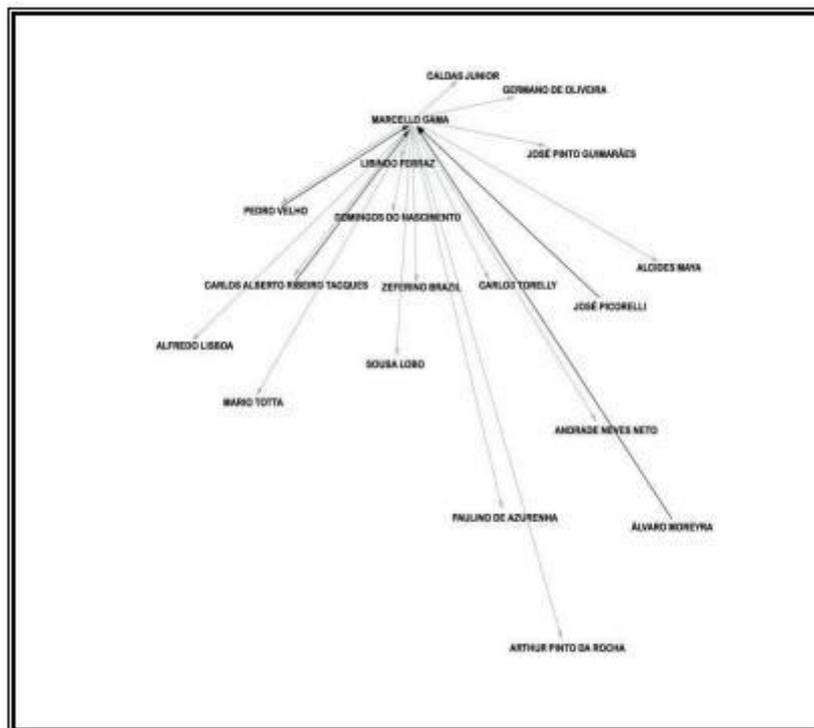
Fonte: WOLOSKI, 2013, p.53.

Após a morte de Paulino, ele é homenageado como patrono, ao lado de nomes como Simões Lopes Neto. Sua cadeira é ocupada por Fábio de Barros, na fase de retomada da Academia, em 1934 (WOLOSKI, 2013, p.67). Mais do que um nome a ser respeitado, Paulino de Azurenha é um nome do qual os jovens intelectuais querem obter o respeito.

Se a divisão por classes de idade existia, a necessidade de aceitação por parte dos escritores mais velhos também. Estar em dia com Alcides Maia, Arthur Pinto da Rocha, Caldas Júnior, Paulino de Azurenha, Zeferino Brasil, Sousa Lobo, Victor Silva e Marcello Gama era um referendo para jovens autores como Álvaro Moreyra, Felipe d'Oliveira, Homero Prates e Eduardo Guimaraens. Era uma autorização a frequentar o mesmo mundo (SILVEIRA, 2013, p. 33).

Resgatando as relações entre os intelectuais do Rio Grande do Sul, Cássia da Silveira aponta que Paulino está entre os quinze homenageados em poesias no livro *Via Sacra*, publicado em 1902 por Marcello Gama (2015, p.7).

Figura 10. Rede de Marcello Gama.



Fonte: SILVEIRA, 2015, p.5.

Ainda sobre as relações de Paulino, não é errado concluir que, provavelmente, Dario Bittencourt possa ter conhecido Paulino ainda em vida “na casa de seu avô, nas andanças literárias de seu pai” ou conhecido suas crônicas “pois ambos foram imortais da Academia Rio-Grandense de Letras”. “A trajetória intelectual de Azurenha era conhecida no meio negro e intelectual de Porto Alegre, o que pode ser sugerido como um exemplo a ser seguido”, como concluiu J.A. dos Santos (2008, p.9). Em 1902, ele sofre um baque pessoal: a morte de sua esposa. A partir daí, “tornou-se ainda mais recluso” e passou a dedicar “muitas crônicas saudosas no ‘Semanário’. (...) Seus textos se tornaram menos brincalhões; os temas mais sérios e melancólicos, e mesmo a ironia, mais corrosiva” (LAZZARI in CHALHOUB, NEVES E PEREIRA, 2005, p.132).

Totta e Paulino revezavam-se à frente da gerência do jornal, função que englobava tarefa de “saldar contas, liquidar folhas de pagamento e fazer uma espécie de balancete”. Na primeira semana de fundação, Caldas testa Mário Totta. Mais adiante, “ordenou ao Paulino de Azurenha que se desincumbisse dessas tarefas que considerava ‘incômodas’”. Após um ano de testes, Caldas precisa viajar para o Rio de Janeiro e São Paulo. Na sua ausência, deixa as principais funções a cargo de Paulino. O que, mais uma vez, gera comentários racistas: “[Caldas] Voltou

a ouvir de amigos mais chegados ponderações que rechaçou com a veemência de sempre: Ele é um negro e muito bom. Melhor do que muito branco por aí” (GALVANI, 1994, p. 69-70).

Com a decisão tomada, Caldas publica no dia 15 de fevereiro de 1898 o seguinte aviso: “Retirando-me temporariamente desta capital, deixo incumbido da direção e da gerência do *Correio do Povo* o meu companheiro de trabalho José Paulino de Azurenha, a quem conferi poderes gerais para resolver qualquer assunto que se relacione com esta folha”. Doze dias após a viagem de Caldas, Paulino coordena da gerência o primeiro anúncio publicado em cores da história do *Correio*, intento realizado com êxito no dia 26 de junho (GALVANI, 1994, p.70). O desempenho de Paulino no cargo é bem avaliado, mas Caldas decide não retirá-lo do comando da redação, onde era vital. Na virada de 1898 para 1899, a figura de Luiz Manoel Gonzaga surge para ocupar o cargo de gerente (GALVANI, 1994, p.74-75).

Outro momento destaque de Paulino é sua presença na sessão de exibição do cinematógrafo, também relatada por Galvani:

José Paulino de Azurenha voltou muito animado no dia 26 de fevereiro, mas não era por causa do Carnaval. Acontece que ele assistira, e pôde registrar no seu ‘Semanário’ no dia seguinte, à sessão com o tal de ‘cinematógrafo’ de que tanto se falava e que os irmãos Lumière haviam apresentado em Paris, logo depois da fundação do Correio (1994, p.102).

Paulino escrevera na ocasião, em nota que recomendava os próximos espetáculos para os dias 6 e 7 de março, o seguinte:

“No Theatro São Pedro realizou-se ontem a primeira exibição de um cinematógrafo.
A concorrência, tanto de famílias como de cavalheiros, foi bastante numerosa.
Foram apresentadas interessantes e belíssimas vistas, dentre as quais provocaram mais entusiásticos aplausos do público: diversos quadros da exposição de Paris, bailes espanhóis, cenas de touradas e muitas outras”. (AZURENHA apud GALVANI 1994, p.102).

J.A. dos Santos informa que Paulino “se declarava pardo e algumas vezes negro em suas crônicas, o que devia lhe trazer alguns riscos naquela sociedade porto-alegrense pouco afeita à aceitação da diferença cultural e racial vinda das comunidade negra” (2008, p.9). Lazzari retoma que o “sentido da palavra “pardo” no

Brasil, no final do século XIX, podia estar mergulhado em ambiguidades, mas nesse caso pelo menos seguramente indicava que se devia levar em conta a suposta cor da pele do narrador ao interpretar a crônica (...)” (LAZZARI in CHALHOUB, NEVES E PEREIRA, 2005, p.124). Para a população negra em um contexto adverso, “ser cidadão significava ter direitos iguais e não ser vista como inferior. Porém, diante da inclusão marginal de práticas de discriminação racial e tratamento diferenciado em relação à população branca, a cidadania plena continuava sendo um sonho” (DOMINGUES, 2008, p. 1-2).

Lançando-nos ao risco de sermos repetitivas, reiteramos aqui que, no período pós-abolição, “o racismo antinegro foi o componente fundamental da construção da ideologia e a cultura gaúchas” e que “os intelectuais negros apontavam o racismo como um dos primeiros impedimentos para a organização e a mobilidade social entre os negros” (SANTOS, 2011, p. 20-47). É necessário ler em conta também a “invisibilidade simbólica’ a que a presença negra na sociedade rio-grandense foi relegada por historiadores e literatos gaúchos no correr do século XX”(LAZZARI in CHALHOUB, NEVES E PEREIRA, 2005, p.125).

Em um cenário no qual “negros gaúchos são geralmente representados como um extrato social analfabeto e inexpressivo do ponto de vista numérico” (SANTOS, 2011, p.97), Paulino ascende socialmente, integra a elite intelectual negra - com a proximidade com a família Viríssimo Bittencourt - , funda um dos jornais mais poderosos do estado, insere-se no ofício de jornalista, símbolo de civilização, modernidade e elite cultural da virada do século XIX para XX, e é a prova de que os negros são intelectualmente capazes de produzir - e produzir muito bem, diga-se de passagem. Ser um jornalista negro nesse contexto é entendido nesta monografia como uma posição e uma ação políticas. “E o leitor, por mais preconceituoso que fosse, estaria certo de que com ele encontraria boa literatura para seu domingo; às vezes densa e exaustiva, às vezes mesmo não oferecendo nada para ler além do mero exercício de estilo” (LAZZARI in CHALHOUB, NEVES E PEREIRA, 2005, p. 126).

Adjetivado como “discreto”, Paulino não transitou pelas rodas da sociedade e da política tanto quanto poderia, visto que era declaradamente avesso à vida mundana e social - postura que, como já apontado, se enrijece ainda mais na viuvez (LAZZARI in CHALHOUB, NEVES E PEREIRA, 2005, p. 132). O autor informa ainda

a provável engajamento de Paulino no movimento abolicionista - por ser uma militância praticamente obrigatória dos intelectuais da segunda metade do século XIX, e que, por ter recebido educação dos padres desde a infância, não se identificava-se religiosamente com o culto aos orixás nem com o islamismo, mas sim como um católico fervoroso (in CHALHOUB, NEVES E PEREIRA, 2005, p. 138-142).

Aos olhos dos colegas, era “extremamente dedicado e avesso a polêmicas, porém extremamente respeitado e dono de opiniões independentes, tanto que se tornara uma espécie de conselheiro e árbitro de decisões no ambiente de trabalho”, (Correio do Povo, 1946 in LAZZARI in CHALHOUB, NEVES E PEREIRA, 2005, p. 131). É Lazzari também quem aponta que Paulino era um “monarquista convicto” e que manifestava decepção com o regime republicano e suas mazelas (p.145-147). Em suas crônicas, manifestava-se como crítico severo das desigualdades sociais.

Modesto, parecia ser avesso aos holofotes - “esquivava-se de aplausos e tinha temperamento arredo, condenava-se voluntariamente a ser um exilado, um solitário em meio à agitação que o rodeava”, como retomam Strelow e Alibio. A posição respeitada o tornava referência entre os corredores do *Correio do Povo*: “Paulino Azurenha era, nesta casa, um consultor e conselheiro, a quem todos recorriam, em situações embaraçosas, para lhe pedir a opinião - sempre esclarecida, e o parecer - sempre ponderado. (...) Ele a todos ouvia e a todas falava” (PORTO ALEGRE s/d apud STRELOW e ALIBIO, 2015, p. 102). Paulino, de acordo, com Porto Alegre, “era uma espécie de oráculo para os demais jornalistas - todos o ouviam e obedeciam. (...) De acordo com Porto Alegre (s/d), era o único de quem Caldas Júnior aceitava conselhos e ponderações, sempre acertadas” (STRELOW e ALIBIO, 2015, p. 102).

No obituário do *Correio do Povo*, Paulino é considerado “um conselheiro refletido e competente”, calmo e íntegro:

Paulino de Azurenha era, nesta casa, um consultor e um conselheiro, a quem todos recorriam, em situações embaraçosas, para lhe pedir a opinião - sempre esclarecida, e o parecer - sempre ponderado. E, a alma do eleito, espírito sinceramente religioso, coração impregnado de uma grande piedade cristã, elle a todos ouvia e a todos falava, com a cordura e a bondade que lhe eram características. Dahi o segredo dessa boa estima de que todos lhe tinhamos, desse affectuoso respeito com que todos o tratavamos e desta profunda magua com que todos, hoje, lhe deploramos a morte (CORREIO DO POVO, 1909).

Levando uma vida pacata e modesta, suas preocupações eram o trabalho e o cuidado com as cinco filhas, além da devoção religiosa (LAZZARI in CHALHOUB, NEVES E PEREIRA, 2005, p. 153). Em 3 de julho de 1909, aos 49 anos⁷, teve “seu desfecho fatal a terrível molestia que, 24 horas antes, prostrára, já quase sem vida” o “querido companheiro de trabalho”, como publicou o *Correio do Povo*. O texto atribui o falecimento aos efeitos de uma hemorragia cerebral que o colocara de cama e desencadeou uma paralisia generalizada pelo corpo, em um organismo já “combalido pelos estragos de uma arteriosclerose”. “Às 9 ³/₄ da manhã, rodeado de pessoas da família e amigos, o enfermo exhalava o derradeiro alento, felizmente sem dôres, sem agonia, num suave trespasse, inconsciente e tranquilo” (*Correio do Povo*, 1909). A publicação retoma ainda o sentimento de afeto entre Azurenha e o periódico, digno de uma relação paternal, a quem prestou um trabalho pautado na lealdade, inteligência e dedicação. Como *Léo Pardo*, foram dez anos à frente das crônicas do “Semanário”, até o ano de sua morte.

Sobre a repercussão de sua partida, o *Correio do Povo* descreve: “foi extraordinário numero de pessoas de pessoas que se dirigiram a casa mortuaria e ao escrittorio do *Correio do Povo*, em visitas de pezames”. O enterro aconteceu no dia 4 de julho de 1909, pela manhã, saindo às 8 horas de 12 minutos da casa nº 58 da rua General João Manoel para a catedral da cidade.

Assim, atestamos a relevância de Paulino de Azurenha para a história da imprensa rio-grandense, para a história do *Correio do Povo*, para o meio intelectual da época na cidade de Porto Alegre, com o objetivo de reforçar a força política de sua figura entre a comunidade negra - que deve ser exaltada até os dias de hoje. Paulino ocupou posições de poder num dos jornais mais promissores do século XIX e XX no Rio Grande do Sul, publicou um livro, foi um dos membros do primeiro quadro da Academia Rio-Grandense de Letras, postulando como patrono da cadeira 31⁸ após a sua morte, era amigo íntimo dos fundadores e influentes Mário Totta e Caldas Júnior, esteve presente em ambientes elitizados - como a sessão do cinematógrafo - e foi gerente do jornal, estando à frente da sua primeira publicação

⁷ Idade informada pelo obtuário publicado pelo *Correio do Povo*, que reforça a data de 1861 como a data exata do nascimento de José Paulino de Azurenha.

⁸Atualmente pertence ao acadêmico Ruben Daniel Méndez Castiglioni, conforme informa o quadro acadêmico no site oficial da Academia Rio-Grandense de Letras, disponível em <<http://www.arl.org.br/content/index.php?link=academicos&sub=Quadro%20Acad%C3%AAmico>>, acessado em 28.11.2018.

de anúncios em cor. Strelow e Alibio recuperam as palavras de Porto Alegre que sintetizam a trajetória de Azurenha, considerado como melhor cronista literário rio-grandense: “Foi um herói do trabalho e deixou nome nas letras de sua terra porque, realmente, teve um alto valor” (Porto Alegre, s/d, p.163 apud STRELOW e ALIBIO, 2015 p.100)

4.2 NA PELE DE *LÉO PARDO*: A ANÁLISE DE CONTEÚDO DAS CRÔNICAS DE *LÉO PARDO* EM SEMANÁRIO, NO CORREIO DO POVO NO SÉCULO XX

Aqui, utilizaremos o método de Análise de Conteúdo desenvolvido pela psicóloga Laurence Bardin que, em amplo conceito, “se refere a um método das ciências humanas e sociais destinado à investigação de fenômenos simbólicos por meio de várias técnicas de pesquisas” (FONSECA JÚNIOR in DUARTE e BARROS, 2008, p.280). Popular em vários ramos das ciências sociais empíricas, “a análise de conteúdo revela-se como um método de grande utilidade na pesquisa jornalística” (HERSCOVITZ in LAGO e BENETTI, 2008, p.123), o que reforça a escolha e aplicação desse sistema na presente pesquisa.

A Análise de Conteúdo tem como caráter o hibridismo, fazendo a conexão entre as investigação qualitativas e quantitativas (HERSCOVITZ in LAGO e BENETTI, 2008, p.125), e mostra-se versátil, renovando-se com o passar do tempo, contornando os desafios e transformações da comunicação (FONSECA JÚNIOR, in DUARTE e BARROS, 2008, p.280).

A metodologia organiza-se e orienta-se em três fases cronológicas: a pré-análise - plano de análise - , a exploração do material - a análise propriamente dita - e o tratamento dos resultados - a lapidação dos resultados brutos, transformando-os em válidos.

Para Bardin (2011), esta primeira fase concebe o tratamento descritivo, sendo o momento da organização propriamente dita. É o período de “sistematizar ideias”, “estabelecer um programa preciso” conduzido por um esquema específico de desenvolvimento de operações sucessivas que tomarão o corpo de um plano de análise. Entre as missões da pré-análise, estão a escolha dos documentos que serão submetidos à observação, a formulação dos objetivos e a elaboração de

indicadores que fundamentam a interpretação final (BARDIN, 2011, p.125). Essas etapas não estão fixas em ordens específicas, mas são interdependentes.

A primeira atividade da pré-análise é conhecida como “leitura flutuante”, nada mais que o primeiro contato com os documentos a serem analisados. Dessa aproximação, aberta e permeada de primeiras impressões e sensações, a leitura toma desenhos mais firmes que projetam metodologias possíveis de serem aplicadas ao material (BARDIN, 2011, p.125). Uma vez tema e referencial teórico estipulados, a atividade seguinte é a constituição do *corpus*, através da escolha dos documentos a serem analisados. Para selecionar o devido conjunto de materiais documentais, a autora dispõe as principais regras que orientam esse processo:

Regra da exaustividade: uma vez definido o campo do *corpus* (...) é preciso ter-se em conta todos os elementos desse *corpus*. Em outras palavras, não se pode deixar de fora qualquer um dos elementos por esta ou por aquela razão (dificuldade de acesso, impressão de não-interesse), que não possa ser justificável no plano a rigor. Esta regra é completada pela de não seletividade (p.126-127).

Regra da representatividade. A análise pode efetuar-se numa amostra desde que o material a isso se preste. A amostragem diz-se rigorosa se a amostra for uma parte representativa do universo inicial. Neste caso, os resultados obtidos para a amostra serão generalizados ao todo (p.127).

Regra da homogeneidade: os documentos retidos devem ser homogêneos, isto é, devem obedecer a critérios precisos de escolha e não apresentar demasiada singularidade fora destes critérios de escolha (p.128).

Regra da pertinência: os documentos retidos devem ser adequados, enquanto fonte de informação, de modo a corresponderem aos objetivos que suscita a análise (p.128).

Chegando ao fim da primeira fase, alcançamos a formulação dos objetivos. Complementando-se a referenciação dos índices e indicadores, preparamos o material, reunindo o que será analisado (p.128-130).

A segunda fase caracteriza-se pela exploração do material. “Se as diferentes operações da pré-análise foram convenientemente concluídas, a fase da análise propriamente dita não é mais do que a aplicação sistemática das decisões tomadas” (Bardin, 2011). Nesse momento, o *corpus* é submetido a operações de codificação, decomposição e enumeração em função dos parâmetros de catalogação anteriormente formuladas e dispostas (p.131). A partir daí, a trajetória de análise chega à sua terceira e última fase: o tratamento dos resultados obtidos e a

interpretação, na qual “os resultados brutos são tratados de maneira a serem significativos (‘falantes’) e válidos” (p.131). Essa etapa permite a manipulação dos resultados - através do desenvolvimento de diagramas, quadros e outros modelos que destaquem sua relevância - e também as interpretações e inferências.

Combinando propriedades quantitativos e qualitativos, a tendência atual da análise de conteúdo promove uma

integração entre as duas visões de forma que os conteúdos manifesto (visível) e latente (oculto, subentendido) sejam incluídos em um mesmo estudo para que se compreenda não somente o significado aparente de um texto, mas também o significado implícito, o contexto de onde ele ocorre, o meio de comunicação que o produz e o público ao qual ele é dirigido” (HERSCOVITZ in LAGO e BENETTI, 2008, p.126).

4.3 PRÉ- ANÁLISE

Para esse estágio do processo, conforme o método de Bardin (2011), iniciamos através das pesquisas acerca da obra de Paulino de Azurena, que nos levou até suas crônicas. Conforme constatado por Lazzari, os dez anos de produção no ‘Semanário’ (de frequência semanal, como o próprio nome sugere), de 1899 a 1909, resultam em 468 crônicas disponíveis para análise, de acordo com as fontes consultadas⁹. Falhas nas coleções documentadas impedem o acesso completo da série (LAZZARI in CHALHOUB, NEVES E PEREIRA, 2005, p. 125). Durante a pesquisa, nos deparamos com o livro **Semanário de Léo Pardo**, uma antologia com as “melhores crônicas” assinadas por Paulino de Azurena sob o pseudônimo de *Léo Pardo* no *Correio do Povo*, lançado em 1926 pela editora da Livraria do Globo.

A publicação foi adquirida em formato físico e edição original para a realização da pesquisa. Contaminada pelo contexto e pela figura de Paulino, a leitura “flutuante” deu-se a partir deste título. Assim, a delimitação do *corpus* abrangeu todas as crônicas apresentadas no livro. Com um conjunto variado, o recorte temporal e a quantidade de cada ano foram delimitadas pela própria edição:

⁹ A série de crônicas consultadas por Lazzari em sua pesquisa iniciam com uma publicação de 5 de março de 1899 até 27 de junho de 1909. Considera-se uma interrupção maior no período compreendido de fevereiro a dezembro de 1908. A fontes de pesquisa foram a Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro e o acervo José Hipólito da Costa (LAZZARI in CHALHOUB, NEVES e PEREIRA, 2005, p.125).

Semanário de Léo Pardo apresenta crônicas somente do século XX, de 8 de junho de 1905 a 19 de junho de 1909.

A obra reúne 17 textos do ano de 1905 (com publicações de julho a dezembro); 13 de 1906 (de julho a dezembro); 5 de 1907 (de fevereiro a junho), apenas 1 texto de 1908 (de fevereiro) e dois de 1909 (maio e junho). Ao total, foram selecionados 38 textos para a análise. Importante sinalizar que, no livro, não há maiores explicações sobre a escolha dos textos ou sobre a decisão do recorte temporal. Sobre a seleção, Lazzari afere ter sido feita “por critérios que não fazem justiça à importância do conjunto de seu trabalho” (in CHALHOUB, NEVES e PEREIRA, 2005, p.134).

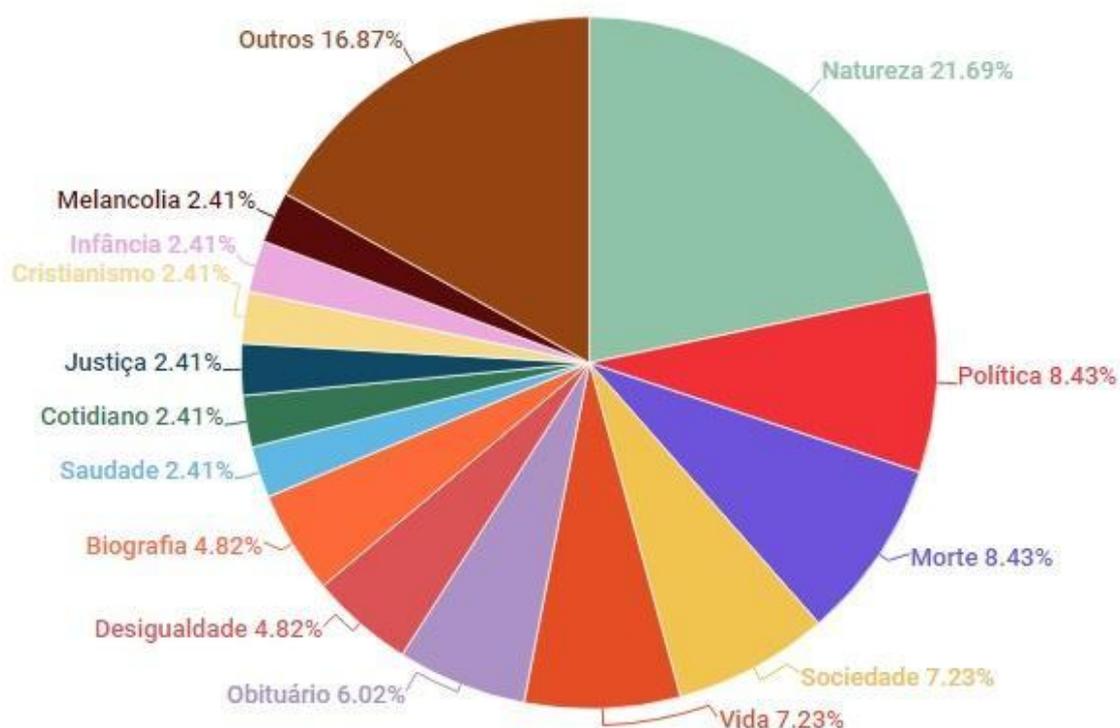
Como um também pesquisador de *Léo Pardo*, achamos relevante inserir a crítica de Lazzari. Entretanto, ao nosso olhar, isso não anula a importância conferida à análise da obra do autor através de uma publicação rara, que quase se perde no tempo junto com a própria figura de Azurenha. As crônicas aqui presentes se engrandecem pelos seus feitos: uma publicação semanal num dos jornais mais populares e ascendentes do início do século XX que fizeram de Paulino “o melhor cronista” do Estado de acordo com os intelectuais da época.

Instigados pela figura de Paulino de Azurenha e o provocativo pseudônimo *Léo Pardo*, temos como objetivo levantar quais os temas abordados pelo escritor no *Semanário*, levando em consideração a liberdade estilística e de personalidade conferidos pelo gênero da crônica. Aproximamos Paulino e *Léo* compartilhando da ressalva feita por Lazzari de distinção entre autor e narrador e não relacionar diretamente as opiniões do pseudônimo com as convicções do escritor (in CHALHOUB, NEVES e PEREIRA, 2005, p.132).

Partindo dessas premissas, catalogamos todos as crônicas contidas em ***Semanário de Léo Pardo*** a partir da data de publicação, temáticas gerais e temáticas específicas, personagens e lugares da cidade e menção ou não à discussão étnico-racial. Nesse último quesito, foram encontrados dois textos.

4.4 EXPLORAÇÃO DO MATERIAL (QUANTITATIVA E QUALITATIVA)

Gráfico 1. Temáticas



Fonte: Elaboração da autora.

O Gráfico 1 apresenta os resultados da catalogação por temáticas gerais de todas as crônicas de *Léo Pardo* de 1905 a 1909 disponíveis no livro ***Semanário de Léo Pardo***. A definição da temática se deu através da leitura de cada uma das 38 crônicas, com até três temáticas por texto. Essa regra não era rígida, adaptando-se à necessidade e amplitude de cada crônica - cada uma ocupando mais ou menos cinco páginas do livro. Ou seja, algumas das crônicas tiveram sua temática geral contemplada com apenas uma categoria; outras, em duas ou três. Importante observar que as crônicas não tinham títulos específicos, seguindo todas sob nome da coluna.

Como comentamos no tópico anterior, catalogamos os lugares de Porto Alegre conforme apareciam nos textos e também figuras públicas. De modo geral, tanto espaços quanto pessoas são muito variados, não se repetem ao longo do

corpus. Essa observação permitiu uma leitura mais exaustiva das crônicas, mas, por conta da grande variedade, sendo organizada em uma tabela no apêndice A. A título de exemplo, um dos raros casos de uma figura pública que aparece mais de uma vez (duas), Alfred Dreyfus - do histórico “Caso Dreyfus” - e Afonso Pena, presidente da República de 1906 a 1909. Com os lugares, situação semelhante, mas com uma maior frequência entre os lugares mais citados, como o Rio Guaíba que aparece quatro vezes. Zonas mais urbanas de Porto Alegre, como Rua dos Andradas e os bairros Partenon, Menino Deus, Navegantes, Glória, Teresópolis e Tristeza são mencionados. Contemplamos os lugares também em uma tabela, no apêndice B.

Pelo gráfico 1, que contempla 15 categorias temáticas, nota-se o quão versátil é Paulino de Azurena. O tema mais frequente foi “Natureza”, com 21,69%, que aparece em 18 textos diferentes. Nove aparições são no ano de 1905, seis no ano de 1906 e três no ano de 1907. “Natureza” não é um assunto que aparece em textos dos anos de 1908 e 1909.

Os dois segundos temas mais frequentes foram “Política” e “Morte”, ambos com 8,43%. O tema “Política” é abordado em sete textos diferentes, quatro em 1905 e três em 1906; já a temática “Morte” percorre mais tempo: aparece em três textos de 1905, dois de 1906, um em 1908 e um em 1909. Totalizando, também, sete textos.

Os temas “Sociedade” e “Vida” aparecem nos mesmos 7,23% no terceiro lugar. “Sociedade” é constatada duas vezes em 1905, três vezes em 1906 e uma vez em 1907, em um montante de seis textos. Já “Vida” é a temática de quatro textos de 1905, um de 1906 e um de 1907.

Logo em seguida aparece o tema “Obituários”, com 6,02%, colado por “Desigualdade” e “Biografia”, com 4,82%. “Obituário” consta em um texto de 1905, um de 1906, dois de 1907 e um de 1909; ao todo, cinco textos. “Desigualdade” é tópico de quatro textos: dois textos de 1905, um de 1906 e um de 1907. “Biografia”, com quatro textos, aparece em duas publicações de 1905 e duas de 1907.

Por fim, temos seis temáticas com a mesma porcentagem: 2,41%. Essas categorias foram inseridas de forma segmentada em nosso gráfico por cumprirem com o critério da repetição mínima - duas vezes. “Saudade” aparece em um texto de 1905 e outro de 1906; “Cotidiano” é abordado em dois textos de 1905; “Justiça” está concentrada em dois textos de 1906; “Cristianismo” aparece em dois eventos

temáticos - em um texto sobre o Natal e o nascimento de Jesus Cristo na véspera da data em 1906 e outro sobre uma procissão realizada em Porto Alegre em 1909; “Infância” aparece duas vezes no ano de 1906 e “Melancolia” dá o tom em 1907 e 1909. A parcela “Outros”, com 16,87%, reitera a ampla diversidade de assuntos debatidas nas crônicas. É formada por categorias unitárias, mas necessárias para a identificação geral dos textos em questão. É formado pelos seguintes assuntos: “Imprensa”, em uma crônica sobre os dez anos do jornal *Correio do Povo*, “Mulher” e “Linguagem” do “pelotão” de 1905; “Violência”, “Evento”, “Porto Alegre (cidade)”, “Viagem”, “Escravidão” - em um texto crítico ao regime escravista, “Arte” e “Natal” em 1906; “Quaresma”, em 1907; “Mitologia” e “Maternidade” no mesmo texto de 1909; e “Funeral”, em 1909, totalizando 14 temáticas em 14 textos diferentes. Ao todo, 28 temáticas foram catalogadas, distribuídas ao longo de textos diferentes. Essas categorias, na maioria dos casos, não são únicas ou isoladas: se entrecruzam e agem de forma correlata na crônica.

O tema “Natureza” é o mais frequente entre todos os temas gerais e dá a senha para o estilo de escrita de Paulino, cercada por analogias e reflexões. “Política” mostra o nível de conhecimento de Paulino, de alcance do regional ao global. Aqui, recuperamos um pensamento de Lazzari, elucidado pelo gráfico obtido:

(...) todos que já tivessem dedicado tempo à sua leitura [semanário] também não ignoravam que raramente ali encontrariam mais um relato qualquer sobre os acontecimentos da semana ou meras opiniões banais a repetir os comentários que corriam pela cidade. Sabiam que lhes aguardava um cronista pronto a reduzir o dia-a-dia provinciano da cidade, com o intenso movimento de seus negociantes e as intrigas de seus homens de política, bem como os devaneios de seus pretensos letrados, ou mesmo eventos extraordinários como assassinatos, disputas eleitorais e novos espetáculos teatrais, a nada mais do que um desinteressante e triste tempo de tédio e rotina, comandado pela necessidade do trabalho que pesava sobre a maioria. Não encontravam os leitores, porém, naqueles textos tão - somente o desenrolar das amarguradas reclamações ou ferinas críticas, mas com frequência se deparavam com um rebuscado exercício de estilo, de elegante e elaborada ironia, quando não de pungente sarcasmo, que os convidava à reflexão sobre os mais diversos temas e problemas morais que iam muito além das preocupações práticas do dia-a-dia (LAZZARI in CHALHOUB, NEVES e PEREIRA, 2005, p.123).

4.5 RESULTADOS OBTIDOS E INTERPRETAÇÕES

Para exposição de interpretação em maior profundidade dos resultados obtidos, nos debruçamos às temáticas mais frequentes entre as 38 crônicas de *Léo Pardo*, que saem do caráter “aleatório” ou “casual” e podem nos permitir mais “janelas” para inferências. Os eixos estipulados foram 1) Natureza, 2) Política, Sociedade e Desigualdade e 3) Morte, Vida, Obituários e Biografias. Assim, de 38 textos, passamos para 35 textos.

4.5.2 Eixo 1: “Natureza”

O primeiro eixo temático a ser analisado e de maior abrangência entre as crônicas de Léo Pardo reúne 18 textos. Desses 18, quatro se enquadraram unicamente nesta categoria; cinco se enquadraram apenas no “eixo” natureza, mas associam-se a outras categorias apresentadas no gráfico, de menor frequência; as outras nove restantes estavam associados a uma ou mais temáticas dos eixos 2 e 3, já apresentados.

Textos “compartilhados”, ou seja, que se encaixam em duas ou mais categorias ou em dois ou mais eixos são os casos mais frequentes. Aqui, tentamos ao máximo trazer as características atribuídas a cada eixo, mas seria injusto isolar à força os textos de Paulino, visto que justamente é sua variedade de temas e o passeio por diferentes assuntos em cada crônica uma de suas marcas mais evidentes.

Mais do que uma temática, a natureza parece ser a régua que Paulino usa para medir a vida, como mediadora da realidade e de outros temas. Poderíamos dizer que Paulino bebe do simbolismo, com crônicas que se dedicam à descrição e ambientação das cenas e sua profunda ligação com a natureza. É pela natureza que Paulino exalta os rios do estuário do Guaíba, mede a sedução de Porto Alegre através da “volta” dos gafanhotos e faz profundas reflexões sobre a vida e a civilização. Inserimos, a seguir, alguns trechos que elucidam tais constatações:

Julho - 29 - 1905
Manhã rejuvenescedora, a de hoje...

O sol levantou-se resplandecente de bom humor. Irradiava satisfação e glória, naturalmente a glória e a satisfação de se sentir reviver, porque nada tanto satisfaz a glória como a sensação da Vida. Que o digam os convalescentes, que, por terem estado a ponto de perdê-la, sabem senti-la, quando para ela como que renascem.

E este pálido inverno é bem como um convalescente, envolto no seu branco e amplo camisolão de dormir da sua cama de enfermo, alva nos linhos e de nevoas, levantando-se.

Agora lá vae elle, desembuçado e vagaroso, azul em fóra, como por uma encosta acima, fazendo e gosando a sua manhã,

E que manhã! Suave claridade... temperatura discreta... auras serenissimas!

Bem fizestes, sr. Sol, em vos levantardes e sairdes, para este banho primaveril de luz... Uma manhã destas é como uma nova fonte de Juventude: rejuvenesce ! (Azurenha, 1926, p.9).

Agosto - 19 -1905

Um destes dias, por uma manhã excepcionalmente rica de sol, encontramos uma andorinha morta.

Hirta, inteiriçada, com a cabecinha encolhida e a aza espalmada, o seu pequenino cadaver apavorava como um defunto. Não trazia a mente o de um anjinho, mas o de um defunto (Azurenha, 1926, p.21)

Agosto - 12 -1905

Cheia. A bacia do Cahyba de novo transborda. E não só ella: todo o seu estuario, intumecido, regorgitando, extravasa.

E' o magestoso Jacuhy, que, como um senhor feudal, de longe vem, atravessando campos e valles, recebendo aqui a servidão de humildes arroios villões, além o tributo de rios fortissimos, quasi tão poderosos como elle, mas que apressados como o Taquary, descem dos seus castellos rouqueiros, e lhe vêm ao encontro, na sua vagarosa passagem afim de lhe render preito de vassalagem e pagar pares de tributario (...)

E'o Cahy, também das serras deciso, porém com assomos de certa independencia proseguindo em seu caminho (...)

E o dos Sinos, outro cioso da sua autonomia, como um mercador de communa rica, sempre fugindo, com arte e manha a toda imposição e a toda espoliação (...) (Azurenha, 1926, p.15).

A “natureza”, na visão apresentada por *Léo Pardo*, tem *status* de sagrada. Às vezes, representada de forma “humanizada”, geralmente com alma “feminina”, sempre bela e exuberante; outras vezes, a natureza é quem guarda os mistérios, as fontes da inquietação, do inesperado e, até mesmo, a destruição, com o caso do Vulcão Stramboli, na Itália. A primavera e o sol são exaltados, o inverno e outono, normalmente, associados a fases difíceis e melancólicas. A natureza é fonte de juventude, de renovação, de ciclo. É fonte de uma sabedoria onipresente e onipotente, que supera a sabedoria humana e civilizada. Geralmente, as crônicas de Paulino relacionadas à natureza sempre flertam com assuntos do “eu”, de tom mais reflexivo, e sobre a vida.

Setembro - 16 - 1905

Como um facho funebre, accendeu-se na Italia, o Stramboli.
O seu largo pennacho de luz oscilante, envolto em densa fumarada, serve para iluminar um quadro mortuario.

Dir-se-ia que se está em uma vastissima camara ardente, senão em um phantastico negroterio.

Toda uma região, a Calabria, é o scenario, ou melhor, um esquife de desmesurada amplitude.

Cadaver - a propria Calabria, partida, quebrada, rota, mutilada, esphacelada.

De todo o seu gentir preclaro e formosismo corpo, o que resta são ruinas. Cidades desmanteladas, villas subvertidas, povoações desfeitas. Todos os seus membros feridos, ensanguentados, deslocados.

Que medonho cataclysmo fizera, de golpe, aquela catastrophe? (...)

A Terra, com a sua tenue crosta solidificada, dava a enganadora ilusão de um bloco massiço: construía-se sobre ella como uma rocha, e era sobre areia que se estava construindo (Azurenha, 1926, p.39-41).

Agosto - 11 -1906

Voltaram os gafanhotos...

Vieram e foram-se. E' bem provável mesmo que tornem a voltar.

Elles parecem haver tanto gostado deste pedacinho de terra, que desde logo resolveram elege-la em pedacinho de seu coração. (...)

Porto Alegre tem feitiços. E' de tradição que quem bebe das aguas de seu convidativo Guahyba, nunca mais a esquece. (...)

Eles [gafanhotos] diziam, como os napolitanos, de Napoles:

- Ver Porto Alegre, e, depois, morrer!

E nunca mais abandonaram estas redondezas.

Em bandos, em magotes, em nuvens, ou isolados, eram sempre vistos, aqui, ali, acolá, cortando os espaços, com as suas finas azas de prata, em todas as direcções (Azurenha, 1926, p.127-128).

Fevereiro - 2 - 1907

Stella maris...

A Vida é um mar. Mas infindavel, cortado, entremeado, bordado de continentes, de archipelagos de portos, de enseadas, de praias, de infindavel! (Azurenha, 1926, p.191).

Junho - 29 -1907

Por este findar de Junho agreste, em que a geada branqueia os campos, os ventos frios cortam e os corpos viventes entorpecem (...) (Azurenha, 1926, p. 217).

4.5.3 Eixo 2: “Política, Sociedade e Desigualdade”

O segundo eixo temático engloba três assuntos que se avizinham: “Política”, “Sociedade” e “Desigualdade”. A categoria “Política” aparece como marcador único em um só texto; os outros 6 textos em que é detectada, está articulada com algum

tema dos eixos 1, 2 ou 3. O tópicio “Sociedade” nunca aparece sozinho, sempre em articulação com alguma temática - como a “justiça” -, ou, na maioria das vezes, com algum tema dos eixos 1, 2 e 3. A “Desigualdade” segue este mesmo padrão: apenas um de seus textos não está associado a algum tema do eixo 1, 2 ou 3, em um texto que articula com o tema “Arte”.

A “política” se mostra em três faces: ligado a figuras políticas, como um texto sobre Felicíssimo de Azevedo, à política internacional, como o texto em que Paulino cumprimenta Theodoro Roosevelt, presidente dos Estados Unidos, e exalta sua decisão de mediar, de forma pacífica, a guerra Russo-Japonesa em 1905 (texto com caráter de atualidades também, à época), ou em críticas à colonização europeia em uma crônica que divaga sobre a suposição “e se América não tivesse sido descoberta pelos europeus?”.

Setembro - 2 - 1905

Pois, senhores, o homem forte dos Estados Unidos, nação de homens fortes, acaba de praticar o mais bello acto da sua vida, aliás cheia de rasgos de audácia. E esse acto não é uma expressão de força; é, antes, uma manifestação de cordura.

O athletico sr. Theodoro Roosevelt, imperioso presidente da grande republica norte-americana, com um gesto brando, acaba de conseguir mais para o seu nome, do que si, por um aceno bellicoso, torna-se effectiva a annunciada hegemonia do seu paiz em todo o continente americano (Azurenha, 1926, p.27).

Outubro - 14 - 1905

Colombo reuniu aquelle nobre esforço a esta suprema felicidade.

De um mesmo e soberano gesto abrangeu os mares, que vinha perlustrando e a Terra Virgem, a que aportava.

Em um delirio de sonho, de gloria, de amor, tomou-a nos braços.

A Virgem Morena não se revoltou, não se indignou, não extranhou a ousadia.

Como uma deusa, conhecedora de sua superior condição, com olympica serenidade entregou-se...

E elle fel-a sua!

Antes, mil vezes antes, não a houvera descoberto!
(Azurenha, 1926, p.62).

É neste eixo que aparece o primeiro texto a tratar da questão étnico-racial. A crônica sobre a “alvorada da Liberdade”, tece um dos relatos mais emocionantes e críticos de todos os textos, dando a dimensão do sentido da abolição e a perversidade do sistema escravista e seus senhores, principalmente contra as mulheres escravizadas grávidas após a Lei do Ventre Livre. Pela escrita detalhadamente arquitetada, reproduziremos a crônica na íntegra:

Setembro - 29 - 1906

Assistimos, ainda, ao que foi o raiar da promissora data.

O Escravagismo, rabioso, agitava-se, convulso e espumejante, no seu antro, como um monstro das trevas, ao bruxolear de uma alvorada.

Era de lhe ver a cara. Olhos esbugalhados, de espanto; nariz adunco, de rapace; bocca contorcida, de furia; mento largo, de bestial; fronte acanhada, de cretino; bochechas fartas e flaccidas, de glutão.

A aurora que raiava marcava-lhe, inadiavelmente, o declínio do seu poderio. Era como o entardecer de um funesto imperio. Era um diluculo como um crepusculo...

Daquelle dia em diante, começavam a seccar as fontes da sua damnosa existencia. Não mais a pansa repleta, não mais a indolencia despreocupada, não mais a luxuria incontinente, não mais as victimas indefesas para o pabulo da sua lubricidade. Os dias do Minotauro estavam contados.

E o monstro rabiava. Entretanto, o que fôra acordal-o em sua furna era apenas um tenue raio da grande luz fundadora. Porém esse brando raggio fustigara-o como um rispido latego.

Ver a cara de cada um, era ver a cara de todos os senhores. Todos faziam esgares. Todos se remordiam.

Pois que?! Não era já; mas dia viria em que não haveria mais escravos? Então, essa escravatura que elles ajudavam a fazer, a agumentar, com os estos dos seus prazeres venereos, um dia desapareceria, talvez com o derradeiro procutto do seu sangue, da sua virilidade? E elles teriam de trabalhar, teriam de comer o pão quotidiano amassado com o suor do seu rosto?

Essa idéa, tão simples e curial, parecia-lhe confusa e disparatada.

Ter de trabalhar... Mas era isso cousa possível? Então, era cousa para elles, senhores, o arrotear a terra, o pastorear o gado? Era para elles cuidar da lavoura, cuidar dos officios, cuidar da industria, nos seus mais variados e humildes misteres?

Até ali quem lavrava a terra, quem capinava a terra, quem cultivava a terra - era o escravo. Elle a abria, virava-a, cavava lhe os sulcos, com a enxada ou com o arado; elle deitava a semente, zelava a plantae fazia a colheita.

Si o algodão branquejado, florescia, era porque o escravo encanecera no amanho da terra que o devia produzir/ si o café rubidamente fructificava, era porque o escravo suava sangue no seu plantio.

E, de agora em diante, elles, os senhores, é que haviam de callejar as mãos ao contacto do cabo da enxada, ou da rabiça da charrua? Elles, senhores, é que haviam de pastorear o gado, e tosal-o e fiar-lhe a lã? Elles, senhores, é que haviam de plantar, cultivar e colher? Elles, senhores, é que, de parceria com os seus ex-escravos, haviam de carregar os fardos, rolar as pipas, conduzir as caixas dos diversos artigos e mercadorias que houvessem de produzir para a sua propia e commum subsistencia?

Não, isso não podia ser.

Entretanto, cumpria-lhes ainda crear essa nova geração de uma gentalha, que, de futuro, havia de pretender ser da sua egualha...

Sempre tinham elles ouvido de seus maiores o antigo dietado: - Não cries o corvo, que elle te tirará os olhos.

Ah! elles não haviam de crear esses negrinhos, que, como pequenos corvos, enxameiavam nas senzalas...

E, muitos, não os crearam mesmo!

Foi essa uma pagina triste, tristissima, da nossa historia. Nem por sempre escondido, deixa ella de ser verdadeira.

Foi um horror! Até então, o ventre da mulher escrava era abençoado, porque - bemdito o fructo do teu ventre - elle vinha enriquecer a fortuna particular. Repentinamente, porém, esse ventre passou a ser amaldiçoado, porque elle entrou a produzir fructos livres, fructos imprestaveis, portanto, para os senhores.

E tanto, até ali, eram olhados, com intima satisfação, em seu desenvolvimento gradativo, esse ventres, no periodo da gestação, quanto começaram a ser espiados com evidentes desconfiança e ogeriza, logo depois.

Eram as linhas geraes desses pobres ventres se manifestarem arredondadas e irem ganhando em desenvoltura de curvas, e logo a sanha dos senhores rudemente se accendia.

Os trabalhos, os maus tratos duplicavam para as infelizes mães. Não raro, era debaixo de sevicias que ellas abortavam. E, quando chegavam a parir, era como se parissem um monstrego. Roubava-se o alimento materno a esses pequeninos seres!

Embora suas boquinhãs, famintas e sequiosas, clamavam pela vida: a vida lhes era defesa.

Os seios turgidos das mães eram aproveitados para amamentar outras creanças, mais felizes, ou, muitas vezes, si não contratavam aluguel, eram impiedosamente privados de sua natural secreção.

Os negrinhos, esses é que não chupitavam o seu rico leitinho.

Afim de lhes iludir a fome e de lhes impedir os clamorosos reclamos, amordaçavam-lhes a bocca com uma chupeta, que, nesse tempo, não se usavam mamadeiras.

Não se calcula, não se pode calcular, porque, em nossa terra, enorme mortandade dos nascituros de ventre livre.

De modo que a piedosa, a magnanima Lei, foi, para elles, uma perfeita madrastra. Assim se fraudam, se deturpam as mais bellas, as mais puras intenções.

Parecia que um novo Herodes havia decretado a matança dos innocentes.

A insufficiencia alimentar, as enfermidades dahi oriundas, o pouco caso, os maus tratos decorrentes, eram outros tantos ministros executores dessa sentença de morte, que iam passeando o seu afiado cutello por sobre as pequeninas cabeças.

Enquanto isso, as pobres, as martyrisadas mães, continuavam a cavar a terra sob o incitamento vigoroso do azorrague. As miserãs nem podiam appellar para uma salvador fuga para o Egypto...

E não parava ahi a desgraça dos filhos da Misericordiosa Lei. Alguns, que eram milhares, escapavam a esse tratamento destruidor, mais efficaz que o reservado pelo governo do nosso Estado aos terriveis gafanhotos.

Tanto peor parra elles, Entravam em uma nova serie de sofrimentos. O captiveiro disfarçado reservava-lhes martyrios ineditos.

Aos captivos de facto sempre convinha poupar um pouco. Aos libertos de direito não era preciso. Para que? Cavallo alheio não cança...

Era debaixo dessa atmospherã de odio, de perseguição, de exploração, de padecimentos em conta, que os ingenuos iam se creando.

Creando e morrendo.

Não obstante, o Escravagismo, como elles, tambem ia se extinguindo.

No mal, ha dessas compensações saluttares. Podia o bruto matar a vontade. Os seus dias estavam contados. A sua fonte de vida achava-se extincta.

Elle isso compreendia, perfeitamente

E por isso escabujava, e por isso rabiava.

Vinha apenas rompendo com uma aurora- a aurora da Redempção. Mas o dia, o grande dia, não tardaria. Elle, o monstro, o advinhava.

O brando raio de luz, que como um rispido latego o fustigava, disse era um prenuncio.

O dominio da Treva terminara. O da Luz é que devia prevalecer,. Nunca o sol retrocede. Nunca a aurora precede a noite.

O prenuncio é uma porta aberta para o futuro. Por essa porta, inevitavelmente, tinham de avançar, em cohortes, os legionarios da Liberdade.

Dahi a pouco, provavelmente, naquelle antro tenebroso, ao bando raio predecessor, succeder-se-iam, coruscantes, milhões de raios, como espadas.

As trevas seriam inexoravelmente espancadas, uma raça seria liberta, cousas inesperadas aconteceriam...

O Passado, como uma cousa morta, seria esquecido. Pretender-se-ia collar as folhas da Historia, no ponto em que se refere aos factos negros da Escravidão.

Queimar-se-iam os registos; riscarse-iam os assentamentos, onde quer que se os encontrasse. Passar-se-ia uma esponja na lousa do Passado, a qual ficaria indecifavel, como a de um tumulto sem epitaphio.

Tudo isso os legionarios da Liberdade, como os raios flamiejantas de suas espadas, o fariam.

O monstro o advinhava. Mas, tambem, sentia que o que o ferira de morte fora, naquella manhã de serenidade olympica, aquelle brando e doce raio, que lhe deslumbrara os olhos e que lhe varára o coração...

Desde aquelle luminoso momento, o Escravagismo não mais viveu: agonisou. (AZURENHA, 1926, p.155 - 159).

Para dar conta de tantos aspectos envolvidos com a abolição, *Léo Pardo* evoca analogias para conduzir a narrativa. A natureza e a mitologia (mais adiante, comparando o aparelho escravocrata a um “minotauro”) são utilizadas para compor o cenário. Com o jogo de luz e sombra, os aspectos luminosos - como a aurora, o sol, a luz - são ligados às noções de redenção, liberdade e justiça; Já os aspecto sombra, obscuros, como a noite, ou até monstruosos são relacionados aos senhores de escravo e a escravidão. As transições do céu, como alvorecer e o crepúsculo, são utilizadas para demarcar a transição de período, a substituição do regime escravo para abolição.

Paulino recupera as sensações de espanto e revolta dos senhores de escravo frente ao declínio de seu poder através do fim da força de trabalho que movimentava suas propriedades e sua renda. Com a chegada de Abolição, os dias de pavor, de crueldade, de exploração e de injustiça estavam contados. No trecho “ver

a cara de um era o mesmo que ver a cara de todos”, Paulino evoca os senhores de escravo enquanto classe. A insatisfação destes transforma-se em revolta. Perder escravizados era perder força de trabalho, mas não como perder um funcionário, era perder toda a tecnologia humana que movimentava seus empreendimentos.

Os senhores de escravos são gestores, mas não colocam a mão na massa. Paulino escancara com uma ironia afiada o pavor dos senhores que agora teriam que, de fato, trabalhar. Nessa recuperação, *Léo Pardo* faz um poderoso resgate da contribuição dos escravizados em níveis micro - para a produção dos senhores de escravos, e também macro - para a economia da nação.

Outro destaque é denúncia do tratamento cruel recebido pelas mães escravas e seus filhos recém-nascidos após o Lei do Ventre Livre, que declarava os nascituros como não escravizados. Já grávidas, ficavam visadas. Antes, o ventre era “abençoado” pois significava lucro e mão de obra de graça. Agora, significa prejuízo. O ponto é nevrálgico para elucidar a raiz da coisificação das vidas negras, que só serviam quando sinônimo de matéria-prima humana e produtividade, e a desvalorização das vidas negras - que, por si só, não valem nada e podem ser descartadas. As gestantes e mães negras sofriam torturas, os sofrimentos de abortos e, uma vez o bebê nascido, eram apartadas de seus filhos e privadas da convivência e do cuidado dos mesmos. Serviam de ama de leite para crianças brancas enquanto seus rebentos choravam e morriam de fome. O sadismo do sistema escravocrata corrói até os efeitos de uma das leis mais importantes para alcançar a abolição.

É de capital importância também a crítica à falta de acompanhamento e estatísticas sobre as inumeráveis e inomináveis mortes dos nascituros. Junto da crítica ao apagamento dos rastros da escravidão no Brasil - dos quais efeitos que ecoam até os dias de hoje -, reforçam o descompromisso e a violência com a memória social negra. Mais do que não conseguir lembrar, o Brasil não quis registrar ou documentar esse período. Entretanto, apesar de todos os obstáculos, a libertação da raça negra não arrefeceu. Afinal “Nunca o sol retrocede. Nunca a aurora precede a noite” (AZURENHA, 1926, p.158).

A “sociedade” ganha aqui cunho mais político e local, como a sociedade porto-alegrense, ou, em alguns momentos, caráter de “humanidade” e “comportamentos globais” - como em texto que discute sobre a justiça do caso

Dreyfus e supõe que ele só consegue comprovar sua inocência por ser rico, e uma comparação entre mundo selvagem e mundo civilizado.

Julho - 21 - 1906

Dreyfus era um inocente, Dreyfus era uma vítima, não há dúvida. Mas Dreyfus foi, afinal, rehabilitado.

Por que ? E' duro de dizer, porém indispensável reconhecê-lo. Dreyfus foi rehabilitado porque tinha dinheiro ! (...)

Si elle fôra pobre... Ora, si elle fôra pobre nem haveria desautoração, nem haveria reabilitação, nem haveria processo Dreyfus, nem haveria nada, provavelmente. As cousas se passariam como si não se houvessem passado... (Azurenha, 1926, p.112-113).

Quando “sociedade” e “desigualdade” se articulam, o viés político se intensifica, como na crônica em que Paulino aponta que a elegância só é possibilidade para a alta sociedade, que não precisa trabalhar da mesma forma que o trabalhador humilde, ou quando faz uma crítica entre o pomposo inverno elegante *versus* a crueldade do inverno pobre. A desigualdade de classe aparece ainda em um texto sobre um trabalhador que se suicida.

Dezembro - 02 - 1905

De que eram essas peças? De roupa, algumas, e essas attestavam Pobreza. De ferramentas, outras, e essas attestavam Trabalho.

Trabalho e pobreza, contra todos os principios, contra todas as theorias, contra todas as leis, teimam em andar sempre unidos. E é esse cala morfino o maior e mais contumaz contraventor da ordem natural das cousas.

Dizem os tratados de economia, dizem os moralistas, dizem os estadistas, dizem os publicistas, dizem os sabios todos e também os ignorantes o repetem que o Trabalho faz a riqueza dos individuos e dos povos.

Acreditamos piamente que isso assim seja. Devia mesmo assim ser. E nem temos elementos para, nem conveniencia em contrariar tão conspicuos testemunhos. Mas a verdade nua e crua, é que - o trabalhador é pobre (Azurenha, 1926, p. 88).

Junho - 29 - 1907

Agreste e duro, Junho se despede.

O Inverno, o pobre Inverno, com a sua trouxa de molambos, chegou, bateu-nos á porta e installou-se como e onde pôde.

Note-se que não falo do Inverno elegante, peralvilho e sim do Inverno desprevenido, maltrapilho.

Falo desse Inverno triste, necessitado, gelido, tão esfrangalhado e glacial que parece vir de um dos polos da terra, corrido do frio e da sorte, coberto de neve e de farrapos - farrapos semelhantes froccos de neve, neve que semelha franjas de farrapos.

Falo desse Inverno, que, como um mendigo, em seu longo trajecto de tres mezes, não encontra em parte alguma, hospedaria nem albergue, e que mal se abriga pelas portas e pelos alpendres dos palacios e das granjas, e isso mesmo escoraçado dos lacaios que o chicoteam, e dos cães que o acuam. (Azurenha, 1926, p.218).

Em linhas gerais, Paulino, com seu olhar fraternal, coloca-se contra as injustiças, as mazelas das desigualdade sociais entre ricos e pobres, e empático ao sofrimento dos miseráveis. Com severas críticas ao mundo que se industrializava, reforça a beleza da natureza e coloca-se solidário e pacífico.

4.5.4 Eixo 3: “Morte, Vida, Obituários e Biografias”

O terceiro e último eixo encontrado nesta análise engloba os temas “Morte”, “Vida”, “Obituários” e “Biografias”. A categoria “Morte” aparece, em três textos, articulada a temáticas presentes no gráfico; e, nos quatro textos restantes, está relacionado a temáticas presentes nos eixos 1, 2 ou 3. Com o tema “Vida”, três textos se correspondem com temáticas presentes no gráfico e os outros três textos com temáticas presentes nos eixos 1, 2 ou 3. Já “Obituário” aparece em um texto relacionado com alguma temática que está somente nos gráfico 1, e os outros quatro textos estão em relação a temáticas presentes nos eixos 1, 2 ou 3. Na categoria “Biografia”, todas as crônicas estão conectadas as temáticas presentes nos eixos 1, 2 ou 3.

Os obituários e biografias estão quase sempre próximo, relacionados ao mesmo personagem. “Obituários” e “Morte” foram entendidos como categorias diferentes, incluindo-se na temática “Morte” textos que trabalham a partir da ideia de morte. Ganham obituário os falecimentos de Felicíssimo de Azevedo, de Gabriel Marnoto, Daniel Job - colega do *Correio do Povo* - de Padre Cacique - fundador do Asilo Padre Cacique - e de Padre Antônio dos Santos Reis. Esse último foi o mentor de Paulino. Na crônica sobre sua morte, Paulino, através de *Léo Pardo*, fala da infância como órfão, das dificuldades da origem humilde e denuncia o racismo. O texto ganha nossa atenção por se encaixar em uma das nossas categorias de análise que identifica a temática de discussão étnico-racial. Entre os 38 textos, esse é um dos dois que se encaixam neste marcador. A crônica parece ter sido escrita logo após Paulino ter saído do ato fúnebre em homenagem ao Padre dos Reis, no “templo das Dôres”. A “súplica” transcrita por *Léo Pardo* informa que Reis nascera na cidade de Argeriz, em Portugal, e o define como “protector dos humildes e amigo dos pobres”.

Quem escreve estas linhas, depois de genuflexo, e de todo o coração commungar na oração pedida, levanta-se para, do seu posto de trabalho e de honra, da alto e publico testemunho perante Deus e os homens, da sua immorredura gratidão a esse modesto, modestissimo servo do Senhor, que passou pela terra, em longa e afanosa peregrinação, espalhando o bem, a seu modo e na medida das suas forças” (AZURENHA, 1926, p.210).

Profundamente autoral, esse é um dos relatos mais íntimos e confessionais de *Léo Pardo*, visivelmente emocionado e envolvido com a situação. Pontua, também, o grande apreço de Paulino por dos Reis, relatando com fervor “de todo o coração comungar na oração pedida”. A tarefa de homenagear o Padre com uma crônica parece-se uma questão de honra, um registro de testemunho dessa alma que partira.

Tal como Jesus, Reis merece uma parábola para dar conta de sua trajetória, o que Paulino de fato escreve, para recontar a trajetória dessa espécie de guia da vida, um sábio que é seguido por suas “ovelhas” em gratidão pelos ensinamentos. “Si aquelles, portadores de maiores luzes e de melhores conhecimentos guiam, dirigem e fiscalizam as turmas dos servos, estes vão, devotadamente, ao sol e à chuva, cumprindo o seu dever e as suas obrigações” (AZURENHA, 1926, p.210). O trabalho de ensino e catequização do Padre é comparado aos “trabalhos de cultivo e sementeira”, tarefa recebida de Deus e que, como um obediente servo, foi seguida com dedicação, esmero e desprendimento e envergadura moral por ele que caminhara como protetor dos humildes e amigo dos pobres.

O Padre Reis é um salvador, um sacerdote do conhecimento. Em um dos textos em que mais transparente e tênue fica a delimitação entre Paulino e *Léo Pardo*, o escritor compartilha sua origem humilde e pobre.

Disso podemos e devemos dar vero e sincero testemunho; nós, que nascemos e somos humildes, nós, que só temos vivido pobres, e que gosamos da sombra benéfica da sua protecção e da luz vivificadora de sua amizade.

Elle, modesta, humildemente, seguida nas pégadas do Senhor, cultivando as tenras plantas que desamparadas, brotavam nas terras daquelle que, na frente, fôra semeando. Nós fomos uma dessas plantas desamparadas.

Quando entramos na vida, pela acanhada porta de uma meia oprhandade, porque nunca conhecemos o efficaz auxilio paterno, os tempos não eram nada parecidos com os de hoje (AZURENHA, 1926, p. 211).

O trabalho caridoso e social do Padre parece ter sido a forma pela qual Paulino na qualidade de uma das “plantas desamparadas”, ou seja, em uma realidade de marginalidade social, fora salvo. O último trecho deixa explícito que o pai de Paulino foi ausente, muito provavelmente o escritor nem tivera alguma lembrança ou informação sobre ele. O que terá acontecido com o seu pai? Teria Paulino sido fruto de algum tipo de violência? Ou era um filho bastardo? Fato é que ele fora criado sozinho pela mãe, o que reforça o núcleo familiar focado na figura mãe-filho, modelo de família herdado dos tempos da escravidão. Esse problema não é específico de Paulino, mas um problema social. Paulino demonstra ter esta concepção, sempre dialogando de modo coletivo, utilizando do pronome “nós”, convocando a empatia daqueles que têm vivências semelhantes a dele e compartilham dos mesmos desafios pessoais.

A instrução, principalmente, era distribuida de modo parco e pouco equitativo, porque, ainda então, ai daquelles pobres que nasciam com o estygma de um pigmento mais ou menos escuro!

Foi quando entramos para escola. Felizmente, para nós, a que nos tocou por sorte, era a dirigida pelo subdiacono Antonio dos Santos Reis.

Delle recebemos, carinhosa e gratuitamente, toda a instrucção que ainda hoje está servindo de armadura nas profiadas lutas da existência;

E não só a instrucção, que vem das disciplinas e dos ensinamentos intellectuaes, com, e principalmente, a educação, que vem das lições e dos exemplos moraes.

Com esses atributos, o que lhe faltava para vir a ser um santo?

Tivessemos todos nós, que lhe ouvimos as licções, severas e preciosas, sabido retel-as e conserval-as!

Infelizmente, muita cousa, e talvez o melhor da nossa infancia, foi-se perdendo com a doce innocencia, que voou, e o aspero attrito mundo, que se approximava.

(...)

Seríamos, então e talvez, dignos discipulos desse mestre que, sem descurar do a b c das regtras gramaticaes do Coruja, ensinava convictamente de que d’ahi resultaria a salvação do mundo - o amor de Deus, sobre todas as cousas, e o do proximo, com a nós mesmo (AZURENHA, 1926, p. 211-212).

A presente crônica postula como uma rica recuperação da questão da inserção de negros e negras à educação no período de transição entre a escravidão e a abolição. A vida de Paulino é profundamente transformada pelo seu decisivo contato com a educação - que acontece pelo intermédio da mentoria e ação social-caridosa do Padre Reis. A envergadura moral, a postura casta e a profunda admiração e gratidão de Paulino ficaram eternizadas nas palavras de *Léo Pardo*. Mais do que um professor, Padre Reis ocupa uma posição de referência afetiva, quase que paterna.

O trecho descrito acima deflagra o racismo. Paulino reconhece, relata e denuncia a falha democratização ao acesso da educação à pouca, marcada pela desigualdade na frase “pouco equitativo”. Ele denota que essa desigualdade por referir-se ao âmbito social, acometendo os pobres, mas frisa que, articulada com a questão racial, a situação fica mais agravante, explicitando as diferentes ordens de opressão. Quando diz “ai daquelles pobres que nasciam com o estygma de um pigmento mais ou menos escuro!”, Paulino pode estar se referindo tanto a “sutil” diferença entre brancos e negros ou, ainda, pode estar reforçando a questão do colorismo, emblemática para a noção de negritude brasileira, marcada pela miscigenação, na qual quanto mais retinto for o negro, “mais evidentes” ficam suas opressões. É o capital cultural adquirido pelo contato com Padre Reis que confere a Paulino a possibilidade de mobilidade social e ascensão.

A categoria “Vida” contempla textos mais abertos e reflexivos. Analogias da vida através dos viajantes e do mar, reflexões sobre os males da vida, com a embriaguez e suas consequências devastadoras e temas subjetivos, como a inquietante dúvida: “como começar alguma coisa?”.

Novembro - 24 - 1906

A vida, em todos os seus factos, não é mais que uma sequência dos movimentos iniciais da infancia. Treme-se a cada uma iniciativa. Fica-se indeciso ante a execução de cada uma nova idéa. Entretanto, a dificuldade é toda aparente, é apenas illusória. Vencida a opposição da inercia, o movimento se effectua com a maior simplicidade (Azurenha, 1926, p.180).

A “Morte” se mistura com a mitologia para falar sobre a dor de uma mãe que perde o filho, passa pelo funeral de Afonso Pena e seu rosto coberto pelo lenço bordado pela mãe, sem faltar crônicas sobre o findar da vida e a saudade.

Novembro - 18 - 1905

Foi justamente quando se nos deparou mais uma negra cruz na estrada.

Como os demais viandantes, ou como de outras vezes, devíamos talvez seguir o nosso caminho, levando embora uma tristeza pousada dentro d'alma, como um corvo.

Não o pudemos fazer, porém.

Como aquelle outro viadantes, parámos, olhámos, descobrimo-nos, approximamo-nos, resámos, e aqui estamos espargindo um punhado de singellas flores no suppedaneo daquela cruz, sem duvida marco funerario de uma existência que se findou...

Por que interrompemos nós, e porque interrompe muita vez o viajor a sua romagem, afim de executar esse impulsivo e piedoso movimento?

Sabe-se lá! Affinidades occultas na Natureza, confraternisação, irreprimivel da humanidade, diante da dôr, do soffrimento, da morte !

Talvez seja isto, sómente isso: mas isso é tudo... (Azurenha, 1926, p.78-19).

Os textos deste eixo percorrem, então, desde o exercício estilístico da crônica de forma livre e poética, tratando de assunto subjetivos, reflexivos e filosóficos, até crônicas de caráter mais noticioso, informando a morte de figuras públicas, prestando também uma homenagem.

4.5.5 CONSIDERAÇÕES ACERCA DA ANÁLISE

Depois de passar mãos e olhos pelas 38 textos distribuídos pelas 235 páginas de **Semanário de Léo Pardo**, manuseando com cuidado sua frágil edição - já marcada pelo tempo, comida por traças (que provavelmente não resistiram às deliciosas crônicas de *Léo Pardo*) e descolar suas páginas, já meio rasgadas, para descobrir uma nova crônica, alguns apontamentos podem ser feitos.

Se há algo unânime entre os textos, além da autoria, é a qualidade textual desenvolvida por Paulino sob o pseudônimo de *Léo Pardo*. O texto ora irreverente, ora irônico, ora cruelmente sincero, usa e abusa do jornalismo literário, poético e comprometido com a escrita culta. Assuntos não faltam: da tarefa semanal de produzir um texto inédito, Paulino fizera um exercício de reflexão, filosofia, analogia, oferecendo textos com camadas profundas de compreensão, que nos revelam algo novo a cada nova linha. A cada nova leitura, o conteúdo de renova.

O que não significa que a leitura seja fácil. Paulino articula palavras eruditas, deixa muito do discurso no campo do não dito e, às vezes, seu estilo descritivo e

decorado por inúmeros adjetivos faz do texto algo pouco direto. Percebe-se o desprendimento do autor em fixar-se à temática local ou a ser um olhar crítico da alta sociedade porto-alegrense. Paulino, na pele de *Léo Pardo*, tem olhar e escrita sensíveis, deixando-se afetar pelas mais diversas situações: desde um mendigo sofrendo em um inverno rigoroso ao cadáver de uma andorinha ao chão; desde as guerras no hemisfério norte ao apagamento dos absurdos da escravidão.

Os textos não falam, em geral, de assunto muito leves. Nesta leva do final de sua vida - já marcado pela viuvez - assuntos críticos, como a desigualdade, a pobreza - e sentimentos tristes - como a melancolia e a morte - parecem dar o tom de seu perfil literário. Entretanto, justiça deve ser feita às solares crônicas acerca da natureza e a presença de um humor refinado.

A categorização mostrou-se desafiadora, frente à diversidade de abordagens. O resultado foi trocar a ideia de “segmentação” por “identificação”; as categorias e eixos resultados dos temas com os quais as crônicas mais se identificam, mas elas não devem ser concebidas como isoladas das temáticas abordadas. É importante mencionar também dualidade entre escritor e pseudônimo, entre o reservado Paulino e o irônico *Léo*.

Em alguns momentos, a palavra “negro” e “negra” são usadas como adjetivos negativos, o que podem ou reforçar a reprodução de lógicas racistas pelo próprio Paulino, apesar de ser um indivíduo negro, ou, o mais provável, que esses debates não fossem tão comentados como hoje em dia são. Entretanto, na pesquisa feita por Lazzari, há momentos em que Paulino reproduz noções racistas em relação à África, associando-a à noção de primitivo.

É fato que não encontramos entre os 38 textos uma postura constantemente crítica ao racismo, como nos moldes da imprensa negra. Lazzari aponta que “*Léo Pardo*, sem deixar de ser espirituoso para com o cotidiano dos pobres, se mostrava alheio ao preconceito e suspeita que sua alegada cor de pele lhe poderia proporcionar ao andar nas ruas” (in CHALHOUB, NEVES e PEREIRA, 2005, p.126).

Sim, nem Paulino de Azurena, nem o cronista *Léo Pardo* eram fervorosos militantes da causa negra. Entretanto, não compartilhamos do olhar de Lazzari, de que Paulino ou *Léo Pardo* fossem alheios. Não se colocar publicamente em suas crônicas pode ter sido um ato de autocensura causado pelo ambiente de trabalho em que era o único negro, ocupando um lugar de responsabilidade em um jornal

popular de circulação crescente. Ou, talvez ainda, ele não visse a necessidade de fazer de suas crônicas um espaço de debate do racismo. O que queremos abrir aqui é: entendemos que colocar a questão na raça em diálogos e assumir sua raça são atos políticos e engajados. Como dizer que Paulino se mantinha alheio, quando justamente ele estampa, semanalmente, a questão da raça em sua assinatura como *Léo Pardo*?

Ocupar um lugar de destaque, sendo o braço direito do idealizador do *Correio do Povo* e contribuir ativamente para a fundação deste que postula ainda hoje como um dos mais antigos jornais do Brasil, num contexto de estruturação da identidade negra no pós-abolição, sendo um solitário, sem pares seus na sua redação, já é louvável, como um exercício diário de resistência e poder, independentemente dos temas que tratasse.

Compactuamos da admiração de negros e negras que retomaram a autonomia de suas narrativas e produziram conteúdo sobre a comunidade negra e suas questões. Entretanto, nem todas as pessoas negras precisam abordar o racismo em seus trabalhos para serem consideradas negras militantes. O racismo é uma questão estrutural e estruturante da sociedade e deve ser colocada em quase todas as pautas e ser levantada por qualquer indivíduo, principalmente pela branquitude.

Se Paulino era alheio por não discutir sobre isso em todos os seus textos ou não ter uma linha editorial como a da imprensa negra, então não podemos isentar toda a imprensa rio-grandense, branca, de estar alheia da questão étnico-racial. No entanto, os dois textos identificados na categoria “discussão sobre a temática étnico-racial” atestam o quanto ele não se manteve neutro nem ignorou sua própria história enquanto pessoa negra. No obituário de Padre Reis, ele expõe as desigualdades de acesso à educação ao povo negro e seu valor como senha para ascensão social, permitindo a saída das mazelas. No texto sobre o fim da escravidão, faz uma crítica ferrenha aos horrores deste sistema e o apagamento histórico-documental de seus absurdos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho teve como proposta inicial resgatar os fragmentos necessário para um perfil biográfico de José Paulino de Azurenha e realizar uma

análise acerca dos temas presentes nas crônicas assinadas por ele sob o pseudônimo de *Léo Pardo* na coluna “Semanário”, publicada na virada do século XIX para o XX no jornal *Correio do Povo*. O ponto de partida para o *corpus* da análise foi a obra póstuma ***Semanário de Léo Pardo*** (1926), antologia das crônicas de 1905 a 1909. O objetivo era identificar sobre o que *Léo Pardo* falava semanalmente para o público que consumia um jornal em ascendência.

Trabalhar com a figura de Paulino de Azurenha e sua obra sob a pele e *Léo Pardo* não meu plano A nem B. Entretanto, por razões que só consigo confiar à força de atração dos encontros, nos cruzamos após praticamente um ano gestando o projeto de monografia e transitando por vários outros temas. Paulino prevaleceu como objeto de pesquisa por reunir o meu interesse na perspectiva histórica da imprensa, suas possibilidades de articulação com outras áreas do conhecimento - como a própria História e a Sociologia - e por trazer, com fôlego, o recorte essencial para mim: a questão da negritude. Durante a graduação, tomando consciência das cargas políticas inscritas em mim e pelo lugar que ocupo, como aluna negra cotista em uma instituição pública, contribuir para a produção de pesquisas com figuras negras era uma prioridade. A escassez de publicações aprofundadas sobre a trajetória de José Paulino de Azurenha foi pontual para determinar o projeto.

Apesar do lugar comumente ocupado por Paulino de Azurenha ser apenas a nota de rodapé de publicações sobre o jornal *Correio do Povo*, demos as mãos aos louváveis trabalhos sobre a imprensa negra nacional e gaúcha, o livro ***Estrychnina*** e o notável artigo de Alexandre Lazzari intitulado “Rumor das Savanas no Bazar Literário: A Crônica de Leo Pardo”, presente em ***História das Cousas Miúdas: Capítulos de História Social da Crônica no Brasil (2005)***. Destacamos essa produção por ser a única encontrada por nós que articulava uma profunda pesquisa biográfica de Azurenha e a discussão sobre suas crônicas do “Semanário”. A baixa produção sobre *Paulino/Léo* reforçou a nossa empreitada.

Os pouquíssimos documentos ou fotografias dificultaram o acesso à fontes biográficas primárias, mas o *clipping* em jornais da época e o livro “Um Século de Poder”, de Walter Galvani, ao lado de Lazzari e demais publicações, nos ajudaram a costurar a vida e a carreira de Paulino de forma mais aprofundada, baseada no cruzamento de dados e inferências.

O gatilho para a pesquisa foram os seguintes questionamentos: Como Paulino de Azurena, negro em um contexto de recente pós-abolição, chegou às fileiras da imprensa Rio-Grandense? Como iniciou sua trajetória? Fora escravizado? Como este homem se posicionava frente às questões étnico-raciais? Teria contribuído para imprensa negra? Como se colocava dentro da redação do *Correio do Povo*? Que intenções existem por trás do pseudônimo *Léo Pardo*? Sobre o que tratava em suas crônicas? Havia textos sobre o debate étnico racial?

A dimensão política e histórico social da figura de Azurena foi dada através da relação entre sua trajetória e seu contexto social. Entendendo os processos estruturantes da dinâmica racial no Brasil e os espaços e lugares sociais comumente ocupados pela comunidade negra no pós-abolição - com um olhar mais focado no Rio Grande do Sul - conseguimos representar a potência de Paulino Azurena como um afro-descendente ilustre, que engrandece o relicário da memória social da comunidade negra, contestando estereótipos e ideologias racistas e disputando espaços de poder na imprensa gaúcha.

Abastecida da leitura sobre o processo da escravidão e abolição da escravatura no Brasil, do contexto do pós-abolição, percorrendo a trajetória dos primórdios e desenvolvimento da imprensa no Brasil e no Rio Grande do Sul e vencendo a construção do perfil biográfico de Paulino de Azurena e suas contribuições para a imprensa local, esta pesquisa partiu para a segunda análise metodológica: a Análise de Conteúdo.

Para cumprir esta tarefa, utilizamos o método de Laurence Bardin (2011). O *corpus* foi constituído pelos 38 textos compilados no livro ***Semanário de Léo Pardo***, sendo 17 deles do ano de 1905, 13 de 1906, cinco de 1907, um de 1908 e dois de 1909. A catalogação registrou o ano da publicação, as temáticas gerais - cada texto podendo se encaixar em até três delas -, personagens, lugares de Porto Alegre e a presença ou não de discussão de cunho étnico-racial.

Com todos os textos devidamente catalogados, partimos para a exploração do material. Os lugares e personagens aparecem com baixa frequência de repetição e muita variedade, o que nos motivou a inserí-los em um apêndice. As temáticas foram trabalhadas no gráfico que ilustra as nossas descobertas: identificamos quatorze temáticas gerais bem definidas, somando-se a elas a temática “outros”, que

reunia os temas que apareciam somente uma vez durante toda a obra, tais como “Mitologia”, “Maternidade”, “Quaresma” e “Viagem”.

As oito principais temáticas - que apareceram mais de duas vezes na obra - foram as seguintes, por ordem da maior à menor incidência: “Natureza”, “Política” e “Morte”, “Sociedade” e “Vida”, “Obituário”, “Desigualdade” e “Biografia”. A partir desta análise quantitativa, passamos para a qualitativa, da qual extraímos três eixos temáticos: “Natureza”, “Política, Sociedade e Desigualdade” e “Morte, Vida, Obituários e Biografias”.

A partir do exame destas perspectivas, podemos afirmar que a produção de *Léo Pardo* contempla temáticas das mais variadas, possui alto caráter estilístico, ganha *status* documental por registrar o seu tempo, lugares da cidade e figuras públicas contemporâneas a ele, e traz um forte viés literário - sendo marcante a presença de analogias. Respeitamos os limites entre Paulino de Azurena e *Léo Pardo*, mas percebemos que essa linha divisória é conduzida de forma flexível pelo escritor, podendo, em algumas crônicas, acessar detalhes pessoais de sua biografia.

Apesar da temática da negritude não aparecer em grande quantidade no conjunto dos textos a ponto de caracterizar um eixo, ela não passa despercebida. Há duas crônicas em especial nas quais observamos a discussão étnico-racial. A crônica data de 29 de Setembro de 1906, pertencente ao eixo 2, e é um dos pontos mais críticos ao sistema da escravidão. No texto, *Léo Pardo* narra de forma posicionada os horrores da escravidão, denuncia as torturas e maus tratos aplicados às escravas gestantes, mães, e seus filhos - como forma de reação vingativa aos efeitos da Lei do Ventre Livre, a opressão praticada pela classe dos senhores de escravo, e apagamento sistemático dos registros acerca dos absurdos deste período. O texto publicado em 29 de Junho de 1907, sobre a missa fúnebre do Padre Antônio dos Santos Reis, mentor intelectual de Paulino de Azurena, oferece um resgate das origens do jornalista e deflagra a inacessibilidade da comunidade negra à educação.

Entendemos que figuras como Paulino de Azurena merecem o olhar atencioso da academia por sua colaboração coletiva, como personagem de destaque na memória social dos intelectuais brasileiros, do Rio Grande do Sul e da comunidade negra.

Apesar da aplicação de abordagens metodológicas que jogam luz sob dois objetos perdidos no tempo: a figura de próprio Paulino e a antologia de *Léo Pardo*, não consideramos o nosso trabalho como um relicário encerrado sobre Azurenha. Justamente, não queremos que ele se perca no tempo, que fique cristalizado nesta publicação, neste 2018. Esperamos que o presente trabalho possa incitar as inumeráveis novas possibilidades de recorte sobre Paulino de Azurenha, *Léo Pardo*, e suas movimentações pela imprensa rio-grandense. Em um aspecto ainda mais amplo, conseguimos aqui comprovar que no país com a maior população negra fora da África, a contribuição intelectual dos negros sim, existe. Mas, talvez, esteja engavetada pelo tempo.

Assim, acreditamos que esta pesquisa mostrou-se eficaz em enaltecer a trajetória de Paulino de Azurenha, alcançar seus objetivos a partir da Análise de Conteúdo, renovar o olhar sobre a fundação do *Correio do Povo* com ênfase na participação de Paulino de Azurenha e reforçar uma figura renomada da intelectualidade negra inscrita na memória social do Brasil e do Rio Grande do Sul. Mais do que existir, como negros e negras na Academia e no Jornalismo, queremos nos reconhecer. De um estranho, Paulino de Azurenha tornou-se meu amigo íntimo. Através desta monografia, pude me reconhecer e, esperamos que outros negros e negras possam desbravar seus companheiros de luta e resistência de outras épocas e possam se reconhecer. A memória é um ato político. Escolher o que se lembra e o que se esquece são decisões políticas. É, mais do que nunca, necessário lembrar. Lembrar, justamente, para não ocultar, não invisibilizar. Para não esquecer. Não queremos o “passado morto”, como escreveu Azurenha. O passado, em movimento, é vivo.

REFERÊNCIAS

AMARAL, Sharyse Piroupo do. “História do negro no Brasil. Ministério da Educação. Secretária de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade”. Salvador: Centro de Estudos Afro Orientais, 2011. Disponível em: <
http://biblioteca.clacso.edu.ar/Brasil/ceao-ufba/20170829034517/pdf_242.pdf >
acessado em 29.11.2018.

AZURENHA, Paulino de. “Semanário de Léo Pardo”. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1926.

BARBOSA, Marialva. História cultural da imprensa: Brasil, 1800-1900. Rio de Janeiro: Mauda X, 2010.

BARBOSA, Marialva. História cultural da imprensa: Brasil, 1900-200. Rio de Janeiro: Maud X, 2007.

BARDIN, Lawrence. "Análise de conteúdo". São Paulo: Edições 70, 2011.

BARRETO, Abeillard. Primórdios da Imprensa no Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Comissão Executiva do Sesquicentenário da Revolução Farroupilha. Subcomissão de Publicações e Concursos, 1986.

CARDOSO, Fernando Henrique. Capitalismo e escravidão no Brasil meridional: o negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

CARVALHO, João Daniel Antunes Cardoso do Lago. "O tráfico de escravos, a pressão inglesa e a Lei de 1831" in Revista de História Econômica & Economia Regional Aplicada, Juiz de Fora, v.7, n.13, jul./dez.2012. Disponível em: <<http://www.ufjf.br/heera/files/2009/11/Artigo-Jo%C3%A3o-Daniel-Carvalho1.pdf>>. Acesso em: 29 nov. 2018

CHALHOUB, Sidney. "A força da escravidão: ilegalidade e costume no Brasil oitocentista". São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

CHALHOUB, Sidney, NEVES, Maragarida de Souza e PEREIRA - organizadores. "História das cousas miúdas: capítulos de história social da crônica no Brasil". Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2005.

DOMINGUES, Petrônio. Um "templo de luz": Frente Negra Brasileira (1931-1937) e a questão da educação. Revista Brasileira de Educação 2008, 13 (Setembro-Dezembro). Disponível em <<http://www.redalyc.org/html/275/27503908/>>, acessado em 19 de novembro de 2018.

DUARTE, Jorge, BARROS, Antonio. - organizadores. Vários autores. Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação. São Paulo: Atlas, 2009.

ERICKSEN, Nestor. O Sesquicentenário da Imprensa Rio-Grandense. Porto Alegre: Sulina, 1977.

FERREIRA, Athos Damasceno. Imprensa literária de Porto Alegre no século XIX. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1975.

GALVANI, Walter. Um século de poder: os bastidores da Caldas Júnior. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1994.

GONZALEZ, Lélia. "A categoria político-cultural da amefricanidade". In: Revista Tempo Brasileiro. Rio de Janeiro, nº 92/93 (jan/jun). 1988, p.69-82.

HOHLFELDT, Antonio; RAUSCH, Fábio. *A imprensa sul-rio-grandense entre 1870 e 1937: Discussão sobre critérios para uma periodização*. Trabalho apresentado no XXIX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, Intercom, na Universidade de Brasília, Distrito Federal, 2006. Disponível em: <goo.gl/SHZb65>. Acesso em: 09/11/2018.

LARA, Silvia Hunold. “Biografia de Mahommah G. Baquaqua” in Revista Brasileira de História, v.8, nº16. São Paulo: 1988. Disponível em: <http://www.anpuh.org/revistabrasileira/view?ID_REVISTA_BRASILEIRA=25> acessado em 29.11.2018.

LAGO, Claudia. Metodologia de pesquisa em jornalismo. / Cláudia Lago, Marcia Benetti (orgs). Petrópolis, RJ: Vozes, 2008 - (Coleção Fazer Jornalismo). Métodos e técnicas de pesquisas em comunicação/ Jorge Duarte, Antonio Barros - organizadores - São Paulo: Atlas, 2009.

MACHADO, Marli Aparecida. “A Trabalho Escravo no Brasil: do período colonial aos dias atuais”. In: SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO. **Os Desafios da Escola Pública Paranaense na Perspectiva do Professor PDE**, 2014. Curitiba: SEED/PR., 2016. (Cadernos PDE, v. 1). Disponível em: <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernospde/pdebusca/producoes_pde/2014/2014_uel_hist_artigo_marli_aparecida_machado.pdf>. Acesso em: 29.11.2018. ISBN 978-85-8015-080-3>.

MORAES, Adriana dos Santos. “Em novela de 1897, uma imagem da cidade em direção à modernidade. *Estrychnina*: na Porto Alegre do final do XIX, o moderno se envenena de desejo. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da PUCRS - Mestrado. Porto Alegre: 2006. disponível em <<http://repositorio.pucrs.br/dspace/handle/10923/3755>> acessado em 21-11-2018.

PESAVENTO, Sandra Jatthy. “A Invenção da Sociedade Gaúcha” in Ensaios FEE, v.4, nº2. Porto Alegre: 1993. p. 383-396. Disponível em <<https://revistas.fee.tche.br/index.php/ensaios/article/view/1617/1985>> acessado em 29.nov.2018.

PERUSSATTO, Melina Kleinert. “O *Exemplo*, a imprensa e os homens ‘de cor’ em Porto Alegre”. In: Revista Inttelèctus, ano. XVII, nº 1. Rio de Janeiro: UERJ, 2018.

PINSKY, Jaime. “A Escravidão no Brasil”. São Paulo: Contexto, 1994 - (Repensando a história).

PINTO, Ana Flávia Magalhães. “De pele escura e tinta preta: a imprensa negra do século XIX (1833-1899)”. Brasília: Dissertação (Mestrado em História) - Departamento de História)- Universidade de Brasília, 2006. Disponível em <<http://repositorio.unb.br/handle/10482/6432>>, acessado em 19 de novembro de 2018.

RAMOS, Guerreiro. “Introdução Crítica À Sociologia Brasileira”. Rio de Janeiro: Editorial ANDES Limitada, 1957.

SILVA, Jandira M.M. da., CLEMENTE, Elvo. BARBOSA, Eni. Breve histórico da imprensa Sul-Rio-Grandense. Porto Alegre: CORAG, 1986.

SANTOS, José Antônio dos. Prisioneiros da história. Trajetórias intelectuais da imprensa negra meridional. Porto Alegre: Tese (Doutorado) Programa de Pós-Graduação em História, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, PUCRS, 2011. Disponível em <<http://repositorio.pucrs.br/dspace/handle/10923/3805>>, acessado em 19 de novembro de 2018.

STRELOW, Aline Garcia do Amaral, ALIBIO, Nádia Campos. “A Abolição da Escravatura e a Emancipação das Mulheres nas Páginas da Revista Litteraria”. Trabalho enviado ao XVI Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do XXXVII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação (Intercom). in ANIMUS - Revista Interamericana de Comunicação Midiática. v.14, n.17. Santa Maria (?) 2015. Disponível em: <<https://periodicos.ufsm.br/animus/article/view/17198/pdf>> acessado em 22.11.2018.

SILVEIRA, Cássia Daiane Macedo da. “Aos que me são caros’: dedicatórias e sociabilidades entre escritores gaúchos (1900-1910)”, 2015, trabalho pertencente ao XXVIII Simpósio Nacional de História. 2015. FLORIPA (EVENTO); A MINA (PROGRAMA DE DOUTORADO EM HISTÓRIA E PESQUISA FINANCIADA PELA CAPES NA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS).

SILVEIRA, Cássia Daiane Macedo da. “Tudo é novo sob o sol: modernidade e trocas literárias entre Rio de Janeiro e Porto Alegre nas primeiras décadas da República”. Tese de doutorado. CAMPINAS, SP: [s.n.], 2013. <disponível em <<http://repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/281323> > acessado em 22.11.2018.

WOLOSKI, Aline Rullian Germann. “A Academia Rio-Grandense de letras: gênese e trajetória de um sistema literário”. Porto Alegre: PUCRS, 2013. <disponível em: <http://meriva.pucrs.br/dspace/handle/10923/4155> > acessado em 22.11.2018.

ZUBARAN, Maria Angélica. “O Eurocentrismo do Testemunho: Relatos de Viagem no Rio Grande do Sul do Século XIX” in Anos 90 - Revista do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, nº12. Porto Alegre: dez/1999. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/anos90/article/viewFile/6590/3911> > acessado em 29.nov.2018.

ZUBARAN, Maria Angélica. “Comemorações da liberdade: lugares de memórias negras diaspóricas”. In: Anos 90 - Revista do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, v. 15, nº27, Porto Alegre: jul/2008, p.161-187. Disponível em <<https://seer.ufrgs.br/anos90/article/viewFile/6743/4045> > acessado em 29.nov.2018.

ZUBARAN, Maria Angélica. “A Produção de Identidade Afro-Brasileira no Pós-Abolição: Imprensa Negra em Porto Alegre (1902-1910)”. In: 3º Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional. Florianópolis: UFSC, 2007. Disponível em <<http://www.escravidaoeliberdade.com.br/site/images/Textos3/maria%20angelica%20zubaran.pdf> > acessado em 29.nov.2018.

ZUBARAN, Maria Angélica.” A Invenção Branca da Liberdade Negra: Memória Social da Abolição em Porto Alegre”. In: Revista Fênix, v.6, nº3. Uberlândia, Minas Gerais: Núcleo de Estudos em História Social da Arte e da Cultura da Universidade Federal de Uberlândia, 2009.

APÊNDICES

APÊNDICE A: Aparições de personagens nas crônicas de *Léo Pardo* por ano

	1905	1906	1907	1908	1909
Felicíssimo de Azevedo	1				
Silveira Martins	1				
Ignacio Montanha	1				
Mário Totta	1				
Theodoro Roosevelt	2				

Napoleão Bonaparte	1				
Magalhães Costa	1				
Bento Gonçalves	1				
Fernando Cortez	1				
Cristóvão Colombo	1				
Honoré de Balzac	1				
Raul Pompéa	1				
Gonçalves Dias	1				
Eduardo VII	1				
Alfred Dreyfus		2			
Anatole France		1			
Georges Picquart		1			
Giullian		1			
Rainha Guilhermina da Holanda		1			
Afonso Pena		2			1
Gabriel dos Santos Marnoto		1			
Paulo Nunes Guerra		1			
Cyro Costa		1			
Padre Cacique			1		

Padre Antônio dos Santos Reis			1		
Barbosa Neto			1		
Amélia de Bourbon de Orleães				1	
Daniel Job					1

APÊNDICE B: Aparições de lugares de Porto Alegre em XX nas crônicas de *Léo Pardo* por ano

	1905	1906	1907	1908	1909
Praça do Portão	1				
Praça da Brigadeira	1				
Caminho Novo	2				
Doca	1				
Emboscadas	1				
Rua da Figueira	1				
Bairro Menino Deus	1	1			
Bairro Partenon	1				

Bairro Navegantes	1	1			
Bairro Glória	1				
Bairro Teresópolis	1				
Bairro Tristeza	1	1			
Escola de Medicina	1				
Rio Guaíba	1	2	1		
Rio Jacuí	1				
Rio Caí	1				
Rio Gravataí	1				
Lagoa dos Patos	1	1			
Associação Protetora da Infância	1				
Hotel das Estrellas	1				
Pedras Brancas	1				
Igreja Nossa Senhora dos Navegantes		1			
Rua dos Andradas		1			
Travessa da Liberdade		1			
Templo das Dôres			1		
Capela do antigo Asylo Coração de Maria			1		

Asylo de Mendigos [Padre Cacique]			1		
-----------------------------------	--	--	---	--	--